
Plano de Desenvolvimento Institucional

**2023
2027**



Faculdade
Brasileira de
Inovação

Aditamento aprovado pela Resolução COSUP Nº08, de 15 de setembro de 2025.

PORTO ALEGRE(RS), 2025.

PDI – FABIN
2023-2027

MANTENEDORA

Diretor Presidente
Marcelo Maduell Guimaraes

MANTIDA

DIRETOR GERAL
Marcelo Maduell Guimaraes

GESTÃO ACADÊMICA e PROCURADORA INSTITUCIONAL
Valquiria Palmira Cirolini Wendt

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
1. PERFIL INSTITUCIONAL	10
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	11
2.1 Inserção Regional	11
2.2 Breve Histórico da Instituição	25
2.3 Missão, Visão, Valores e princípios norteadores	29
2.4 Objetivos e Metas Institucionais	31
2.4.1. Objetivos Gerais.....	31
2.4.2 Objetivos Específicos	32
2.4.3 Políticas	34
2.4.3.1. Ensino	34
2.4.3.2. Pesquisa e Iniciação Científica.....	36
2.4.3.3. Extensão (responsabilidade social)	37
2.4.4 Descrição das Projeções das Metas.....	38
2.5. Organização Didático-Pedagógica	47
2.5.1. Áreas de Atuação	47
2.5.1.1. Graduação	49
2.5.1.2. Pós-Graduação Lato sensu	49
2.5.1.3. Cursos de Educação Continuada	50
2.6. Organização Administrativo-Acadêmica	51
3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI	59
3.1 Princípios Filosóficos e Técnico-mercadológicos que norteiam as Práticas Acadêmicas da Instituição	60
3.2 Diretrizes e Princípios pedagógicos	63
3.2.1 Organização curricular	64
3.2.2 Estrutura curricular e coerência com as Diretrizes Curriculares Nacionais	65
3.2.3 Concepção do currículo	66
3.2.4 Flexibilidade dos Componentes Curriculares	68
3.2.5 Atividades Práticas e Estágios Curriculares Supervisionados.....	70
3.2.6 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	72
3.2.7 Atividades Complementares	72
3.2.8 Interdisciplinaridade.....	74
3.2.9 Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular	75
3.2.10 Sistemática de Atualização Curricular	77
3.2.11 Perfil profissional do egresso.....	79
3.2.12 Incorporação de avanços tecnológicos	81
3.2.13 Extraordinário aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho	82
3.2.14 Programa de Monitoria	83
3.2.15 Programa de Nivelamento.....	84

3.3.16 Atendimento educacional especializado	84
3.3 Inovações Pedagógicas	86
3.3.1 Metodologias Ativas de Aprendizagem	87
3.4 Diretrizes Didático-Pedagógica	88
3.4.1 Componentes curriculares.....	90
3.4.2 Integralização curricular.....	90
3.4.3. Atividades práticas e estágio	91
3.4.4. Materiais pedagógicos	91
3.5 Avaliação do Processo de Aprendizagem	91
3.6 Políticas e Diretrizes Institucionais e Formas de Operacionalização.....	96
3.6.1 Principais Políticas e Diretrizes Acadêmicas.....	98
3.6.1.1 Política de Ensino para Graduação e Pós-Graduação	99
3.6.1.2 Política de Pesquisa e Iniciação Científica	104
3.6.1.3 Política de Extensão.....	107
3.6.1.4 Políticas para as Práticas Pedagógicas Inovadoras	110
3.6.2 Políticas Institucionais.....	112
3.6.2.1 Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção	113
3.6.2.2 Políticas institucionais de Atendimento ao Discente.....	116
3.6.2.3. Políticas de Educação Inclusiva.....	119
3.6.2.4. Política de acompanhamento dos egressos	121
3.6.2.5 Políticas Institucionais Voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural, e Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial.....	124
3.6.2.6 Políticas Institucionais Voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à Responsabilidade Social.....	125
3.6.3 Principais Políticas de Gestão	131
3.6.3.1 Política de Gestão Institucional	133
3.6.3.2 Política de Comunicação com Comunidade Externa e Interna	138
3.6.3.3 Política de Capacitação e Formação Continuada do Corpo Docente	142
3.6.3.4 Política de Capacitação e Formação Continuada para o Corpo Técnico-Administrativo..	143
4 PLANEJAMENTO AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	146
4.1 Planejamento e Avaliação Institucional	146
4.2 Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	148
4.3 Projeto de Autoavaliação Institucional.....	150
4.4 Sensibilização e Mobilização do Processo de Autoavaliação	156
4.5. Instrumento de Avaliação	157
4.5.1 Critérios	157
4.5.2 Validação dos Instrumentos e tratamento estatístico dos dados	158
4.6 Participação da Comunidade Acadêmica	159
4.7. Evolução Instituição e Autoavaliação.....	160
4.8. Planejamento e Ações Acadêmico Administrativas a Partir dos Resultados das Avaliações.....	161
4.8.1. Articulação entre os Resultados das Avaliações Externas e Autoavaliação	162
4.8.2. Discussão dos resultados e plano de ação	164

4.8.3. Elaboração do relatório de autoavaliação.....	166
5 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS.....	167
5.1 Graduação Presencial.....	167
5.2 Pós-graduação Lato Sensu	167
6 GESTÃO DO CORPO DOCENTE	169
6.1 Titulação e experiência no magistério superior e profissional não acadêmico....	169
6.2 Regime de trabalho.....	171
6.3 Critérios de seleção e contratação	171
6.5 Incorporação de professores com comprovada experiência.....	173
6.6 Plano de carreira.....	174
6.7 Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro	175
6.8 Capacitação e formação continuada.....	175
7 PERFIL DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	178
7.1 Política De Gestão De Pessoas	178
7.2 Critérios de Seleção e Contratação para o Corpo Técnico-Administrativo.	178
7.2.1. Perfil do Corpo Técnico-Administrativo	178
7.2.2. Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo	180
7.2.3 Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico-Administrativo	181
7.2.4. Solicitação de pessoal ou movimentação de pessoal.....	181
7.2.5 Recrutamento	182
7.2.6. Seleção.....	183
7.2.7. Contratação	183
7.2.8. Política para aplicação do plano de cargos e salários/carreira	184
7.2.9. Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo.....	185
7.3 Apoio Financeiro	185
8 PERFIL DO CORPO DISCENTE	187
8.1 Formas de acesso.....	187
8.2 Programa de apoio ao discente	187
8.3 Proficiência.....	189
8.4 Cursos Extracurriculares e de Nivelamento.....	189
8.5 Programa de Educação Continuada	190
8.6 Programas de assistência financeira	190
8.7 Programas de estímulos à permanência	191
8.8 Programa de Monitoria Voluntária	191
8.9 Unidades de apoio discente.....	192
8.10 Secretaria Acadêmica	193

8.11	Núcleo de Apoio ao Discente e Docente - NAAD	194
8.12	Empregabilidade	195
8.13	Organização estudantil.....	197
8.14	Programa de acompanhamento de egressos.....	198
8.15	Incentivo à Ciência e acesso à Biblioteca.....	201
9	INFRAESTRUTURA.....	202
9.1	Infraestrutura e instalações acadêmicas geral	202
9.2.	Instalações Administrativas	204
9.3.	Salas De Aula	204
9.4.	Auditório	205
9.5.	Salas De Professores	205
9.6.	Instalações Para As Coordenações De Curso	205
9.7.	Espaço para Atendimento aos Discentes.....	206
9.8.	Espaços de Convivência e de Alimentação	206
9.9.	Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas	206
9.10	Biblioteca.....	208
9.10.1	Infraestrutura	209
9.10.2	Serviços e horário de atendimento.....	210
9.10.3	Plano de Contingência	212
9.10.4	Formas de Atualização e Expansão do Acervo.....	213
9.11	Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA	214
9.12.	Instalações Sanitárias.....	214
9.13.	Infraestrutura Tecnológica	214
9.14	Atendimento às Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida	217
9.14.1	Recursos De Acessibilidade	217
9.14.2	Plano De Promoção De Acessibilidade.....	218
10.	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	222
10.1	Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira	222
10.2	Sustentabilidade financeira – relação com o desenvolvimento institucional’	223
10.3	Plano de investimentos	225
10.4	Sustentabilidade financeira - participação da comunidade interna	228
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	232

APRESENTAÇÃO

O Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o instrumento de gestão utilizado por uma Instituição de Ensino Superior (IES) para um período de 05 (cinco) anos, com o firme propósito de identificá-la quanto à sua filosofia de trabalho, definir estratégias para realizar sua missão, desdobrar diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, implementar a estrutura organizacional e relacionar as atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver, a fim de atingir suas metas e objetivos. Nesse sentido, deve ser considerado não apenas a coerência e a articulação entre as diversas ações, mas principalmente a manutenção de padrões de qualidade e excelência e, quando pertinente, o orçamento. Os direcionamentos e os referenciais teóricos e filosóficos relacionados em suas políticas estão subsidiados nos principais dispositivos legais que regem a educação superior, sendo eles:

- Lei nº 9.394/1996 - estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei nº 10.861/2004 - institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
- Decreto nº 5.296/2004 - regulamenta as leis nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Decreto nº 9.235/2017 - dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- Portaria Normativa nº 23/2017 - dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

O objetivo principal do documento é a sistematização e o registro do seu planejamento institucional, seu plano de expansão, suas políticas, os meios e

mecanismos de operacionalização, de gestão e de acompanhamento dos programas e processos no limite do tempo quinquenal.

O Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI, ora estabelecido, abrange também o Projeto Pedagógico Institucional, PPI, e observa o que sinaliza o Instrumento de Avaliação para Recredenciamento de Instituições de Educação Superior:

Consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Deverá apresentar, ainda, um quadro-resumo contendo a relação dos principais indicadores de desempenho, que possibilite comparar, para cada um, a situação atual e futura (após a vigência do PDI).

Este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) será monitorado e avaliado, periodicamente, pela Comissão Própria de Avaliação da **FABIN**, com o objetivo de corrigir ou adequar metas e ações à legislação e às normas vigentes. A **FABIN**, é uma Instituição de Ensino Superior, cuja diversidade política, cultural, étnica e geográfica delinea a área geoeducacional de sua abrangência e foi concebida para atender às necessidades da comunidade local e regional no que diz respeito à formação de cidadãos no Ensino Superior, nas diversas modalidades de ensino e para fomentar o desenvolvimento da região Sul.

O PDI da **FABIN** observa rigorosamente a legislação vigente, com especial atenção às diretrizes curriculares nacionais e expectativas do mercado (expressas em eventos e referenciadas em bibliografia especializada e fontes de pesquisa reconhecidas) em conjunto com diversos materiais dos grupos de trabalho. Nesse contexto, propõe um

conjunto de diretrizes alicerçado em Dimensões (dados e informações da **FABIN** e de seus cursos), Categorias de Análise (desdobramentos das Dimensões, organizadas conforme o conjunto de características consideradas mais pertinentes em função dos processos futuros de análise e avaliação) e Indicadores de Desempenho (desdobramentos das Categorias de Análise, organizados em função de sua proximidade e interdependência). Da mesma forma, considera como princípios a clareza, objetividade do texto e a coerência necessária para que a adequação entre todos os elementos seja expressa de forma factível, com o intuito de demonstrar a viabilidade do seu cumprimento integral.

Reforça ainda, a firme observação ao que dispõe a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 – criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e suas providências – permite a promoção e o alinhamento de uma proposta político-pedagógica em sintonia com a preservação dos níveis de excelência planejados e que caracterizam as atividades de ensino, com o intuito de manter e honrar os compromissos assumidos, a partir de um pensamento crítico e engajado no debate e na formulação de políticas educacionais que sejam do interesse da sociedade. Todas as referências utilizadas por ocasião da elaboração do projeto (quando necessário com suas respectivas atualizações) foram utilizadas com o firme propósito de garantir a construção de um instrumento dinâmico, flexível e equilibrado. Com um olhar no futuro, o reposicionamento estratégico e mercadológico apresentado propõe não apenas a consolidação das diretrizes traçadas inicialmente, mas também a disseminação de um modelo de gestão eficiente alinhado às necessidades, desejos e expectativas das partes interessadas, premissas básicas para fazer frente aos constantes desafios inerentes às mudanças de cenários.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

A. MANTIDA

A **Faculdade Brasileira de Inovação - FABIN (Cód. 2198)** tem Sede na Rua Uruguai, nº 277, bairro: Centro Histórico, Conj 601 Andar 50, CEP: 90.010-140, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. É mantida pela E-front Sistema Educacional LTDA localizada no mesmo endereço da Sede. A FABIN foi credenciada pela Portaria Ministerial 3.923 de 18/12/2003. D.O.U. 23/12/2003 e Recredenciada pela Portaria Ministerial 549 de 21/06/2016 D.O.U 22/06/2016, encontra-se em Recredenciamento (processo eMEC nº201905768).

B. MANTENEDORA

Mantenedora: E-FRONT SISTEMA EDUCACIONAL LTDA

Endereço: Rua Uruguai, nº277, Conj 601 Andar 50.	Bairro: Centro Histórico	Município: Porto Alegre	UF: RS
CEP: 90.010-140	Fone: (51) 7401-0177	Código no e-MEC nº: 18471	
E-mail: secretaria@fabin.edu.br		CNPJ nº: 47.737.719/0001-73	

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Privado - Com fins lucrativos - Sociedade Civil

Representante Legal: MARCELO MADUELL GUIMARÃES

C. ÍNDICES INSTITUCIONAIS

Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	2	2023
CI-EaD - Conceito Institucional EaD:	-	-
IGC - Índice Geral de Cursos:	2	2022
IGC Contínuo:	1.2964	2022

HISTÓRICO DE ÍNDICES			
ANO	CI	IGC	CI-EaD
2023	2	-	-
2022	-	2	-
2021	-	3	-
2019	-	3	-
2018	-	3	-

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

2.1 Inserção Regional

A concepção do Projeto Institucional da FABIN surge das necessidades e demandas da região Sul de forma a construir e desenvolver profissionais que promovam atender às demandas e problemas locais e regionais. Segundo dados indicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rio Grande do Sul, em 2021, contava com uma população estimada em 11.466.630 habitantes, residindo em uma área de 281.707,156 km². De acordo com estimativas recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2025), Porto Alegre conta com **1.388.794 habitantes**, o que representa uma ligeira queda de aproximadamente -0,04% em relação a 2024. A população do estado do Rio Grande do Sul está estimada em **11.233.263 habitantes** para 2025, com crescimento de apenas cerca de 0,03% em relação a 2024, sendo uma das menores taxas de crescimento populacional entre os estados brasileiros. Estado mais meridional do Brasil, o Rio Grande do Sul faz fronteira com o Uruguai e Argentina, sendo está uma localização privilegiada entre os países que compõem o bloco econômico do Mercosul.

O Estado do Rio Grande do Sul, por sua localização estratégica, representa importante ponto de entrada e saída de produtos, tanto para o MERCOSUL como para os países da Europa, eis que dispõe do Porto de Rio Grande, considerado o primeiro em volume de negócios, logística e área portuária, da América Latina, originando e potencializando negócios, voltados tanto para o mercado interno quanto

externo. Fatores dessa natureza que tornaram o Rio Grande do Sul, atraente em investimentos quer em instalações de grandes empresas internacionais, chamadas no setor automotivo como sistemistas, empresas que atuam dentro de um complexo automotivo como abastecedora do sistema de produção das montadoras de automóveis, e outras de grande importância no cenário econômico internacional em transações comerciais internacionais.

Dentro do Estado do Rio Grande do Sul destaca-se a Região Metropolitana de Porto Alegre, RMPA, formada por nove municípios com população acima dos 1.000.000 habitantes, representando 33,6 % do PIB do Estado do Rio Grande do Sul.

A capital do estado mais meridional do Brasil, Rio Grande do Sul, é Porto Alegre. Pertence à mesorregião metropolitana de Porto Alegre e à microrregião de Porto Alegre. Com uma área de 496,682 km², possui uma geografia diversificada, com morros, baixadas e um grande lago, o Guaíba, conforme podemos observar na Figura 3 abaixo:



Mapa do Rio Grande do Sul, destaque de Porto Alegre - Fonte: IBGE

A cidade constituiu-se a partir da chegada de casais açorianos em meados do século XVIII. No século XIX contou com o influxo de muitos imigrantes alemães e italianos, recebendo também espanhóis, africanos, poloneses e libaneses. Com uma das melhores qualidades de vida do Brasil, a Capital dos gaúchos foi fundada em 26 de março de 1772 como Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais. Em 1774,

começou a tomar forma do jeito que a conhecemos: foram inauguradas a Praça XV, a Praça da Alfândega e a da Matriz. Em 1821, ganhou o status de cidade pelo imperador Dom Pedro I. Devido a sua expansão, no século XX, Porto Alegre destacou-se entre as demais cidades do Rio Grande do Sul e projetou-se no cenário nacional.

Sede da maior concentração urbana da região Sul e quinta mais populosa do Brasil, desenvolveu-se com rapidez e hoje abriga mais de 1,4 milhão de habitantes dentro dos limites municipais. A cidade enfrenta muitos desafios, entre eles a grande população ainda vivendo em condições de pobreza e sub-habitação alto custo de vida, alta incidência de obesidade e tabagismo, deficiências sérias no tratamento de esgotos, muita poluição e degradação de ecossistemas originais, índices de crime elevados e crescentes problemas de trânsito

Por outro lado, ostenta mais de 80 prêmios e títulos que a distinguem como uma das melhores capitais brasileiras para morar, trabalhar, fazer negócios, estudar e se divertir. Foi destacada em 2010 também pela ONU como a *Metrópole nº 1 em qualidade de vida* do Brasil por três vezes; como possuindo um dos 40 melhores modelos de gestão pública democrática pelo seu Orçamento Participativo e por ter o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as metrópoles nacionais. Dados do IBGE a apontaram em 2009 como a capital brasileira com a menor taxa de desemprego, a empresa de consultoria britânica Jones Lang La Salle a incluiu em 2004 entre as 24 cidades com maior potencial para atrair investimentos no mundo e figura na lista da Pricewaterhouse Coopers entre as cem cidades mais ricas do mundo. Porto Alegre é uma cidade influente no cenário global, recebendo a classificação de cidade global "gama -", por parte do *Globalization and World Cities Study Group & Network* (GaWC).

Seus indicadores econômicos, conforme o Relatório do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul¹, temos:

- Em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul registrou crescimento de **4,9%** em relação a 2023.
- No mesmo ano, o PIB nominal do estado foi de aproximadamente **R\$ 706,82 bilhões**, correspondendo a cerca de **6,02%** do PIB nacional.
- Ainda em 2024, o PIB per capita do estado foi de **R\$ 62.941**, valor cerca de 13,9% superior ao PIB per capita nacional (R\$ 55.247).
- No primeiro trimestre de 2025, o PIB do estado cresceu **1,3%** em relação ao trimestre anterior e **1,8%** em relação ao mesmo período de 2024.
- Contudo, no segundo trimestre de 2025 o PIB estadual apresentou queda de **-2,7%** frente ao mesmo período de 2024, com queda especialmente da agropecuária.

Nesse contexto, a oferta de cursos superiores na região apresenta-se como resposta a essa demanda por qualificação, tendo em vista o crescimento das atividades econômicas e conseqüentemente a necessidade de profissionais que possam ser excelentes condutores de pessoas e equipes, transformando-se em um elemento de alto valor estratégico, tanto do ponto de vista social, ao criar condições para a promoção da inclusão social, quanto do econômico, propiciando uma forte sinergia entre o meio acadêmico e o setor produtivo, contribuindo de forma efetiva na preparação de profissionais com qualificação diferenciada, para que possam atuar neste processo de crescimento da economia gaúcha e nacional, cujos indicadores destacamos a seguir:

Mão de obra qualificada

¹ Disponível em: <http://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202504/nota-tecnica-pib-do-rs-de-2024-3-4-25.pdf?>

O Rio Grande do Sul conta com uma ampla rede de ensino profissionalizante e instituições de ensino superior de qualidade. Além das instituições particulares, são 06 (seis) instituições públicas federais e 01 (uma) estadual oferecendo formação superior gratuita, de qualidade, com reconhecimento internacional. Soma-se a isso mais de 100 (cem) instituições de formação tecnológica e técnica fornecendo cursos profissionalizantes para aprimorar os recursos humanos.

Iniciativas como o Pacto Gaúcho pela Educação Profissionalizante, Técnica e Tecnológica aceleram o processo de melhoria e desenvolvimento da mão de obra. Este programa envolve o Governo Estadual a uma rede com instituições de Ensino Superior e centros de pesquisa para desenvolver ações que supram carências de trabalhadores para o setor produtivo e aperfeiçoem a formação de estudantes dos ensinos Médio e Profissionalizante.

Economia diversificada

O Rio Grande do Sul responde por 7% da economia brasileira e está no centro de um mercado de US\$ 2,1 trilhões. O Estado conta como quarto maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Um dos maiores produtores e exportadores de grãos do país, o Rio Grande do Sul também conta com grande parte de sua economia baseada no setor industrial, setor de serviços e agropecuária com ampla diversificação, proporcionando um ambiente favorável para o desenvolvimento de redes de fornecedores.

Qualidade de vida

Estado de características europeias, o Rio Grande do Sul apresenta um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo critérios da Organização das Nações Unidas, o IDH gaúcho é de 0,832, reflexo da menor mortalidade infantil do Brasil, das altas taxas de alfabetização e excelentes condições de saneamento básico e saúde com expectativa de vida ao nascer de 75 anos.)

Responsabilidade ambiental

Os empreendimentos ou atividades que utilizam recursos ambientais naturais, considerados efetivos ou potencialmente poluidores, ou que possam causar degradação ambiental, necessitam obrigatoriamente de licenciamento ambiental para se instalar no Estado. Esse procedimento permite que o poder público estadual garanta mecanismos de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. Além disso, é uma forma de identificar os efeitos ambientais de cada negócio, mostrando aos seus gestores as melhores alternativas de gerenciamento.

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida geral e sintética usada para classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos países. Foi criado em 1990 e vem sendo publicado anualmente, desde 1993, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD da ONU. O IDH varia em uma escala que vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total), destaca o Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul².

Atualmente, as três dimensões que constituem o IDH são:

- Saúde: Vida saudável e longa (medida pela expectativa de vida)
- Educação: Acesso ao conhecimento (medido pela média de anos de educação de adultos e a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar)
- Renda: Padrão de vida (medido pela Renda Nacional Bruta per capita)

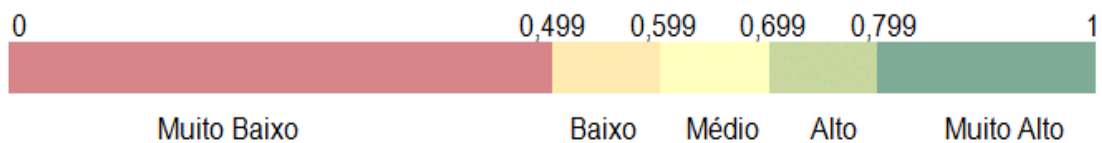
O IDH global brasileiro para 2013 foi de 0,744 ocupando a posição 79º no ranking mundial entre 187 países e territórios reconhecidos pela ONU. Este índice também é

usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões. No Brasil é utilizado por intermédio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M.

O IDH-M é um ajuste metodológico ao IDH global, por isso não é possível fazer comparação entre o IDHM de um município e o IDH de um país. Este índice foi publicado pela primeira vez em 1998 (a partir dos dados do Censo de 1970, 1980, 1991). As informações mais recentes estão disponíveis no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013 (a partir dos dados do Censo de 1991, 2000 e 2010).

O IDHM Total do Rio Grande do Sul evoluiu, de 1991 a 2010, de 0,542 - baixo desenvolvimento para 0,746 - alto desenvolvimento, de acordo com as faixas de Desenvolvimento Humano Municipal*.

Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM



Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e IDHM

O IDHM do Município de Porto Alegre está em 0,805, acima da média estadual conforme podemos observar nos indicadores de desenvolvimento social.

No gráfico 1 abaixo observamos a evolução do IDHM desde 1990 em Porto Alegre:

Gráfico 1: Evolução do IDHM



Fonte: PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento



Fonte: PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Produto Interno Bruto (PIB)

O município com maior PIB foi Porto Alegre (R\$ 64,0 bilhões), seguido por Caxias do Sul, Porto Alegre, Canoas, Santa Cruz do Sul, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Rio Grande, São Leopoldo e Pelotas. Os 10 maiores municípios do Estado representaram 42,2% do PIB total do RS (ante 42,7% em 2013). Esses municípios possuem, em geral, maior participação da indústria e dos serviços no VAB e menor participação da agropecuária. O setor serviços destaca-se como atividade mais importante nesses municípios, sendo responsável pela maior parte do valor gerado. Destaca-se também o fato de que são municípios bastante populosos, com população superior a 100.000 habitantes.

Tabela 1: PIB, RS

MUNICÍPIOS COM MAIOR PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NO RIO GRANDE DO SUL - 2014			
Posição dos Municípios		PIB (R\$ 1.000)	Participação % no RS
01	Porto Alegre	63.990.644	17,9
02	Caxias do Sul	22.376.388	6,3
03	Porto alegre	10.863.524	3,0
04	Canoas	9.995.408	2,8
05	Santa Cruz do Sul	7.984.043	2,2
06	Novo Hamburgo	7.805.986	2,2
07	Passo Fundo	7.382.564	2,1
08	Rio Grande	7.357.681	2,1
09	São Leopoldo	6.745.959	1,9
10	Pelotas	6.657.759	1,9

Fonte: IBGE. FEE

O maior setor de atividade no Rio Grande do Sul é o de serviços, que gerou o total de R\$ 208,6 bilhões em 2014 (58,3% do PIB do Estado), seguido pela indústria (20,2%) e pela agropecuária (8,1%). Já a estrutura dentro de cada município, de modo geral, diferencia-se da observada para o RS como um todo. Em 111 municípios, a agropecuária é a principal atividade. Já em outros 23 municípios, a indústria é o principal setor. Por fim, os serviços destacam-se em 363 municípios.

O maior VAB da agropecuária no Estado foi gerado no Município de Cachoeira do Sul (1,6% do VAB da agropecuária gaúcha). Já o Município de Caxias do Sul teve o maior VAB industrial do Estado (9,8% do setor), enquanto Porto Alegre destacou-se por ser o maior VAB de serviços do Estado (22,8% do setor).

Tabela 2: Valor Adicionado Bruto - Agropecuária

MUNICÍPIOS COM MAIOR valor adicionado bruto (VAB) da agropecuária NO RIO GRANDE DO SUL - 2014			
Posição dos Municípios		Posição dos Municípios	Posição dos Municípios
01	Cachoeira do Sul	460.711	1,6
02	Uruguaiana	369.480	1,3
03	Alegrete	357.693	1,2
04	Tupanciretã	347.533	1,2
05	Itaqui	344.165	1,2
06	Dom Pedrito	343.977	1,2
07	Santa Vitória do Palmar	325.992	1,1
08	Palmeira das Missões	310.252	1,1
09	São Borja	286.906	1,0
10	Canguçu	283.229	1,0

Fonte: IBGE. FEE

Tabela 3: Valor Adicionado Bruto da Indústria

MUNICÍPIOS COM MAIOR valor adicionado bruto (vab) da			
--	--	--	--

INDUSTRIA NO RIO GRANDE DO SUL - 2014			
Posição dos Municípios		Posição dos Municípios	Posição dos Municípios
01	Caxias do Sul	7.072.360	9,8
02	Porto Alegre	7.048.575	9,7
03	Porto alegre	4.249.591	5,9
04	Triunfo	3.395.257	4,7
05	Santa Cruz do Sul	2.121.468	2,9
06	Bento Gonçalves	1.788.821	2,5
07	Novo Hamburgo	1.728.893	2,4
08	Rio Grande	1.713.997	2,4
09	São Leopoldo	1.638.718	2,3
10	Erechim	1.348.152	1,9

Fonte: IBGE. FEE

Tabela 4: Valor Adicionado Bruto dos Serviços

MUNICÍPIOS COM MAIOR valor adicionado bruto (vab) DOS SERVIÇOS NO RIO GRANDE DO SUL - 2014			
Posição dos Municípios		Posição dos Municípios	Posição dos Municípios
01	Porto Alegre	47.576.934	22,8
02	Caxias do Sul	11.519.447	5,5

03	Canoas	7.152.533	3,4
04	Passo Fundo	5.291.559	2,5
05	Pelotas	5.091.900	2,4
06	Novo Hamburgo	5.067.473	2,4
07	Santa Maria	4.941.205	2,4
08	Porto Alegre	4.360.733	2,1
09	Rio Grande	4.313.426	2,1
10	São Leopoldo	4.148.403	2,0

Fonte: IBGE. FEE

Os municípios gaúchos (Porto Alegre, Caxias do Sul e Canoas) estão entre os 100 maiores PIBs do Brasil. No caso do PIB per capita, são 11 municípios; 10 entre os maiores VAB da agropecuária; quatro entre o VAB da indústria; e cinco entre o VAB dos serviços (exclusive Administração Pública). Em 2014, em comparação com o PIB de 2013, Porto Alegre elevou a sua participação no PIB do País (de 1,09% para 1,11%) e subiu uma colocação (de oitavo para sétimo lugar) na lista geral de municípios de maior PIB do Brasil, ultrapassando o Município de Campos dos Goytacazes (RJ).

O Estado do Rio Grande do Sul apresenta um elevado nível de desenvolvimento socioeconômico. Segundo o indicador sintético IDHM, em 2010 o estado obteve valor igual a 0,746, sendo a 6.^a unidade da Federação com melhor desempenho, com as dimensões de longevidade com índice de 0,840, renda de 0,769 e educação de 0,642³. Já no âmbito da educação, saúde e renda mais amplos — conforme mede o IDese elaborado pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do

³ https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-uf-2010?utm_source

Rio Grande do Sul (FEE) — o índice estadual chegou a 0,768 em 2020, mesmo ano em que os blocos Saúde alcançaram 0,834, Educação 0,747 e Renda 0,723⁴.

Inovação, ciência e tecnologia

Como forma de estimular a economia, o Rio Grande do Sul dispõe de políticas, programas e ações específicas de incentivo à inovação, ciência e tecnologia. Por intermédio da Lei de Inovação (Lei nº 13.196, de 13/07/09), medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo estimulam a formação de parcerias estratégicas voltadas à busca de autonomia tecnológica, capacitação e competitividade no processo de desenvolvimento industrial e social. Entre outras medidas, a Lei prevê:

- Tratamento diferenciado e simplificado para os fornecedores do Estado enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte, quando envolvam inovação;
- Apoio à implantação e à consolidação de parques científicos e tecnológicos e de incubadoras de base tecnológica, objetivando a expansão de investimentos em pesquisa científica e tecnológica, o desenvolvimento tecnológico e a incorporação de novas tecnologias como instrumentos viabilizadores da ampliação de competitividade da economia gaúcha;
- Apoio à implantação e à consolidação de Arranjos Produtivos Locais (APLs), objetivando a expansão de investimentos em pesquisa científica e tecnológica, o desenvolvimento tecnológico e a incorporação de novas tecnologias, novos processos, produtos ou serviços, como instrumentos viabilizadores da ampliação de competitividade da economia gaúcha;
- Autorização para a instituição de política de incentivos financeiros e fiscais, fundos ou linhas especiais de créditos com vista à consecução dos objetivos da Lei, tendo como beneficiários universidades e outras entidades ou empresas autorizadas, desde que com unidade produtora ou centro de pesquisa instalado

⁴ https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//lancamento-idese-2020-final.pdf?utm_source

no Estado, bem como pesquisadores e cientistas domiciliados no Rio Grande do Sul.

Por meio da Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, também são desenvolvidos programas como RS TECNOPOLE, INOVAR PARA EMPREENDER, POLOS TECNOLÓGICOS, REDE PETRO e PRÓ-INOVAÇÃO. O Estado conta também com 14 Parques Tecnológicos credenciados em atuação, cujo objetivo é por intermédio de uma infraestrutura física (prédios, laboratórios, computadores e outros), promover um ambiente institucional favorável ao surgimento de novas tecnologias pela interação de empresas inovadoras, intensivas em conhecimentos e instituições de ensino e pesquisa.

Nesse cenário, a necessidade de aumentar a escolarização, em função das exigências do mercado de trabalho, tem trazido de volta ao nível de ensino médio e ao superior grande número de alunos. Apesar da expressiva criação de instituições de Ensino Superior nos últimos anos, os indicadores educacionais gaúchos ainda mostram lacunas no acesso e na qualificação para o ensino superior. A instituição (FABIN) compreende o seu papel de geradora e distribuidora de conhecimento, adequando-se às necessidades regionais. Localizada na principal região econômica e política do Estado, bem como em uma área de geração e difusão de conhecimento no Rio Grande do Sul, sua missão de dinamizadora assume maior responsabilidade.

Considerando, portanto, as características socioeconômicas e o seu potencial de desenvolvimento na sua área de atuação, a **FABIN**, tem como proposta institucional continuar oferecendo novas perspectivas de qualificação profissional para a população gaúcha, promovendo a formação de pessoas altamente qualificadas para o mercado de trabalho. A Instituição, *lócus* de referência na localidade, assume o compromisso institucional de continuar promovendo o desenvolvimento educacional do Estado, da Cidade e do País.

2.2 Breve Histórico da Instituição

A Faculdade Brasileira de Inovação – **FABIN**, encontra-se situada no município de Porto Alegre, ela nasceu de um “sonho” em construir uma Instituição de Ensino Superior e por ela, fazer a diferença na vida das pessoas e do mercado de trabalho. Tal diferença se dá por meio de ações de bolsas de estudos para as classes de baixa renda, terem a oportunidade de realizar uma formação em uma instituição que prima também, pelos valores sociais.

A jornada visionária de Stevam Valencia:

Havia uma vez um jovem ambicioso chamado Stevam Valencia, cujo fervor pela educação e desejo de fazer a diferença eram palpáveis desde cedo. Tendo se formado em Administração no ano de 2006 e posteriormente em Ciências Contábeis em 2018, Stevam Valencia acreditava que a chave para um futuro promissor estava na educação e no aprendizado contínuo. Essa crença moldou o rumo de sua vida de maneira notável.

Depois de completar sua segunda graduação, Stevam Valencia percebeu que havia uma grande demanda por educação de qualidade, especialmente entre jovens e adultos que precisavam conciliar seus estudos com responsabilidades do dia a dia. Em 2009 decidiu dar o primeiro passo em direção ao seu sonho e fundou a empresa "Forma Mais". Esta empresa tinha como objetivo proporcionar educação de alto nível para aqueles que buscavam completar o ensino médio através da educação de jovens e adultos (EJA).

A "Forma Mais" cresceu e floresceu sob a liderança visionária de Stevam Valencia. Seu comprometimento com a qualidade de ensino e a capacidade de entender as necessidades únicas de seus alunos ajudaram a empresa a se tornar uma referência na área de educação EJA. No entanto, Stevam Valencia não estava satisfeito em

parar por aí. Ele acreditava que podia fazer ainda mais para impactar positivamente a vida das pessoas através da educação.

Anos se passaram, e o mundo testemunhou a evolução constante de Stevam Valencia. Sua busca por conhecimento não se limitou às salas de aula, mas o levou a mergulhar no campo da pedagogia e do ensino superior. Ele se tornou um "Especialista em docência do ensino superior", incorporando métodos modernos de ensino e aprendizagem em sua abordagem educacional.

Contudo, o próximo grande passo estava prestes a ser dado. Com uma visão audaciosa e um desejo inabalável de inovar, Stevam Valencia em 2022 fundou a "Faculdade Brasileira de Inovação - **FABIN**". Esta instituição de ensino superior não era apenas uma faculdade comum, era um centro de excelência para oferecer uma ampla gama de cursos, desde Direito e Psicologia até Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia, Recursos Humanos, Marketing e Logística. A **FABIN** nasceu do desejo de fornecer uma educação que preparasse os estudantes não apenas para as demandas do presente, mas também para as complexidades do mundo em constante mudança.

A faculdade abraçou a inovação em todos os aspectos, desde suas metodologias de ensino até suas parcerias com empresas e organizações. Stevam acreditava que os estudantes não deveriam apenas aprender teorias, mas também serem capacitados com habilidades práticas e pensamento crítico para enfrentar os desafios do século 21. A **FABIN** tem como propósito ser uma incubadora de ideias, atraindo alunos de diversas origens e fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para se tornarem líderes e agentes de mudança.

A jornada de Stevam Valencia, do estabelecimento da "Forma Mais" à fundação da "Faculdade Brasileira de Inovação - **FABIN** ", é uma história de determinação, visão e

paixão pela educação. Sua dedicação em moldar o futuro através do conhecimento e da inovação tornou-o um exemplo inspirador para todos aqueles que desejam fazer a diferença no campo da educação e além. Através de sua trajetória, ele provou que o poder da educação vai além das salas de aula e tem o potencial de transformar vidas e sociedades inteiras.

Neste sonho realizado e concretizado no dia 17 de junho de 2022, nasce a **FABIN**. Neste dia, a **FABIN** adquiriu a manutenção Monteiro Lobato, instituição de ensino superior à qual possuía onze cursos superiores, eram eles: Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Psicologia, a Licenciatura em Pedagogia, e os Tecnólogos em Gestão Ambiental, Logística, Recursos Humanos, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Produção Cênica. Cabe destacar que o processo de transferência de manutenção foi efetiva em abril de 2023.

No ano de 2023, a **FABIN** decide pela extinção do Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, a Licenciatura em Pedagogia, e os Tecnólogos em Gestão Ambiental, Logística, Recursos Humanos, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Produção Cênica. Justifica-se a extinção voluntária pela falta de procura por eles.

Um novo capítulo: reconstrução

Em 1º de julho de 2025, a **FABIN** iniciou um novo capítulo em sua trajetória com a chegada de uma nova gestão da Mantenedora e Mantida. A instituição, até então mantida por outro investidor, foi adquirida por um time de sócios visionários que compartilhavam o sonho de transformar a **FABIN** em uma referência no ensino superior, especialmente nas áreas de Direito, Tecnologia e Segurança Pública — com foco em Inteligência e Investigação. A Razão Social, anteriormente denominada Instituto Brasileiro de Inovação LTDA., é alterada para E-Front Sistema Educacional LTDA.

Essa nova administração assumiu com o olhar voltado para o futuro, enxergando na FABIN um grande potencial de crescimento e inovação. Desde então, têm sido implantados diversos projetos estratégicos voltados à revitalização e modernização da instituição, tanto na infraestrutura física quanto nos aspectos acadêmico-regulatórios.

Entre as principais iniciativas destacam-se a expansão do portfólio de cursos de graduação e pós-graduação, o desenvolvimento de novas parcerias e a implementação de metodologias educacionais alinhadas com as demandas contemporâneas do mercado e da sociedade.

Nesse processo está o incentivo à pesquisa, destacando-se a (a) revista Direito & TI, que é bem avaliada no Qualis Capes e está com vários indexadores e possui publicações periódicas, e (b) a estruturação do Instituto Fabin de Ciência, Tecnologia e Inovação, que servirá como fomentador das pesquisas acadêmicas, desde a iniciação científica, os projetos e atividades de extensão, além da realização de eventos.

O desafio de recuperar e reposicionar a **FABIN** como uma instituição de excelência vem sendo enfrentado com seriedade, planejamento e comprometimento — pilares que norteiam essa nova fase de reconstrução e crescimento.

Inserida na capital do Rio Grande do Sul, a **FABIN** está assentada em uma proposta de formação global no sentido de formar profissionais em diferentes áreas do conhecimento, fomentando a inovação e o estudo das atualizações constantes do mundo do trabalho. Atualmente com a oferta dos cursos de **Graduação Presencial em Direito**, autorizado por meio da Portaria SERES 274, de 19 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2018 (Edição 77, seção 1, páginas 34ss) para **oferta de 150 vagas totais anuais**, e de **Psicologia**, autorizado pela Portaria no 243, de 29 de maio de 2019, com **60 vagas totais anuais**. Na Pós-

Graduação conta com os cursos de Especialização Lato Sensu em Investigação de Crimes Cibernéticos; Investigação Digital, Inteligência e Investigação em Fontes Abertas (Osint) e Inteligência e Enfrentamento ao Crime Organizado, todas com 200 vagas cada.

Considerando o atual contexto, acreditamos que o papel das instâncias formadoras deve ser o de criar condições para que o acadêmico construa conhecimentos, competências e habilidades que lhe permitam viver e conviver harmonicamente com seus semelhantes, pessoal e profissionalmente. Frente a incessantes desafios, é de fundamental importância que estejamos permanentemente ressignificando nossos saberes e reafirmando nossas convicções como educadores. Na frenética dinamicidade do contexto atual, é preciso investir no conhecimento vivo e continuado, reorganizar os currículos, imprimindo-lhes a dimensão complexa do trabalho intelectual, tornando-os instrumentos flexíveis de constante aprendizagem, fundamentada na investigação e na descoberta.

2.3 Missão, Visão, Valores e princípios norteadores

Missão

Desenvolver, por meio da educação, soluções inovadoras, gerando mais qualidade de vida a toda comunidade.

Nessa perspectiva, a Faculdade alinha-se com a missão de sua mantenedora: Incentivar a inovação e o desenvolvimento socioeconômico nacional.

Visão

Proporcionar aos nossos alunos uma formação integral que lhes permita ingressar no mercado com solidez, segurança e excelência.

A missão e os valores da Faculdade Brasileira de Inovação - **FABIN**, cumprir-se-ão por meio das políticas de ensino, pesquisa e extensão, de tal forma a promover o alcance dos objetivos e das metas institucionais previstas em seu PDI. Para tanto, a **FABIN** direciona suas políticas e ações para responder efetivamente aos anseios da sociedade, para destacar-se pela colocação e sucesso profissional de seus egressos, para garantir presença e impacto de suas atividades acadêmicas junto aos formuladores de políticas públicas, aos gestores das organizações públicas e privadas, às necessidades tecnológicas inovadoras, à saúde, para ser liderança nos rankings nacionais, para contribuir com a comunidade acadêmica, social, tecnológica e empresarial, assim como com as organizações públicas.

Para atender a sua missão e sua visão, a **FABIN** se pautará nos seguintes valores e princípios norteadores:

Valores

- Comprometimento;
- Inovação Educacional;
- Inclusão Social;
- Solidariedade;
- Respeito;
- Moral e Ética;
- Sustentabilidade;
- Responsabilidade Social
- Responsabilidade socio ambiental e,
- Trabalho em Equipe.

Princípios

- Busca contínua da excelência acadêmica.
- Disseminação dos conhecimentos produzidos em sua área de atuação.

- Encorajamento, dentro do espírito de unidade, da ética profissional, da diversidade de ideias e posições, em seus quadros acadêmicos e corpo discente.
- Ênfase na interação com organizações públicas, privadas, de modo a estar atenta aos anseios do país e à difusão das melhores práticas administrativas vigentes.
- Compromisso dos professores, funcionários e estudantes com a missão da **FABIN**.
- Desenvolvimento permanente de uma visão sistêmica do campo da gestão e suas ligações com disciplinas correlatas, com a inovação tecnológica e de saúde, incentivando a interdisciplinaridade em todas as suas atividades acadêmicas.

A missão e os valores da Faculdade Brasileira de Inovação - **FABIN**, cumprir-se-ão por meio das políticas de ensino, pesquisa e extensão, de tal forma a promover o alcance dos objetivos e das metas institucionais previstas em seu PDI. Para tanto, a **FABIN** direciona suas políticas e ações para responder efetivamente aos anseios da sociedade, para destacar-se pela colocação e sucesso profissional de seus egressos, para garantir presença e impacto de suas atividades acadêmicas junto aos formuladores de políticas públicas e aos gestores das organizações públicas e privadas, para ser liderança nos rankings nacionais, para contribuir com a comunidade acadêmica e empresarial, assim como com as organizações públicas.

2.4 Objetivos e Metas Institucionais

2.4.1. Objetivos Gerais

- Possibilitar um ambiente que permita ao aluno desenvolver habilidades e competências para sua formação, de acordo com os valores da

instituição (Comprometimento, efetividade, proatividade, respeito, ética e sustentabilidade)

- Buscar a melhoria contínua no processo de ensino, aprendizagem, pesquisa e extensão.
- Promover a inovação na oferta dos cursos.
- Promover a Qualidade no ensino ofertado.

2.4.2 Objetivos Específicos

- Estimular o aluno a desenvolver a cidadania, promovendo a responsabilidade social com respeito à diversidade.
- Oportunizar ao aluno a interação com o mercado de trabalho.
- Fomentar a inovação, o empreendedorismo e as publicações nos diversos campos do conhecimento.

A partir das discussões conduzidas pela Comissão de Elaboração do PDI, com a participação ampla dos gestores, direção, coordenadores de cursos, técnicos administrativos e docentes, foi estruturado o Mapa Estratégico da **FABIN**, delineando os Objetivos Estratégicos, as Diretrizes Estratégicas, com suas respectivas metas e estratégias da IES, demonstrado a seguir:

Figura 1- Mapa Estratégico da FABIN



2.4.3 Políticas

2.4.3.1. Ensino

- Promover o nivelamento dos alunos através de oficinas de qualificação
- Permeiar o processo de ensino e aprendizagem com atividades práticas, tais como estudos de casos, dinâmicas e visitas técnicas entre outras.
- Exigir do aluno que demonstre o conhecimento adquirido.
- Praticar a interdisciplinaridade.
- Centrar o processo de ensino e aprendizagem no aluno.
- Aplicar novas metodologias.
- Valorizar a autonomia do aluno, o empreendedorismo e os valores da instituição.
- "Trazer" o conteúdo das disciplinas para a realidade do aluno.

A Faculdade passará a trabalhar com as metodologias ativas, o que representa uma ruptura com o modelo atual de ensinar nos cursos de atuação da **FABIN**.

Princípios Orientadores

Quatro grandes modelagens pontuam nossa nova metodologia

- Salas de Aula de Aprendizagem Ativa (Active Learning Classroom) – sala de aula colaborativa, onde os alunos participam de atividades em grupo e de estudos individuais com mais flexibilidade e dinamismo.
- Sala de Aula Invertida (Flipped Classroom) – além de participar das atividades em sala de aula, o estudante pode acessar todo o conteúdo do seu curso de forma on-line, para estudar onde quiser e na hora

conveniente. Não perderemos tempo passando conteúdos, que deverão ser vistos pelos alunos antes das aulas.

- Aprendizagem Baseada em Projetos (Crowdsourcing) – método de aprendizagem colaborativa para resolução de problemas a partir de projetos estruturados sobre situações reais.

- Aprendizagem Baseada em Problemas – PBL (Problem Based Learning)
Nessa metodologia em que a aprendizagem é baseada em problemas, o aprendizado passa a ser centrado no aluno, que sai do papel de receptor passivo, para o de agente e principal responsável pelo seu aprendizado. Os professores que atuam como facilitadores nos grupos têm a oportunidade de conhecer bem os estudantes e de manter contato com eles durante todo o curso.

Abaixo um comparativo entre o novo modelo e o antigo de metodologias:

Formato	Modelo Novo	Modelo Antigo
Metodologia	Autonomia do aluno, aprendizagem ativa.	Professor como centro do processo
Aula	Trabalhos em grupo. Para discutir o que foi previamente estudado.	Aula expositiva
Sala de aula	Mesas para trabalho em grupo. Cadeiras com rodas para os alunos se movimentarem.	Um aluno sentado atrás do outro com trabalho isolado.
Tempo de curso	Definido no PPC de acordo com as DCNs. Tempo de integralização mínima e máxima.	Depende do número de disciplinas cursadas.
Disciplinas	Disciplinas por áreas de conhecimento.	Sem conexão de umas com as outras. Vários assuntos diferentes durante um semestre

Faculdade	Treinamento para a vida real. Casos práticos, de empresas reais.	Mundo acadêmico, sem relação com o mundo real.
Alunos por sala	36 alunos	55 alunos
Relação com o mercado	As empresas e organizações virão buscar nossos alunos, pois eles resolvem problemas.	O aluno vai e busca do emprego

Fonte: **FABIN**(2023)

Os conteúdos são disponibilizados aos alunos através de unidades de aprendizagens (UAs). Compõem ainda os módulos temas transversais atinentes aos conhecimentos necessários para aprendizagem dos conteúdos dos módulos.

Temas Transversais

A Faculdade Brasileira de Inovação, desde sua fundação, está comprometida com ações que visam o respeito à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural, e, em sua evolução, apoiada por políticas institucionais de ensino que buscam ampliar as ações realizadas internamente e na comunidade, incentivando, promovendo e divulgando iniciativas docentes e discentes, passou a se engajar de forma a garantir a valorização da diversidade e do meio ambiente e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial. Atualmente, todas essas temáticas estão previstas nos currículos dos curso de Graduação e integram as ações institucionais de Extensão e Responsabilidade Social e são respaldadas por políticas, ações e resultados institucionais.

2.4.3.2. Pesquisa e Iniciação Científica

A Constituição tem insistido no famoso tripé ensino/pesquisa/extensão e na sua indissociabilidade. O que é um reconhecimento de que o ensinar e o aprender pressupõe, necessariamente, o trabalho de investigação. Nesse cenário, a pesquisa

da **FABIN** tem o papel de contribuir com o desenvolvimento do aluno, na forma de produção de conhecimento, e, ao mesmo tempo, resgatar as necessidades da sociedade em que está inserido, proporcionando subsídios para que essa possa se apoderar da solução de problemas.

A iniciação científica da **FABIN** é realizada de modo indissociável com o ensino e a extensão, permeando todos os níveis de ensino, tem como objetivos a produção do conhecimento novo, a criação cultural, o desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento analítico, visando à formação do cidadão profissional empreendedor, à melhoria da qualidade de vida da população e ao desenvolvimento sustentável do estado e da região.

As atividades de iniciação científica, associadas ao ensino e à extensão, são desenvolvidas a partir do estudo sistemático dos temas e dos problemas relevantes do ponto de vista científico, socioeconômico e cultural. As atividades de pesquisa, sob a forma de iniciação científica, são consideradas um instrumento básico de formação que permite introduzir os estudantes de graduação na pesquisa científica, sob a orientação de pesquisadores qualificados.

Além das discussões presenciais, por meio da educação híbrida, são permitidas diversas possibilidades de promoção da pesquisa. Durante a realização de eventos em ambientes virtuais, os alunos podem participar de palestras e contar com certificado ao fim da atividade, nesse sentido a FABIN busca:

- Incentivar a iniciação científica por meio de editais.
- Estimular a produção de artigos científicos a serem publicados na Revista Acadêmica da **FABIN** bem como em outros periódicos renomados.
- Fortalecer o núcleo de pesquisa.

2.4.3.3. Extensão (responsabilidade social)

No nosso modelo acadêmico, a extensão está integrada à matriz curricular e materializa o intercâmbio de conhecimentos entre a IES e a população. Idealizada de maneira a retroalimentar os demais vértices inerentes à formação profissional, a extensão está em constante articulação com o ensino e a pesquisa. Para isso, mobiliza conhecimentos gerais e específicos, habilidades de trabalho em equipe e empatia, o que permite trocas e vivências ricas e significativas.

Dessa forma, a **FABIN** acredita que a ciência é o motor da educação e que só a educação tem o poder de transformar o país, e tem como objetivo e meta:

- Promover a interação do aluno com a comunidade interna e externa que cerca a **FABIN**.
- Realizar atividades, eventos, feiras, simpósios, cursos etc., que devolvam à sociedade circundante da IES serviços que auxiliem em seu desenvolvimento.

2.4.4 Descrição das Projeções das Metas

Com base na análise dos indicadores institucionais e em consonância com os objetivos pretendidos, a Faculdade propõe, para o período de 2023-2027, o alcance das seguintes metas:

Quadro 1 - Metas e prazos relativos à Avaliação Institucional

OBJETIVOS/METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2023	2024	2025	2026	2027
Promover a avaliação contínua das atividades desenvolvidas pela IES.	Implementar e acompanhar a participação dos envolvidos no processo de avaliação institucional.	X	X	X	X	X
	Ampliar a divulgação de resultados e das ações realizadas.		X	X	X	X
	Analisar e implantar os resultados das avaliações nos PPCs dos cursos.		X	X	X	X

	Elaborar novos projetos e acompanhamento das ações a partir dos resultados da avaliação institucional.		X	X	X	X
Aprimorar os processos da CPA.	Consolidar o envolvimento dos coordenadores e dos professores na divulgação e na realização dos ciclos avaliativos.	X	X	X	X	X
	Implementar e aprimorar a qualidade de relatórios de avaliação.	X	X	X	X	X
	Gerar o registro das informações de maneira válida e confiável.	X	X	X	X	X

Quadro 2 - Metas e prazos relativos ao Ensino

OBJETIVOS/METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2023	2024	2025	2026	2027
Fortalecer os cursos de graduação e de pós-graduação.	Ampliar o número de alunos da graduação presencial e pós-graduação, investindo em melhorias em seus processos de captação.		X	X	X	X
	Obter os conceitos dos cursos de graduação, em busca minimamente do conceito 4 na implantação dos cursos e nos próximos ciclos avaliativos.	X	X	X	X	X
Criar e implantar novos cursos de graduação.	Mapear e identificar a demanda por novos cursos.	X	X	X	X	X
	Avaliar condições institucionais para a oferta dos cursos.	X	X	X	X	X
	Expandir a oferta de cursos para modalidade EaD.				X	X
Promover eventos nas áreas correlatas dos cursos.	Implantar atividades e eventos periódicos.	X	X	X	X	X
Consolidar os cursos de graduação e de pós-	Buscar o crescimento do número de alunos da graduação presencial e pós-graduação.	X	X	X	X	X

graduação.	Implementar e consolidar o currículo proposto pela IES.	X	X	X	X	X
Consolidar e ampliar a oferta de cursos de pós-graduação.	Promover ampla divulgação dos cursos de pós-graduação junto à comunidade, em particular ao graduando da instituição, visando a uma maior captação de candidatos para o processo de ingresso.	X	X	X	X	X

Quadro 3 - Metas e prazos relativos à Pesquisa

OBJETIVOS/METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2023	2024	2025	2026	2027
Dar visibilidade às áreas de pesquisa da IES.	Divulgar periodicamente editais de projetos de pesquisa.	X	X	X	X	X
	Priorizar os programas de pesquisa que apresentem projetos multidisciplinares.	X	X	X	X	X
	Promover a incorporação das atividades de pesquisa à cultura de toda a comunidade acadêmica.	X	X	X	X	X
Estimular e consolidar a produção científica na Faculdade.	Estimular a pesquisa em maior número de áreas do conhecimento.	X	X	X	X	X
	Propor metas de produção e produtividade científica, por pesquisadores e por grupos de pesquisa, respectivamente.	X	X	X	X	X

Quadro 4 - Metas e prazos relativos à Extensão

OBJETIVOS/METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2023	2024	2025	2026	2027
Promover e coordenar os programas de extensão na Faculdade.	Divulgar periodicamente editais de projetos de extensão.	X	X	X	X	X
	Priorizar a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade dos projetos vinculados aos programas.	X	X	X	X	X
	Estimular parcerias externas aos programas de extensão.	X	X	X	X	X
	Promover a incorporação das atividades de extensão à cultura	X	X	X	X	X

	de toda a comunidade acadêmica.					
Oferecer estímulo e suporte às atividades dos projetos extensionistas.	Estimular publicações das ações extensionistas, caracterizando uma extensão de caráter científico.	X	X	X	X	X
	Desenvolver novos projetos que possam contemplar a necessidade imediata da sociedade.		X	X	X	X
Estimular a criação de cursos de extensão.	Estimular cursos de extensão para atender à demanda da sociedade.	X	X	X	X	X
	Avaliar as práticas de extensão, no sentido de novas adequações.	X	X	X	X	X
Intensificar o sistema de coordenação e avaliação das ações de extensão.	Estabelecer políticas internas que possam fortalecer o controle das ações extensionistas da Instituição.	X	X	X	X	X
	Capacitar pessoal docente e discente, bem como técnico-administrativo, para atuar no gerenciamento das informações.	X	X	X	X	X
Consolidar as atividades voltadas para a promoção de ações de proteção social.	Fortalecer o acesso da sociedade à educação superior por meio das atividades de extensão.	X	X	X	X	X
	Propor ações sócio comunitárias, com vistas ao desenvolvimento sustentável de comunidades.	X	X	X	X	X
Aprimorar a Curricularização da extensão.	Promover encontros com os colegiados de cursos para discussão e aprimoramento dos projetos da Faculdade.	X	X	X	X	X

Quadro 5 - Metas e prazos relativos à assistência estudantil

OBJETIVOS/METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2023	2024	2025	2026	2027
	Implementar e fortalecer o acompanhamento do desenvolvimento acadêmico dos alunos.	X	X	X	X	X

Desenvolver programas para os alunos.	Implementar e ampliar o programa de bolsas e financiamentos e combater a inadimplência.				X	X
	Apoiar a divulgação da produção científica discente.			X	X	X
	Implementar e consolidar políticas de acompanhamento de egressos.			X	X	X
	Estimular adaptação e permanência do corpo discente.		X	X	X	X
Possibilitar maior aproximação dos discentes com a realidade social.	Humanizar a vivência acadêmica, através de iniciativas nas áreas social, artística, cultural e esportiva.	X	X	X	X	X
	Incentivar a participação dos estudantes em projetos comunitários.		X	X	X	X
Ampliar iniciativas para acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.	Intensificar os programas de apoio à formação acadêmica dos estudantes.	X	X	X	X	X
	Desenvolver ações didático-pedagógicas que promovam a integração de diferentes áreas do conhecimento.	X	X	X	X	X
Promover a inclusão do discente portador de necessidades educacionais especiais.	Apoiar a participação dos alunos público-alvo da educação inclusiva em atividades acadêmico-culturais.		X	X	X	X
	Oferecer condições de acessibilidade arquitetônica e atitudinal, com vistas a minimizar possíveis restrições ao PCD.	X	X	X	X	X
	Ampliar o número de acessos apropriados às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.	X	X	X	X	X
Ampliar a empregabilidade do aluno.	Ampliar as vagas de estágio e as oportunidades de emprego.		X	X	X	X
	Implementar o acompanhamento sistemático do Estágio.		X	X	X	X

Quadro 6 - Metas e prazos relativos à comunicação com as comunidades interna e externa

OBJETIVOS/METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2023	2024	2025	2026	2027
Aprimorar a comunicação com a comunidade interna e externa.	Ampliar a divulgação dos diversos cursos junto à comunidade.		X	X	X	X
	Dar publicidade dos resultados das avaliações interna e externa.	X	X	X	X	X
	Criar parcerias com mídias locais.	X	X	X	X	X
	Aprimorar as ações da Área de Comunicação e Marketing da Faculdade.	X	X	X	X	X
	Promover a atualização dos conteúdos do site da instituição, bem como divulgar eventos de interesse acadêmico-administrativo.	X	X	X	X	X
Implantar um mecanismo de melhoria no atendimento ao aluno.	Revisar a cadeia de serviços dos principais processos acadêmicos.	X	X	X	X	X
	Mapear o atendimento do início ao fim, ou seja, até a entrega dos serviços aos alunos.	X	X	X	X	X
Estabelecer comunicação com a comunidade interna.	Priorizar a transparência na comunicação interna de maneira que o colaborador seja o primeiro a saber dos projetos e dos planos.	X	X	X	X	X
	Priorizar uma política de comunicação que estimule o diálogo, a parceria e o engajamento.	X	X	X	X	X

Quadro 7- Metas e prazos relativos ao Corpo Docente

OBJETIVOS/METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2023	2024	2025	2026	2027
	Contratar professores titulados.	X	X	X	X	X

Ter um corpo docente e de tutores qualificado.	Apoiar os docentes para alcançarem a qualificação acadêmica em programas stricto sensu regulamentados e reconhecidos.		X	X	X	X
Implementar e aprimorar o plano de carreira docente e de tutores.	Contratação em regime de CLT.			X	X	X
	Implementar o plano de carreira dos professores da Faculdade.			X	X	X
	Buscar constantemente a melhoria do plano de carreira dos professores e tutores da Instituição.		X	X	X	X
Promover a formação continuada.	Capacitar interna e externamente os docentes e tutores.	X	X	X	X	X
	Prover condições institucionais para a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos e culturais que ampliem a visão de mundo do docente e dos tutores.	X	X	X	X	X
	Capacitar os docentes a utilizarem as novas tecnologias da informação e educação.	X	X	X	X	X

Quadro 8 - Metas e prazos relativos ao Corpo Técnico-Administrativo

OBJETIVOS/METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2023	2024	2025	2026	2027
Proporcionar desenvolvimento profissional dos colaboradores.	Promover a qualificação do corpo técnico-administrativo por meio de treinamentos, palestras e seminários.	X	X	X	X	X
Ampliar os projetos e programas que proporcionam qualidade de vida no trabalho.	Intensificar ações que contribuem para a satisfação do colaborador.	X	X	X	X	X
Discutir o plano de carreira do corpo técnico-administrativo.	Contratar em regime de CLT			X	X	X
	Buscar atualização do plano de carreira técnico-administrativo adotado pela mantenedora para atender a Faculdade.	X	X	X	X	X

Quadro 9 - Metas e prazos relativos à Gestão Acadêmico-Administrativa

OBJETIVOS/METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2023	2024	2025	2026	2027
Desenvolver as ações necessárias para garantir os espaços para a prática profissional.	Promover parcerias com empresas, instituições públicas e privadas, movimentos sociais e comunidades.	X	X	X	X	X
	Disponibilizar os laboratórios específicos dos cursos a serem oferecidos.	X	X	X	X	X
Promover as condições adequadas de acesso e permanência dos alunos na IES.	Elaborar e divulgar o processo seletivo.	X	X	X	X	X
	Promover o nivelamento e o reforço aos discentes.		X	X	X	X
	Implementar e aprimorar a atuação do núcleo de atendimento ao estudante.		X	X	X	X
	Atuar para garantir o acesso dos alunos à política de concessão de bolsas de estudos e descontos diversos.	X	X	X	X	X
Implantar e fortalecer a qualidade da gestão acadêmica.	Fortalecer a autonomia, a representatividade e a participação dos órgãos colegiados nas instâncias de decisão.	X	X	X	X	X
	Desenvolver mecanismos que garantam a sustentabilidade financeira.	X	X	X	X	X
	Utilizar os dados da Comissão Própria de Avaliação (CPA) para detectar as fragilidades e as potencialidades de maneira a oferecer insumos para a tomada de decisão gerencial.	X	X	X	X	X
	Zelar para que os documentos institucionais atendam aos requisitos legais e à permanente atualização e melhoria da gestão acadêmica.	X	X	X	X	X

Quadro 10 - Metas e prazos relativos à Biblioteca

OBJETIVOS/METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2023	2024	2025	2026	2027
Ampliar e melhorar o atendimento, o acervo e os espaços da biblioteca.	Ampliar e atualizar acervo de livros, periódicos, base de dados e multimídia.	X	X	X	X	X
	Melhorar a infraestrutura com relação a espaço físico e mobiliário.	X	X	X	X	X
	Promover melhoria dos equipamentos de informática, segurança e preservação.	X	X	X	X	X
	Renovar e atualizar acervo de periódicos e base de dados.	X	X	X	X	X
Atualizar acervo.	Elaborar o orçamento para aquisição do acervo de livros.	X	X	X	X	X
Oferecer cursos e oficinas constantemente.	Ministrar cursos e treinamentos para a comunidade acadêmica sobre normatização, utilização de softwares e outros temas relativos aos serviços da biblioteca.	X	X	X	X	X

Quadro 11 - Metas e prazos relativos à Infraestrutura Física

OBJETIVOS/METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2023	2024	2025	2026	2027
Adequar e reformar os espaços da IES.	Ampliar a estrutura física atual.			X	X	X
	Construir ambientes instigantes e adequados às necessidades.			X	X	X
	Promover melhoria de condições de uso de espaços físicos.			X	X	X
	Ampliar os laboratórios e atualizar os já existentes.			X	X	X
	Estabelecer e ampliar e modernizar o acesso à rede <i>wi-fi</i> .			X	X	X
	Promover melhoria constante das condições de uso dos espaços físicos, atendendo, inclusive, às necessidades	X	X	X	X	X

	de acessibilidade arquitetônicas.					
	Promover a melhoria contínua dos serviços de alimentação a partir de pesquisas de qualidade, sugestão e satisfação.	X	X	X	X	X
	Desenvolver política de manutenção e recuperação contínua dos imóveis, atuando nas áreas predial, elétrica, de refrigeração, hidráulica, de urbanismo e conforto.			X	X	X

2.5. Organização Didático-Pedagógica

2.5.1. Áreas de Atuação

A Faculdade Brasileira de Inovação – FABIN concretiza sua missão por intermédio de suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. No ensino, oferece cursos superiores de graduação, atualmente organizados na categoria bacharelado, na áreas de Ciências Jurídicas e Sociais, ofertados nas modalidade presenciais, além de Pós-graduação Lato. As atividades de pesquisa e extensão desenvolvem-se de maneira articulada e interdisciplinar conforme os projetos pedagógicos dos cursos, através dos seus projetos comunitários, possibilitando a geração e transferência de conhecimento que impacte positivamente no desenvolvimento regional e na melhoria da qualidade de vida da população.

A Faculdade tem seu limite de atuação territorial no Município de Porto Alegre para a oferta do ensino presencial.

O cenário em que se encontra a FABIN soma-se a um conjunto de transformações que a região Sul do Brasil vem passando nos últimos anos depois de décadas de estagnação. O resultado é uma demanda crescente por profissionais qualificados. A solução mais premente é investir em novas vagas que possam ampliar as

oportunidades. Essa ampliação significa romper com um histórico de exclusão educacional ao permitir que a cidadania seja fortalecida por meio do saber formal no espaço do ensino superior.

Nesse contexto, a Faculdade constitui uma opção como elemento importante para a inserção no ensino superior e para a construção dos projetos de vida e, ao mesmo tempo, um elemento de transformação social. Sua história é marcada pela preocupação de romper com as limitações socioeconômicas da região em que se encontra por meio de um projeto político-pedagógico comprometido com o desenvolvimento e a sustentabilidade.

Todo esse contexto demonstra a capacidade de inserção da FABIN nessa região, além de sinalizar para o atendimento da população local em relação à sua formação acadêmica. As escolhas pedagógicas dos nossos currículos atrelados à nossa capacidade de ofertar uma formação de qualidade, além da tradição da marca, serão um marco diferencial qualitativo para o Rio Grande do Sul e resultarão em uma oferta de egressos ainda mais preparados para atender às novas e contínuas demandas locais, regionais e nacionais.

A FABIN atua na modalidade de ensino presencial, sob uma base de infraestrutura física, de recursos financeiros e de recursos humanos. As áreas de atuação acadêmica da instituição, especificamente nas atividades de ensino, estão apresentadas a seguir.

- Graduação (Bacharelado);
- Pós-graduação Lato sensu (especializações e MBA);
- Cursos de educação continuada (presenciais e a distância);
- Cursos de extensão ou de educação continuada, em diversas áreas do conhecimento e com diferentes cargas horárias.

2.5.1.1. Graduação

A decisão de como ocorre a oferta dos cursos de graduação tem relação direta com as diretrizes estabelecidas neste PDI e responde às diversas demandas sociais, mercadológicas e institucionais. São realizados estudos constantemente sobre a adequação da infraestrutura existente, a disponibilidade de corpo docente qualificado, a viabilidade econômico-financeira, os interesses sociais e institucionais dessa oferta, a demanda existente.

A observância dessas diretrizes precede a elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e a organização dos conteúdos em uma matriz curricular. Os PPCs, por sua vez, tomam por base o projeto educacional da Faculdade, conforme este documento, as Diretrizes Curriculares Nacionais, quando existentes, e as regulamentações legais pertinentes. Após o enquadramento referido, o PPC, proposto pela coordenação do curso e seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), torna-se objeto de análise dos gestores diretamente envolvidos (coordenador de curso/diretor da IES) e posterior deliberação pelos respectivos órgãos colegiados.

A incorporação de recursos tecnológicos ocorre por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem; Sistema de gerenciamento de biblioteca; Sistema de Intranet; Capacitação de gestores e docentes via ambiente virtual; Autoatendimento do Aluno; Autoatendimento do Professor; Sistema acadêmico; Laboratórios especializados e atualizados com as últimas versões de software; Disponibilização de recursos tecnológicos para o atendimento educacional especializado, tais como, teclado em Braille, software NVDA, Vlibras e Hand Talk; Realização de webconferências.

2.5.1.2. Pós-Graduação Lato sensu

A FABIN oferece cursos de especialização, em nível de pós-graduação lato sensu, destinados aos portadores de diploma de graduação, obedecendo à legislação em vigor. As condições de oferta, o número de vagas disponíveis, os dias de aula e o

horário dos cursos irão variar de acordo com a demanda e a estrutura da unidade. Essas informações estão disponibilizadas no site institucional e divulgadas nos meios midiáticos, maximizando as oportunidades de os interessados conhecerem o portfólio. A pós-graduação possui normativas institucionais que serão aprovadas em conselho superior abordando suas especificidades de oferta.

2.5.1.3. Cursos de Educação Continuada

A FABIN oferece, ainda, cursos de educação continuada, destinados aos públicos interno e externo, em consonância com o que está previsto na legislação em vigor. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9394/96, no capítulo IV, Da Educação Superior, artigo 43, estabelece que as IES têm como fim:

[...] IV – Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação. VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade. VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, a FABIN tem como uma de suas premissas de trabalho, a aproximação com a comunidade do entorno e com a comunidade local, de modo a promover cursos de extensão e de educação continuada por meio de práticas extensionistas. Além disso, a oferta de cursos de pós-graduação e MBA direcionam a vocação da instituição de acompanhar a formação contínua dos egressos. Esses podem ser premiados ao fim da graduação, de acordo com critérios institucionais,

entre eles, seu desempenho, com bolsa para cursar o programa de especialização lato sensu da Instituição.

2.6. Organização Administrativo-Acadêmica

A Faculdade Brasileira de Inovação - FABIN, integrante do Sistema Federal de Ensino, com sede e limite territorial de atuação circunscrito ao município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é mantida pela E-FRONT SISTEMA EDUCACIONAL LTDA., pessoa jurídica de Direito Privado, com fins lucrativos, com sede e foro no mesmo endereço da mantida, localizada na Rua Uruguai 277 - CONJ 601 ANDAR 5O. Bairro Centro Histórico – CEP 90.010-140, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número: 47.737.719/0001-73.

A organização administrativo-acadêmica norteia as orientações e tomadas de decisão pertinentes à vida acadêmica e administrativa institucional, proporciona base às ações de todos os segmentos envolvidos no processo educativo e visa ao fortalecimento da identidade da Instituição.

Desta forma, a FABIN, no gozo da sua autonomia didático-pedagógica, administrativa e disciplinar, é regida pelos seguintes instrumentos:

- I. Constituição da República Federativa do Brasil e demais legislações vigentes;
- II. Normas Brasileiras do Ensino Superior;
- III. Contrato Social da Mantenedora, no que couber;
- IV. Regimento Geral;
- V. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- VI. Projeto Pedagógico Institucional (PPI); e
- VII. Resoluções de seus Órgãos e Atos do Diretor Geral.

O Regimento Geral da Faculdade Brasileira de Inovação explicita, com clareza, a estrutura organizacional e disciplina suas atribuições, a forma de cumpri-las e lhe assegura a necessária autonomia administrativa e acadêmica em suas relações com a mantenedora.

O *modus operandi* da estrutura como um todo gira em torno de políticas institucionais que são operacionalizadas por programas institucionais. As políticas e os programas nascem do coletivo, porque, assim como existem as instâncias decisórias, também existe uma forma de gestão democrática e participativa que, nascendo da Diretoria Geral, permeia o todo institucional que, na FABIN, sempre será maior do que a soma das partes.

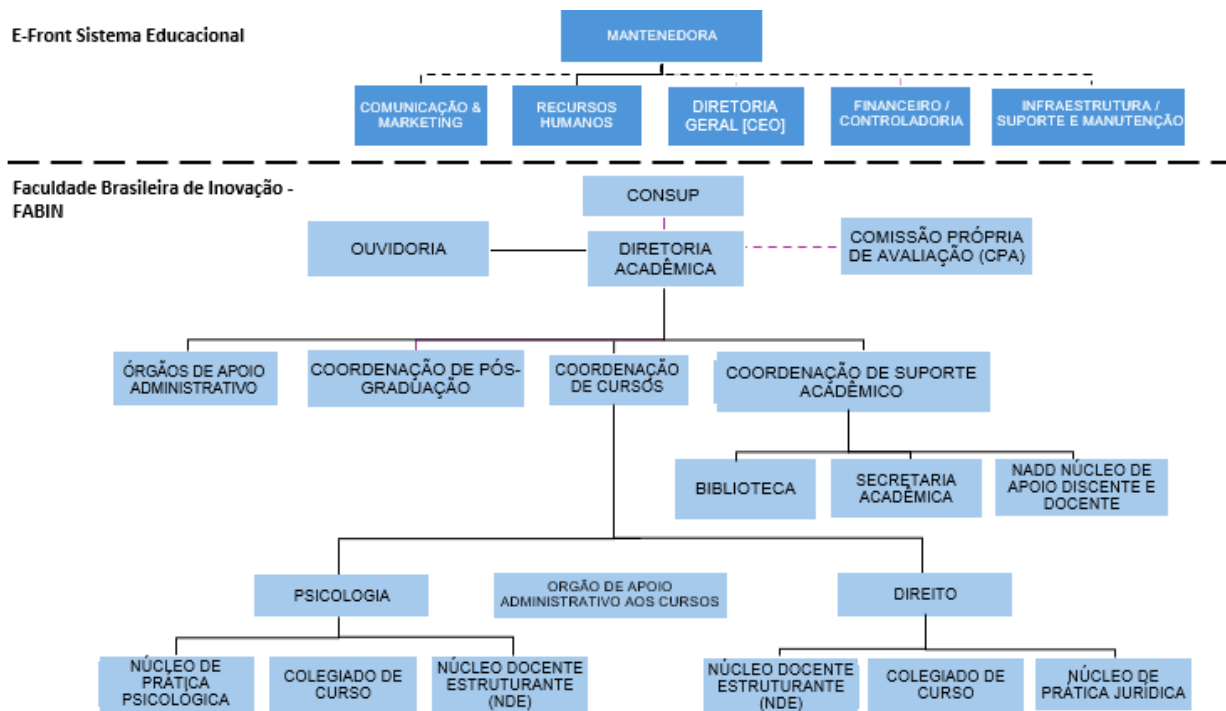
Os processos de gestão institucional estão pautados na missão, visão e valores institucionais, organizados e orientados em conformidade com seus objetivos, considerando a autonomia e a representatividade dos segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, regulamentando o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados e sistematizando e divulgando as decisões colegiadas, cuja apropriação pela comunidade interna é assegurada.

As iniciativas da Faculdade estão sintonizadas com um modelo acadêmico preocupado com as transformações sociais motivadas pela exigência da globalização, da economia e dos constantes avanços tecnológicos. A tríade ensino, investigação científica e extensão é norteadora dos caminhos a serem trilhados pela instituição, sempre em defesa de um ensino que construa conhecimento, desenvolva ciência e enfatize o homem como a essência da tecnologia.

1.6.1. Estrutura Organizacional, Instâncias De Decisão E Organograma

Verifica-se, em síntese, na Figura 2, a estrutura organizacional da Faculdade Brasileira de Inovação, constatando-se a linha de gestão democrática e participativa adotada institucionalmente:

Figura 2 – Organograma



Fonte: FABIN (2025)

Cabe esclarecer que as instâncias colegiadas possuem regulamentos próprios que definem, entre outros, as atribuições definidas no Regimento Geral, a composição e o mandato dos seus membros, sendo estes nomeados por Ato da Diretoria. Os registros das reuniões ocorrem por meio de atas, calendários aprovados e outros documentos que comprovam a presença e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica e sociedade civil organizada, quando for o caso. No que tange às decisões dos órgãos colegiados, estas são sistematizadas e divulgadas por meio de políticas, pareceres, relatórios, atos normativos e autorizativos específicos, bem como pelas atas de suas reuniões, sendo assegurada a apropriação pela comunidade interna.

A administração da Faculdade, exercida sob a supervisão do Diretor Geral, organiza-se nas seguintes instâncias principais, compostas pelos seguintes órgãos:

- I. Conselho Superior – CONSUP;
- II. Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- III. Diretoria Geral;
- IV. Colegiados de Cursos;
- V. Coordenação de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação Lato Sensu;
- VI. Núcleos Docentes Estruturantes - NDE;
- VII. Coordenações de Apoio Corporativo e de Suporte Acadêmico; e
- VIII. Ouvidoria.

O Regimento Geral e os atos normativos da FABIN contemplam as atribuições, composição e competências de seus órgãos colegiados.

São órgãos colegiados de caráter consultivo, normativo e de deliberação participativa: Conselho Superior - CONSUP; Comissão Própria de Avaliação – CPA; Colegiados de Cursos; e Núcleos Docentes Estruturantes - NDE.

São órgãos deliberativo-executivos acadêmicos: Diretoria Geral; Coordenação de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Coordenações de Cursos de Graduação.

São órgãos executivos de apoio institucional, no seu âmbito de atuação: Coordenações de Apoio Acadêmico e Corporativo.

É órgão representativo, no seu âmbito de autonomia e atuação: Ouvidoria.

Em razão de sua natureza e de suas funções precípuas, a Faculdade Brasileira de Inovação é uma entidade que se caracteriza pelo diálogo permanente com sua comunidade interna e externa. Receber informação, analisá-la em todas as suas dimensões e emitir respostas à comunidade constituem aspectos inerentes ao sistema de comunicação de uma Instituição de Ensino Superior - IES, que vive intensamente a relação entre instituição e sociedade.

Cabe aos órgãos colegiados de ensino e pesquisa da Faculdade a deliberação sobre o conjunto de atividades essenciais para a vida acadêmica consubstanciados nos artigos 53 e 54 da LDB, respeitadas a legislação pertinente e as diretrizes educacionais.

1.6.2 Gestão e Processos de Decisão

A gestão e a tomada de decisão serão realizadas considerando o que é estabelecido no Regimento, no PDI, no PPI e nos PPCs. Os objetivos e as metas estão estabelecidos no Planejamento Institucional, bem como o objetivo primeiro de maximizar o processo de ensino-aprendizagem.

Quanto às finalidades educativas, as decisões institucionais são tomadas pelo colegiado, pela mantenedora, pelas diretorias, pelas gerências e pelos coordenadores, tendo como referência as avaliações institucionais a serem realizadas semestralmente por todos os segmentos da instituição e pautadas pela missão e seus princípios norteadores.

1.6.3 Uso da Gestão Estratégica e modos de participação dos atores na gestão

A FABIN promove ampla discussão para a elaboração do seu Planejamento Estratégico, oportunidade em que se buscará identificar cenários, antecipar problemas e prover soluções adequadas à consecução dos seus objetivos. Para a identificação de problemas futuros e para subsidiar a definição das ações necessárias, a estratégia mais eficaz será a presença e a participação efetiva dos coordenadores, gerentes e dos diretores junto aos alunos no dia a dia da instituição.

É respeitada a autonomia da Faculdade em relação à sua mantenedora, visto que, o orçamento para será elaborado pela diretoria e pelos líderes administrativos. Após ser aprovado pela área financeira, cada ator tem autonomia para gestão.

Cabe à Mantenedora garantir os recursos econômico-financeiros e patrimoniais à FABIN e assegurar os recursos orçamentários aprovados na forma do Regimento Geral da Faculdade e planejados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

1.6.4 Ouvidoria

A Ouvidoria da **FABIN**, representada por um ouvidor, é o órgão de otimização da comunicação e aperfeiçoamento dos padrões e mecanismos de transparência, eficiência, segurança e controle dos serviços prestados no âmbito de suas unidades, e tem como objetivos:

- I. Assessorar a Direção Geral da **FABIN** quanto aos itens de maior incidência ou de maior relevância, com o fim precípuo de reestruturação de ações e procedimentos para toda a comunidade acadêmica;
- II. Orientar a comunidade acadêmica em relação à utilização da Ouvidoria;
- III. Identificar suas instâncias e forma de resolução e orientação das necessidades de docentes e discentes; e
- IV. Permitir a participação efetiva da comunidade, tendo em vista a melhoria das condutas acadêmicas e administrativas.

A **FABIN** possui um canal aberto para todos os membros internos e externos da comunidade acadêmica. As demandas são realizadas na página da Instituição, uma vez realizada a demanda a Ouvidoria inicia o processo para com o objetivo averiguação e de saná-lo.

1.6.5 Autonomia da IES em relação à mantenedora

A FABIN aplica esses recursos referidos na consecução das suas finalidades e objetivos, fazendo uso de sua autonomia administrativa, econômico-financeira,

didático-pedagógica e disciplinar, nos termos do Artigo Nº 207 da Constituição Federal, das normas emanadas do poder público, do Regimento Geral da Faculdade.

Os órgãos colegiados estabelecem as diretrizes didático-científicas, administrativas e disciplinares na FABIN. No conselho superior, assim como no colegiado de cursos, existem representações docente e discente, além da participação dos responsáveis pela administração direta da instituição (diretor e coordenadores). No caso específico do conselho superior, estão presentes também representantes da mantenedora e da comunidade.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) estabelecerá políticas e diretrizes pedagógicas próprias para os cursos, considerando as especificidades de cada curso. A diretoria da instituição será exercida por uma pessoa que dirige, coordena, fiscaliza e superintende as atividades acadêmicas, administrativas e financeiras da FABIN, além de ser responsável pelo desenvolvimento de ações que levem à concretização das inscrições ao processo seletivo, à matrícula efetiva nos cursos oferecidos e à diplomação dos concluintes.

Os coordenadores de cursos serão professores designados pela Diretoria Geral da instituição e têm por função assessorá-la a desempenhar todas as funções acadêmicas que lhe forem delegadas, devendo zelar pela manutenção do bom nível de qualidade dos cursos. Os coordenadores estarão disponíveis para atendimento aos alunos em dias e horários previamente acertados com a diretoria e divulgados aos colaboradores e aos alunos da instituição.

1.6.6 Relação com a comunidade, instituições e empresas

As relações da FABIN com a Comunidade, o Governo e o Setor Empresarial processam-se conforme o disposto em suas políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, uma vez que essas três grandes dimensões da ação universitária estão, na

declaração de missão institucional, vinculadas ao compromisso de contribuir para o desenvolvimento regional.

1.6.7 Ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias

Ainda no que compete à organização administrativo-acadêmica e gestão institucional, de modo a cumprir a legislação vigente, as políticas institucionais e assegurar a transparência, a Faculdade manterá, para consulta dos alunos ou interessados, o registro oficial, devidamente atualizado, dos seguintes elementos:

- I. projeto Pedagógico e componentes curriculares de cada curso, sua duração seus requisitos e os critérios de avaliação;
- II. conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos em seu Regimento;
- III. descrição da Biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, físico, virtual ou ambos, relacionada à área do curso, inclusive ao compartilhamento com outros cursos, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;
- IV. descrição da infraestrutura física destinada ao curso, inclusive do compartilhamento com outros cursos, quais sejam: laboratórios, equipamentos instalados, infraestrutura de informática e redes de informação;
- V. edital de abertura do vestibular ou processo seletivo do curso, a ser publicado no mínimo 30 (trinta) dias antes da realização da seleção, que contenha as informações previstas na legislação vigente; e
- VI. publicização das parcerias estabelecidas pela Faculdade com instituições e empresas governamentais e não governamentais.

Por fim, os processos de gestão institucional e a estrutura organizacional da Faculdade, apresentados neste PDI, estão em consonância com as Políticas de Gestão e traduzidos na organização acadêmica e nas relações com a comunidade

acadêmica consubstanciada nos programas institucionais, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão previstos, respeitando-se a autonomia de cada órgão.

Dessa forma, apresentada a organização administrativo-acadêmica, inicia-se o capítulo II que aborda o Projeto Pedagógico Institucional e retrata o modelo, referências e políticas educacionais.

3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que integra o Plano de Desenvolvimento Institucional, está regulamentado pela legislação vigente e estabelece a articulação entre a teoria e a prática nas Instituições de Educação Superior.

O PPI estabelece o processo pedagógico da IES, desde a definição do perfil dos egressos, o norteador para os projetos pedagógicos dos cursos de todas as modalidades, as metodologias e recursos tecnológicos para a construção de seus cursos, flexibilização e integralização dos componentes curriculares, bem como as políticas para a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica.

3.1 Princípios Filosóficos e Técnico-mercadológicos que norteiam as Práticas Acadêmicas da Instituição

O aluno que busca a **FABIN**, por seu status social, está investindo em seu futuro. O ingresso no ensino superior é visto como uma oportunidade de crescimento de melhoria em sua vida profissional. É necessário entender que este aluno, que terminou seu ensino médio há mais de cinco anos, está inserido no mercado de trabalho e na maioria das vezes é o primeiro membro da família a cursar o ensino superior.

Em relação ao processo de ensino aprendizagem este não pode mais ser centrado no professor. O protagonismo deve ser do aluno e as práticas acadêmicas devem ser desenvolvidas no sentido de proporcionar ao aluno vivências que facilitem com que os conteúdos a serem desenvolvidos possam ser percebidos. O ensino deve ser sempre aproximado da realidade vivida pelo aluno.

A cobrança de resultados deve ser uma constante, mas deve ser entendido que cada aluno tem seu limite. Além disso, é fundamental entender a diferença entre cada aluno, como sujeito de aprendizagem.

Nesse sentido, não basta o crescimento profissional é necessário que o aluno tenha durante sua formação o crescimento pessoal, sempre respeitando os valores apregoados pela Instituição.

O pensamento sistêmico presente na **FABIN** se apoia na premissa da importância de vincular-se à sociedade na qual está inserida e que começa a partir do momento da implementação de um conjunto de projetos sociais que atenda às necessidades e expectativas das pessoas. Nesse sentido, como um elo inquebrantável, se estabelece uma rede de relacionamentos entre seus acadêmicos e demais partes interessadas, a qual fortalece e permite a disseminação de uma filosofia de ensino que se bem desdobrada, ultrapassa os limites das práticas de ensino-aprendizagem da sala de aula convencional e, como diferencial, utiliza de forma integrada, os sistemas de aprendizagem com o sistema acadêmico. A responsabilidade social na Educação e um olhar atento às questões artísticas, culturais e, principalmente, tecnológicas, faz parte da filosofia de trabalho da **FABIN** tal qual ocorre com a maioria das IES que declaram aberta sua preocupação com a formação do estudante enquanto cidadão. Com base no escopo a **FABIN** adota os seguintes princípios filosóficos e técnico - mercadológicos:

- Formar lideranças com capacidade para atuar em equilíbrio com técnica e humanidade, a fim de contribuir para a redefinição das práticas sociais injustas e desiguais;
- Participar de ações para a inclusão social e promoção da cidadania;
- Atuar em defesa do meio ambiente, especialmente no âmbito regional;
- Promover o desenvolvimento econômico sustentável;
- as cargas horárias limites para as matrizes curriculares não podem ser inferiores ao estipulado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- o nivelamento deve ser uma atividade complementar obrigatória;
- nos projetos de cada curso, deve estar prevista a carga horária adicional destinada a outras atividades complementares específicas do curso;

- as cargas horárias e as normas destinadas à prática do estágio supervisionado (conforme Diretrizes Curriculares do Curso) e à elaboração do trabalho de conclusão do curso devem ser construídas respeitando-se as especificidades de cada curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para graduação;
- cumprimento das políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial:
- a temática da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas disciplinas e nas atividades curriculares do curso, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira, africana e Indígena, nos termos da Lei n. 9.394/96, com a redação dada pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP n. 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP n. 3/2004.
- A integração de educação em direitos humanos à matriz curricular de forma transversal, contínua e permanente, atendendo às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP n. 8/2012, que originou a Resolução CNE/CP n. 1/2012.
- acessibilidade arquitetônica e atitudinal, atendendo ao requisito legal sobre condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/1988, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei n. 10.098/2000, nos decretos n. 5.296/2004, 6.949/2009, 7.611/2011 e na Portaria n. 3.284/2003, e proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, conforme disposto na Lei n. 12.764/2012.

- a inserção da disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como optativa para cursos de tecnologia e bacharelado, e obrigatória para cursos de licenciatura, atendendo ao Decreto n. 5.626/2005.
- integração das políticas de educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, atendendo à Lei n. 9.795/1999 e ao Decreto n. 4.281/2002.
- Observar os aspectos legais que definem a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764 de 27/12/2012);
- Observar e integrar aspectos referentes à educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002) às disciplinas dos cursos, de forma transversal, contínua e permanente.

3.2 Diretrizes e Princípios pedagógicos

As diretrizes pedagógicas da **FABIN** estão fundamentadas nos seguintes aspectos:

- I. Planejamento participativo dos cursos, tendo como eixo norteador a interdisciplinaridade entendida como atividade de investigação e de interação com a realidade;
- II. Planejamento das unidades curriculares dos cursos tendo como eixo articulador a teoria-prática; alcançando-se com professores atuantes no mercado de trabalho.
- III. Organização curricular articulada com as demandas da educação básica.
- IV. Desenvolvimento de toda comunidade acadêmica para a integração dos acadêmicos que necessitam de acessibilidade física, cognitiva e social.
- V. Acompanhamento e avaliação permanente dos currículos dos cursos, pelo Núcleo Docente Estruturante, com vistas à melhoria da qualidade de ensino ministrado;

- VI. Acompanhamento e incentivo junto aos professores a criação de artigos para serem publicados em revistas acadêmicas de outras IES e da própria **FABIN**.
- VII. Enriquecimento e aprofundamento dos currículos de graduação com a oferta de cursos de pós-graduação e de extensão;
- VIII. Integração da **FABIN** à comunidade com a oferta de programas articulados com as novas necessidades e demandas da sociedade.
- IX. Ação Social, trabalhando a visão do terceiro setor em atividades pedagógicas.
- X. Capacitação docente, discente e técnico administrativo.
- XI. Investindo no Ensino, Pesquisa e Extensão.

3.2.1 Organização curricular

Os pressupostos, utilizados para a organização curricular dos cursos da FABIN, consideram uma perspectiva de articulação interdisciplinar, voltada para a apropriação de conhecimentos, habilidades e competências, considerando-se a avaliação crítica e reflexiva de valores e práticas. Dessa forma, concebe-se a proposta curricular de modo vivo e dinâmico que deve abarcar inovações, sempre que necessário, para atender às novas demandas das distintas áreas profissionais.

Nesse sentido, a FABIN desenvolverá um trabalho de formação pedagógica e revisão de sua abordagem, e propôs-se a trabalhar com currículos orientados por competência, a partir da definição do perfil do egresso, o que deve possibilitar alinhar metodologias de ensino-aprendizagem, práticas pedagógicas, diferentes contextos e cenários de aprendizagem, métodos de avaliação e atividades de pesquisa com esse princípio de organização curricular. Caracteristicamente, tal opção implica que as proposições curriculares sejam centradas na busca ativa pelo conhecimento, na interdisciplinaridade, na integração teórico-prática e na interação ensino-sociedade, o que traz o desenvolvimento da identidade profissional, como foco das atividades de aprendizado. A construção das proposições curriculares pressupõe a identificação e a

definição das competências necessárias à boa prática profissional e, em seguida, bem como a definição de habilidades e conteúdos base para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Entendemos que o desenvolvimento de novas experiências curriculares estimula práticas educacionais significativas e permite que a Instituição estabeleça estratégias inovadoras na formação do cidadão intelectualmente autônomo, participativo, solidário, crítico e em condições de exigir espaço digno na sociedade e no mundo do trabalho.

3.2.2 Estrutura curricular e coerência com as Diretrizes Curriculares Nacionais

A proposta curricular de todos os cursos da Instituição é marcada pela flexibilidade que se materializa na oferta de unidades curriculares eletivas. Elas viabilizam a oferta de Libras, obrigatória nesse formato em todos os cursos, exceto nas licenciaturas que assume característica obrigatória.

A carga horária total do curso está de acordo com a Res. CNE/CES, n. 3, de 2 de julho de 2007 que determina que a carga horária mínima do curso deve ser calculada em horas de 60 minutos. Na Instituição, a hora-aula tem duração de aproximadamente 60 minutos. A diferença para hora relógio é compensada por meio das Atividades Práticas Supervisionadas.

Outro ponto de destaque no Modelo Educacional FABIN é a obrigatória articulação entre teoria e prática, fundamental à metodologia ativa, cujo pressuposto é que se aprende melhor fazendo (ou simulando), e esse movimento permanente de ir e vir, facilita e legitima o processo de ensino-aprendizagem.

Os cursos têm elementos diferenciais que os caracterizam como comprovadamente inovadores ao longo de sua matriz curricular, o que evidencia a motivação para estender ao estudante algo diferenciado de cunho inovador.

A matriz curricular apresenta um elenco de unidades curriculares a serem cursadas pelo estudante que, naturalmente, consideram a construção de conhecimentos, desde

fundamentos da área de conhecimento até alcançar unidades curriculares de cunho profissional. Paralelamente, o Modelo Acadêmico prega que a relação teoria e prática permeia todo o percurso de formação do estudante e, dessa forma, as unidades curriculares têm seus Planos de Ensino balizados. O percurso de formação do curso é representado nos Projetos Pedagógicos de Curso de forma espacial.

3.2.3 Concepção do currículo

A qualidade acadêmica, a inovação, a empregabilidade e a internacionalidade constituem importantes e valorizados referenciais e diferenciais institucionais que permeiam, em maior ou menor grau, todos os cursos da Instituição.

Antes de avançar, cabe um esclarecimento sobre conteúdos cocurriculares, isto é, presentes no PPC, não necessariamente expressos na matriz curricular. Neste aspecto, destaque especial é dado aos vértices de pesquisa e extensão cujo calendário acadêmico materializa ações dessa natureza.

A matriz curricular do curso preza, sobretudo, pela formação profissional do egresso e as contrapartidas exigidas em termos de atualização dos conteúdos curriculares em conformidade com a evolução do mundo do trabalho, o que induz o contato com conhecimento recente e inovador. Essa atualização pode ser detectada na nomenclatura das disciplinas e confirmada a partir da análise dos Planos de Ensino e bibliografias das disciplinas. Além disso, há um zelo na adequação das cargas horárias cuja confirmação se obtém ao analisar o agrupamento das disciplinas afins e o encadeamento proposto.

A Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Lei 11.645 de 10 de março de 2008 e Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004, são tratadas no decorrer dos cursos no âmbito das disciplinas “Antropologia e Cultura Brasileira”, “Estilo de Vida, Saúde e Meio Ambiente” e “Projeto Integrador: Temas Transversais”, que atendem suficientemente a legislação.

Também a temática Educação em Direitos Humanos, conforme Resolução CNE/CP nº 01/2012, encontra-se contemplada em disciplinas como “Desafios Contemporâneos”, “Desenvolvimento Humano e Social” e “Projeto Integrador: Temas Transversais”, que atendem suficientemente a legislação. Não obstante, integra a Agenda Institucional de Responsabilidade Social a iniciativa semestral denominada Rodas de Conversa, que trata do necessário respeito à diversidade e cuja prática está em linha com a temática de Direitos Humanos. A própria Política de Extensão conta com um de seus eixos dedicado aos “direitos humanos, cidadania, diversidade e inclusão”.

Os temas relacionados à Educação Ambiental Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e Resolução CNE/CP nº 02/2012, são abordados no decorrer dos cursos da seguinte forma: o tema é discutido em disciplinas como “Desafios Contemporâneos”, “Desenvolvimento Humano e Social” e “Estilo de Vida, Saúde e Meio Ambiente”, combinada à inserção da matéria em outras disciplinas, transversalmente ao currículo. Além disso, do ponto de vista cocurricular, a Política de Extensão está alicerçada em três dimensões, sendo uma delas a dimensão ambiental.

A disciplina de Libras, conforme Decreto nº 5.626/2005 é ofertada como unidade curricular eletiva em todos os cursos de graduação da Instituição exceto se tratar de licenciatura cuja completude e aprovação é necessária para a integralização da matriz curricular.

As ações afirmativas estão presentes de forma transversal e articulada com os conteúdos e práticas em todos os currículos dos cursos da FABIN.

Todos os temas relacionados à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural, à diversidade e ao meio ambiente estarão contemplados em maior ou menor medida nos diferentes cursos, por meio de práticas pedagógicas; temáticas transversais, nos cursos de graduação, em disciplinas da matriz curricular e em Projetos Integradores; e da exploração de interfaces entre arte e cultura em seus cursos.

Cabe destacar que as ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial constituem a prática pedagógica valorizada pela FABIN e corrobora para o desenvolvimento de habilidades profissionais, a partir da transversalidade curricular desses temas e das oportunidades nas quais os estudantes aplicarão seus conhecimentos teóricos em situações práticas, com o desenvolvimento de competências profissionais inerentes ao projeto pedagógico do curso e ampliando as competências do egressos.

3.2.4 Flexibilidade dos Componentes Curriculares

As inovações organizacionais trazem formas mais participativas, integradas, grupais, descentralizadas, autônomas, envolventes e flexíveis e chegam a constituir patamares superiores que favorecem o aperfeiçoamento do trabalho humano. Nesse cenário, todas as atividades humanas necessitam apoiar-se em uma base de informações confiável e, se possível, cada vez mais completa, com a necessidade de atrelar a capacidade de usar a informação com a aplicação de conhecimento ao domínio de procedimentos, com o emprego de habilidades específicas e instrumentais ao encontro de soluções tecnológicas disponíveis para finalidades determinadas.

Tendo tais considerações em conta, a formação profissional implica desenvolver a capacidade de inovar, de produzir novos conhecimentos e soluções tecnológicas adequadas às necessidades sociais, o que exige muito mais do sistema educacional.

A FABIN procura propiciar variedade na oferta de tipos de atividades para a integralização curricular, incentiva a articulação entre atividades desenvolvidas pelo aluno no âmbito acadêmico com aquelas de seu campo de atuação profissional, dá ênfase em atividades centradas na criatividade e na capacidade de buscar novas interpretações às situações propostas.

A flexibilidade dos componentes curriculares possibilita liberdade no percurso de formação, o que dá autonomia ao estudante, para construir seu caminho, seu

currículo e sua identidade. É necessário o entendimento de que tudo o que se faz ou se vivencia em uma instituição de ensino superior é currículo. Sendo assim, não é algo que possa ser entendido como definitivo, mas, como um projeto que se forja no cotidiano, construído reciprocamente pelo professor e pelos estudantes. Sendo assim, a flexibilização faz com que a organização curricular assuma um novo desenho, a partir de uma nova concepção; e o currículo passa a ser concebido como um processo não-linear e rotineiro, no qual as unidades curriculares deixam de ser verdades acabadas a serem repassadas e transmitidas. Torna-se um espaço de produção coletiva e de ação crítica. Os conteúdos das unidades curriculares não são mais a “essência” de um curso, tornam-se referências para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, oferecendo aos estudantes um sólido e crítico processo de formação. Quando a instituição utiliza tais possibilidades, entende que se efetiva a flexibilização curricular, na perspectiva de um currículo que rompe com a predominância de disciplinas e tem a transdisciplinaridade como eixo de referência. É, no entanto, essencial que, ao serem selecionadas para fazer parte do percurso curricular, as ações mantenham estreita vinculação com o núcleo epistemológico do curso, a partir do perfil do profissional delineado no projeto pedagógico. É importante também que essas ações possibilitem ao estudante a vivência de experiências significativas e que deem a eles condições de refletir sobre as grandes questões da atualidade e, a partir da experiência e dos conhecimentos construídos e refletidos, constituir uma formação compromissada com as demandas e os desafios de sua realidade profissional.

A flexibilização curricular, especialmente a dos elementos curriculares, têm constituído, nos últimos tempos, um desafio na forma de conceber e desenvolver o currículo. O Projeto Pedagógico de Curso, no exercício de sua autonomia, deve prever, entre os componentes curriculares, tempo, para permitir ao estudante incorporar outras formas de aprendizagem e de formação social. A flexibilização do currículo permite ao estudante extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional, bem como construir seu caminho, seu currículo e sua identidade.

A flexibilidade, ao considerar a proposta curricular da Instituição, materializa-se na oferta de componente curriculares eletivas.

3.2.5 Atividades Práticas e Estágios Curriculares Supervisionados

O estágio supervisionado foi instituído pela Lei 6494/77, mas atualmente é regulamentado pela Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e previsto no artigo 82º da LDB (Leis de Diretrizes e Bases). Tem a finalidade de proporcionar ao estudante a vivência, na prática, do seu aprendizado teórico, e visa a preparação para o trabalho produtivo e aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e o desenvolvimento do estudante para a vida pessoal e profissional.

Na FABIN o estágio supervisionado estará contido na matriz curricular dos cursos que optaram pela oferta de estágio aos estudantes em razão do cumprimento das diretrizes curriculares nacionais ou por deliberação da coordenação do curso em comum acordo com o Colegiado de Curso e apoiado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE). Constitui uma prática pedagógica, valorizada pela Faculdade, que corrobora para o desenvolvimento de habilidades profissionais, a partir de oportunidades nas quais os estudantes aplicarão seus conhecimentos teóricos em situações práticas, desenvolvendo competências profissionais inerentes ao projeto pedagógico do curso e ao perfil do egresso.

Há várias formas de vínculos aceitas para o cumprimento do Estágio e, para cada uma delas, é necessário um conjunto de documentos e de aprovação do Supervisor de Estágio.

A forma mais comum e aceita é por meio de um Convênio ou Contrato de Estágio com uma empresa do setor e Termo de Compromisso entre as partes. Porém, também poderá ser cumprido por meio de Registro CLT, ou se for proprietário ou cooperado em alguma empresa ou ainda funcionário público nomeado, desde que a atividade desenvolvida tenha relação com o curso em que estuda. A validação desses

vínculos é feita pelo Supervisor de Estágio, profissional responsável por avaliar as atividades desenvolvidas na empresa onde o estágio for realizado.

Nos cursos em que constitui atividade obrigatória, o estágio deverá ser realizado no semestre indicado na matriz curricular do curso e deve totalizar a carga horária estabelecida, nas quais devem ser cumpridas até o último semestre do curso. Caso isso não ocorra, o estudante deverá matricular-se novamente na disciplina.

Todas as orientações para a realização do estágio e documentação necessária estão disponíveis no portal da Instituição. A regulamentação do estágio no âmbito do curso encontra-se consolidada e divulgada. Constitui de volume independente e está disponível para consulta, o que inclui as formas de apresentação dos relatórios de estágio e outras exigências quando for o caso.

A Instituição credita ao Estágio Supervisionado o coroamento das diversas competências profissionais desenvolvidas ao longo do curso e previstas no Perfil do Egresso, caracterizando-o como uma etapa de culminância da aprendizagem (capstone). Daí a necessária consistência no seu roteiro, o que valoriza e torna a experiência de aprendizagem do aluno única.

A avaliação do estagiário conta com a perspectiva avaliativa do seu gestor imediato, o que estabelece uma interlocução entre a Instituição e o ambiente de estágio, estreita os laços entre as partes e fornece insumos para atualização e melhoria das práticas de estágio.

Reforçando a relação com a rede de escolas da educação básica, o estágio curricular supervisionado, conforme seu Regulamento, possibilita aos seus estagiários a vivência da realidade escolar de forma integral, a participação em reuniões de professores e/ou conselhos de classe e concretiza a relação do estagiário e da própria Instituição com a rede de escolas de Educação Básica.

O regulamento de estágio do curso destaca o necessário acompanhamento pelo docente orientador ao longo das atividades no campo da prática, com vistas a estimular a implantação de práticas inovadoras.

Vale enfatizar que, no que diz respeito à relação teoria e prática, o estágio curricular supervisionado promove a relação teoria e prática ao articular o currículo dos cursos e aspectos práticos da Educação Básica, ao promover o embasamento teórico das atividades planejadas no campo da prática e ao inserir o estagiário em atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica, o que gera reflexão teórica a respeito de situações vivenciadas e eventual criação de soluções que articulam teoria e prática.

Cabe esclarecer que, para os cursos que não exigem estágio curricular, porque estão desobrigados legalmente face às diretrizes curriculares nacionais, é facultado aos estudantes a realização de estágios extracurriculares a qualquer tempo. O registro desses estágios não curriculares é realizado na Instituição.

3.2.6 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso ou Trabalho Final de Graduação, quando previsto na matriz curricular, está institucionalizado no âmbito do curso e formalizado mediante regulamento próprio, materializado em Manual que detalha todas as suas etapas, incluindo as formas de apresentação pelos estudantes.

A orientação do Trabalho de Conclusão de Curso ou Trabalho Final de Graduação é responsabilidade de um conjunto de docentes que são liderados pelo responsável pela disciplina. A coordenação é realizada por este em parceria com o coordenador do curso.

3.3.7 Atividades Complementares

As Atividades Complementares constituem práticas acadêmicas obrigatórias para os estudantes dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Superior, e com a Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional. Têm o propósito de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional. Estão formalizadas na Instituição por meio de Regulamento próprio, devidamente aprovado pelas instâncias superiores, e encontra-se disponível para consulta.

As Atividades Complementares possibilitam a flexibilização curricular a partir do estímulo à prática de estudos independentes e da criação de oportunidades para o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem. Além disso, permitem a ampliação dos conhecimentos e o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas além da sala de aula, o que estimula a iniciativa e autonomia do estudante em formação como agente e sujeito do seu processo formativo profissional, junto à sociedade na qual atuará.

As Atividades Complementares proporcionam progressiva autonomia intelectual dos estudantes, ampliando a possibilidade de apropriação do aprendizado advindo das relações com o mundo do trabalho e sua diversidade e peculiaridade, em concordância com seus objetivos pessoais e profissionais.

Constituem objetivos das Atividades Complementares: (i) expandir as áreas de abrangência e formação do estudante para além da sala de aula; (ii) flexibilizar o currículo acadêmico, de modo que se alinhe aos interesses formativos e profissionais do discente; (iii) oportunizar formas variadas de aprendizado e trocas de experiências em diversos cenários, a partir de atividades de cunho teórico ou prático, presencial ou a distância.

O cumprimento das Atividades Complementares dar-se-á pela integralização da carga horária, definida na matriz curricular do curso, que deve ser realizada pelo estudante ao longo e até o término do curso, respeitando-se o Regulamento e o respectivo Manual de Atividades Complementares, que delimita sua abrangência, em concordância com o Projeto Pedagógico do Curso, Perfil do Egresso e Diretriz Curricular Nacional, se for o caso. Tanto o Regulamento quanto o Manual de Atividades Complementares garantem a diversidade de atividades e explicitam as formas de aproveitamento. São proporcionadas tanto Atividades Complementares de

cunho institucional, voltadas à formação geral, quanto outras vinculadas à área e ao curso do discente, que são, portanto, de formação específica.

As Atividades Complementares, incentivadas e valorizadas em alinhamento ao Projeto Pedagógico do Curso e ao Projeto Pedagógico Institucional, são de natureza científica, social, cultural, acadêmica e profissional e contemplam as esferas de ensino, pesquisa e extensão.

A carga horária de Atividades Complementares necessária para a integralização do curso é fixada com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do Curso, observando-se os limites estabelecidos na legislação.

3.3.8 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando-se à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular. Desta forma, as disciplinas são colocadas em relação entre si, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema e criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento.

A interdisciplinaridade é um dos pontos centrais da estrutura dos currículos, pois é propícia para a ampliação da integração dos conhecimentos. Na FABIN, a interdisciplinaridade curricular se traduz para além da mera integração de conhecimentos e se consolida como a relação entre as suas diferentes dimensões, assim anunciadas: teoria e prática; conteúdo e forma; ação e reflexão; homem e sociedade. A fundamentação científica e humanística, essenciais à natureza do trabalho pedagógico, compõem o Currículo da Faculdade que é estruturado por três eixos.

Os embasamentos utilizados para a organização curricular dos cursos inferem uma perspectiva de articulação interdisciplinar, orientada para a apropriação de conhecimentos, habilidades e competências, pressupondo-se a avaliação crítica e

reflexiva de valores e práticas. Por conseguinte, têm-se a proposta curricular com um processo vivo e dinâmico que deve abarcar inovações, sempre que necessário, para atender às novas demandas das distintas áreas profissionais.

3.3.9 Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular

O princípio da realização pessoal como direito inalienável de todo o indivíduo para escolher livremente diversas trajetórias educativas, implica o reconhecimento da existência de experiências de vida diversificadas, afastando-se da ideia de um único caminho para a formação. Nesse contexto, destaca-se que a flexibilização poderá dar-se com a estruturação dos currículos da seguinte forma:

- 1) não estabelecimento de pré-requisitos, salvo aqueles estritamente necessários;
- 2) estabelecimento de um percentual de carga horária para:
 - a. Elementos obrigatórios, não substituíveis, orientando-se para que sejam definidos dentro dos limites estritamente necessários;
 - b. Elementos curriculares optativos;
 - c. Atividades Complementares;
 - d. Estágio Curricular Obrigatório, quando assim definido nas DCNs;
 - e. Trabalho de Conclusão de Curso, quando assim definido nas DCNs;
- 3) aproveitamento de disciplinas dos cursos a partir da análise de compatibilidade com conteúdo, competências e carga horária da atividade externa realizada, conforme ementa da referida disciplina e Regimento Institucional.

Assim, tem-se que as Atividades Complementares são um importante mecanismo de introdução à flexibilidade curricular, realizadas pelos estudantes, para a integralização da carga horária de seu curso. Proporcionam oportunidades diferenciadas de integralização do curso na medida em que permitem o reconhecimento de atividades enriquecedoras e adicionais ao Perfil do Egresso.

O estudante da FABIN terá oportunidades variadas em sua formação, principalmente por meio de: disciplinas optativas; aproveitamento de disciplinas obrigatórias decorrente de estudos realizados em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras; atividades dos Estágios Curriculares; temática do Trabalho de Conclusão de Curso ou Projetos Integradores.

Os percentuais de cargas horárias dos elementos são definidos conforme especificidades dos cursos e sempre à luz da legislação, Diretrizes Curriculares Nacionais e Catálogo Nacional de Cursos de Tecnologia, específicos dos Cursos.

Para o aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho e outros meios, a Faculdade possui regulamento próprio, e as suas premissas estão calcadas na legislação vigente. Consideram-se, para efeito de aproveitamento de estudos em todos os cursos da Instituição, as disciplinas cursadas ou planos de cursos cumpridos, com aprovação em nível de graduação. O estudante tem o direito ao aproveitamento de estudos a partir da apresentação do histórico escolar e conteúdos programáticos, com aprovação nas disciplinas para as quais solicita análise.

Cada curso de graduação, orientado por seus projetos pedagógicos, deve atender às Diretrizes Curriculares Nacionais e ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, favorecendo-se a formação de profissionais que:

- Tenham visão ampla e crítica da realidade e que almejem, por meio do seu trabalho, o desenvolvimento pessoal, profissional e a transformação da sociedade;
- Sejam capazes de superar os desafios em situações que se renovam, tanto no exercício profissional quanto na produção do conhecimento;
- Pautem suas ações em critérios éticos e humanísticos;
- Valorizem a pesquisa/investigação científica, cultural e tecnológica, com vistas a uma ação transformadora da realidade e ao efetivo compromisso com um modelo sustentável de desenvolvimento;
- Sejam empreendedores da própria carreira;

- Exerçam a cidadania com autonomia; e
- Sejam profissionais que busquem, de modo contínuo, o aperfeiçoamento de suas competências, para lidar com os desafios que se renovam no cenário contemporâneo.

Há atividades de integralização curricular pelas quais o aluno paga para realizar (cursos complementares da Instituição ou de outras IES, por exemplo), outras totalmente gratuitas (cursos ou monitorias pedagógicas gratuitos, oferecidos pela Diretoria de Ensino, para saneamento de lacunas de formação anterior ou para auxílio nas disciplinas com maior índice de reprovação, por exemplo) e ainda outras às quais o aluno integra programas de incentivo para sua realização (iniciação científica com bolsas PIBIC, atividades extensionistas ou de monitoria).

3.3.10 Sistemática de Atualização Curricular

A atualização curricular dos cursos da FABIN será concebida por diferenciadas formas de flexibilização a partir da integração dos diferentes suportes da gestão da aprendizagem, como trabalho, ciência e tecnologia, observando-se os princípios da flexibilização, autonomia, interdisciplinaridade e contextualização, com o objetivo de tornar o estudante corresponsável pela sua formação e conduzi-lo ao permanente desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes específicas do perfil profissional definido no Projeto Pedagógico de cada curso, com base nas seguintes diretrizes:

- Sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e com as demandas do mercado e da sociedade;
- Desenho curricular estruturado com base na formação cidadã e profissional do egresso;
- currículo semestral, flexível, integrador e abrangente;
- Vínculo permanente entre o mercado de trabalho e a prática profissional;

- Ensino contextualizado que supere a dicotomia teoria e prática.

O currículo é amplamente discutido nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante – NDE e Colegiado de Curso, com a representatividade discente. Respeitando-se as diretrizes acima, são consideradas, ainda, na atualização curricular, as transformações tecnológicas que influenciam cada área e profissão, as orientações de órgãos de classe, os resultados das Avaliações Institucionais internas e externas dos cursos e os resultados da Avaliação do Desempenho do Estudante – ENADE.

Tendo-se em vista as atuais exigências de um mercado internacionalizado, necessita-se de plena capacidade operacional e conceitual. Portanto, antes de se estabelecerem os conteúdos a serem ministrados em um curso, são levantadas as habilidades que, no transcorrer do processo ensino-aprendizagem, construirão a competência do profissional.

A noção de competência é a expressão de um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores harmonicamente desenvolvidos que caracterizam uma formação. A habilidade é, pois, a ação física ou mental que expressa uma capacidade adquirida. Desse modo, em todo Projeto Pedagógico de Curso, está definido o conjunto de habilidades que deverão ser desenvolvidas, considerando-se a formação geral, a formação básica por área de conhecimento e a formação específica, além das experiências a serem vivenciadas em práticas de estágios e em atividades complementares.

Do ponto de vista do conhecimento geral, as unidades curriculares contemplam, nos seus programas, uma sólida formação geral, considerando-se os desafios que os novos profissionais terão que enfrentar num mundo de mudanças aceleradas e as possibilidades de atualização, o que estimula a educação permanente ou continuada por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

3.3.11 Perfil profissional do egresso

O perfil profissional do egresso é fruto das competências expressas na Diretriz Curricular Nacional, assim como das competências institucionais definidas no âmbito da FABIN, das competências da Escola ou área de formação, e das competências específicas do curso. Cada curso apresentará em seu PPC o mapa de competências que expressa o perfil profissional do seu egresso, as quais colaboram na construção do perfil profissional do egresso definido para o curso. O curso forma profissionais para atuação em âmbito nacional, mas privilegia, nas discussões e exemplos tratados em classe, situações e necessidades locais e regionais. Como forma de garantir a inclusão de demandas emergentes do mundo do trabalho, o curso apoia-se na revisão constante de seus Planos de Ensino, bem como em suas características de flexibilidade garantidas com a oferta de disciplinas optativas.

De modo geral, o Perfil do Egresso da FABIN será delineado de forma que os egressos:

- exerçam a cidadania com autonomia;
- sejam empreendedores da própria carreira;
- pautem suas ações em critérios éticos e humanísticos;
- tenham visão ampla e crítica da realidade e almejem, por meio do seu trabalho, o desenvolvimento pessoal, profissional e a transformação da sociedade;
- sejam capazes de superar os desafios em situações que se renovam, tanto no exercício profissional quanto na produção do conhecimento;
- valorizem a pesquisa/investigação científica, cultural e tecnológica, com vistas a uma ação transformadora da realidade e ao efetivo compromisso com um modelo sustentável de desenvolvimento;
- reconheçam e usem estratégias voltadas para o desenvolvimento, inovação e competitividade de modo que sejam inseridos no mercado de trabalho;

- sejam profissionais que busquem, de modo contínuo, o aperfeiçoamento de suas competências, para lidar com os desafios que se renovam no cenário contemporâneo.

A Faculdade empenha-se para que os egressos de todos os cursos desenvolvam as habilidades básicas de:

- a) construir, generalizar e difundir conhecimentos, de modo que atue como agente multiplicador;
- b) planejar-se, organizar-se, estabelecer métodos próprios e gerenciar seu tempo e espaço de trabalho;
- c) trabalhar em equipes multidisciplinares;
- d) pensar estrategicamente e contribuir para a introdução de modificações estruturais no processo de trabalho;
- e) atuar criticamente, compreendendo seu papel na estrutura organizativa;
- f) saber utilizar a informática e outros recursos tecnológicos como auxiliares da aprendizagem e do trabalho, buscando soluções baseadas na tecnologia que permitam melhor executar as tarefas nesses campos;
- g) compreender os fenômenos de forma interdisciplinar e criticá-los nos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;
- h) ser capaz de identificar, definir e formular questões de investigação científica, vinculando-as a escolhas metodológicas que definam projetos de pesquisa;
- i) vincular o exercício profissional ao desenvolvimento regional;
- j) inserir-se na comunidade em que vive de forma ampla, contribuindo para a melhoria dos indicadores econômicos, políticos, sociais e ambientais vigentes;
- k) manter-se propenso à educação continuada ou permanente, sendo sua prática profissional também fonte de produção de conhecimento.

Compreendendo que não basta definir o perfil profissional de seu egresso sem as necessárias evidências relativas à evolução de sua carreira no mercado de trabalho e à satisfação do aluno nessa trajetória, a Instituição conta com pesquisas anuais, que permitam uma avaliação contínua e sistemática da Instituição no que tange à satisfação, ao acompanhamento e ao monitoramento profissional dos concluintes. São acompanhados os resultados dos egressos em relação a sua atuação profissional, taxas de empregabilidade, evolução da carreira e salarial. Essas informações servirão de insumo para o planejamento acadêmico e para a avaliação da eficácia dos cursos em relação à empregabilidade.

3.3.12 Incorporação de avanços tecnológicos

Considerando que a inovação tecnológica se refere ao processo de invenção, adaptação, mudança ou evolução da atual tecnologia para melhorar e facilitar a vida ou o trabalho das pessoas em termos de avanços tecnológicos, a FABIN incorpora recursos na sua oferta educacional por meio de ações, tais como:

- Ambiente Virtual de Aprendizagem (moodle) – que viabiliza a oferta de até 30% da carga horária dos cursos de graduação presenciais e a oferta de cursos na modalidade a distância, o que concede ao acadêmico um espaço completo de interação e colaboração com docentes e colegas, além de permitir o acesso a vários cursos de formação nessa modalidade;
- Sistema de gerenciamento de biblioteca, que possibilita consulta, reserva, empréstimo, devolução e renovação eletrônica e otimiza o tempo de alunos e professores;
- Sistema de Intranet, cuja tecnologia disponibiliza diversos serviços aos colaboradores, para gerenciamento de pessoal, contatos, calendário, políticas, acesso a informações etc.;
- Capacitação de gestores e docentes via ambiente virtual, com acesso a cursos com certificação internacional;

- Portal do Aluno, com tecnologia responsiva, que concentra todos os serviços em um único lugar e pode ser acessado de qualquer equipamento com acesso à Internet;
- Portal do Professor, o qual possibilita os registros online de presença e resultados de avaliações em qualquer equipamento com acesso à Internet;
- Sistema acadêmico, que envolve demandas de cunho pedagógico-administrativo, administrativo e financeiro, desenvolvido pela Instituição e avaliado e aperfeiçoado periodicamente para atender a novas demandas;
- Laboratórios especializados e atualizados com as últimas versões de softwares, incluindo os virtuais;
- Disponibilização de recursos tecnológicos para o atendimento educacional especializado, como teclado em Braille e o software NVDA que permite a transcrição da tela do sistema operacional, entre outros; e
- Realização de webconferências, as quais incluem palestras, capacitações, aulas magnas, relatos de experiências, entre outras atividades.

3.3.13 Extraordinário aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho

De acordo com o estabelecido pela Lei Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o aproveitamento de estudos diz respeito à abreviação da Duração do Curso mediante eliminação de disciplinas (ou de parte delas) da estrutura curricular, na correlação com atividades já desenvolvidas ou em desenvolvimento pelo aluno. Tal indicação é dirigida ao aluno com experiências anteriores relevantes no todo ou em parte, que se apresente como autodidata e queira submeter-se a exames de suficiência e demonstre desempenho acadêmico extraordinário (conforme explicitação do princípio de flexibilização da LDB).

O Regimento Geral da FABIN estabelece que “os estudantes que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos ou possuam conhecimento dos conteúdos programáticos, demonstrados por meio de provas e de outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração de seus Cursos e Programas”.

Dispõe a norma regimental que “as matérias correspondentes ao currículo de qualquer curso superior, estudadas com aproveitamento em Instituição de Ensino Superior devidamente credenciada, disciplinas ou quaisquer componentes curriculares cursados com aproveitamento e frequência, com equivalência de conteúdos e carga horária, serão aproveitadas pela Faculdade, obedecidos os parâmetros definidos em regulamento e legislação, atribuindo-se as notas, conceitos e carga horária obtidas pelo estudante no curso de origem”.

3.3.14 Programa de Monitoria

A **FABIN** reconhece a importância de profissionais dotados de autonomia intelectual, capazes de assumir a responsabilidade não apenas pelo próprio desenvolvimento, mas também para o dos grupos em que está inserido: a sala de aula, a faculdade e a comunidade externa à instituição de ensino.

Ao mesmo tempo, verifica-se que o mercado de trabalho carece de profissionais com forte capacidade de adaptação às alterações do meio social e com aptidão para criar mecanismos de respostas eficazes às demandas sócio jurídicas, com criatividade e desenvoltura.

Nessa esteira, soma-se às estratégias de formação já mencionadas o Programa de Monitoria, atividade comprovadamente eficaz na consolidação dessas competências.

O programa permite aos discentes a atuação como monitores, remunerados com recursos orçamentários da **FABIN**, ou como monitores voluntários, em ambos os

casos desde que tenham sido aprovados com bom desempenho na disciplina e em avaliação seletiva.

Por outro lado, fornece ao corpo discente, em geral, a oportunidade de incrementar sua formação com o apoio dos monitores, devidamente orientados pelos docentes da disciplina.

3.3.15 Programa de Nivelamento

Outra ação da **FABIN** é o NIVELAMENTO, oferecido no início do ano letivo, para os discentes ingressantes, nas disciplinas de Português, Matemática que tem o objetivo de corrigir as deficiências dos conteúdos recebidos no Ensino Médio.

O discente ao ser avaliado em prova específica, no início do ano letivo, não tendo atingido a pontuação mínima 7 (sete) em uma das disciplinas citadas, poderá frequentar o curso de nivelamento.

3.3.16 Atendimento educacional especializado

De forma a garantir um atendimento educacional especializado, a FABIN disponibiliza, identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

O uso das metodologias ativas, combinado a diferentes esforços de diversas áreas e setores da Instituição, favorece o atendimento educacional especializado e permite que se garanta a acessibilidade em sua magnitude, de maneira que compreende a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas/metodológicas, atitudinais, comunicacionais e digitais. A acessibilidade pedagógica/metodológica é garantida pela eliminação de barreiras nos métodos e técnicas de ensino-aprendizagem, apoiando docentes e discentes nesse percurso. A acessibilidade digital é assegurada por meio do uso de tecnologias que tornam a comunicação e o conteúdo virtual

(ambientes de aprendizagem, ferramentas, correio eletrônico, fóruns de discussão, páginas web) acessíveis aos indivíduos que necessitam de interface específica, seja de forma autônoma ou assistida.

Os estudantes com deficiências e necessidades especiais, incluindo déficit de aprendizagem e outros, contam com o apoio especializado do Núcleo de Atendimento ao Discente e Docente (NADD). Além disso, ações de extensão e de responsabilidade social dão conta de apoiar os discentes em ações de cunho social, cultural, artístico etc.

O NAAD também apoia os docentes e coordenadores de curso por meio de orientação ao que compete a ações didáticas e conduta com os estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais; apoia e acompanha o processo avaliativo dos estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais que requeiram intermediação por profissionais especializados; e planeja e executa ações que contribuam para a convivência saudável da comunidade acadêmica no que diz respeito à diversidade biopsicossocial e cultural.

O NADD dispõe de política própria, que estabelece diretrizes para assegurar condições de ingresso e permanência na Instituição aos educandos com deficiências e necessidades educacionais diversas, oferecendo o apoio necessário e adaptando “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”, conforme dispõe o artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Nº 9.394/96.

Destaca-se que o apoio psicopedagógico é um atendimento de apoio ao discente, previsto na Política de Atendimento ao Discente, que pode ser estendido a todos aqueles que participam da comunidade acadêmica, com o objetivo de avaliar, acompanhar e sanar dificuldades no processo ensino-aprendizagem, especificamente aquelas que levam ao impedimento da aquisição dos conhecimentos, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas na formação discente.

Nas bibliotecas, é assegurado o pleno acesso de pessoas com baixa visão e ou deficientes visuais, por meio do uso de tecnologias assistivas (teclado em Braille, scanner de livros para cegos, softwares como NVDA e do amplo acesso e circulação nas dependências, balcões de atendimento rebaixados para usuários cadeirantes e salas de estudos espaçosas e acessíveis.

Ressalta-se, por fim, que os programas de acessibilidade têm como foco primordial a inclusão plena de toda a comunidade acadêmica no ambiente universitário.

3.3 Inovações Pedagógicas

O currículo da FABIN é marcado por uma identidade inovadora, pautada na oferta de um ensino superior de excelência, dinâmico e alinhado às exigências de qualificação profissional do século XXI. Seu propósito é promover a trabalhabilidade dos egressos, estruturando-se a partir de competências essenciais para a formação acadêmica, profissional e cidadã dos estudantes. Essa proposta se concretiza por meio de uma estrutura seriada flexível e adaptado às necessidades individuais dos alunos.

Entre as práticas inovadoras incorporadas ao Projeto Pedagógico Institucional, destacam-se:

- o uso de tecnologias digitais integradas ao processo de ensino-aprendizagem;
- uso ambiente virtual de aprendizagem robusto e interativo;
- a implementação de programas de formação continuada para docentes; e
- a adoção de metodologias ativas de aprendizagem, voltadas à autonomia e ao protagonismo estudantil.

Essas inovações pedagógicas visam, de modo mais detalhado:

- aproximar a vida acadêmica da vida pessoal dos estudantes por meio do uso de aplicativos e ferramentas digitais;
- fomentar a colaboração e o compartilhamento de ideias entre docentes e discentes em espaços interativos;

- promover a integração entre o projeto de vida e o projeto profissional dos alunos, estimulando o desenvolvimento de competências socioemocionais e cidadãs;
- potencializar a articulação entre o ensino presencial e as novas tecnologias, ampliando as possibilidades de interação e aprendizagem contínua;
- criar e fortalecer espaços de socialização e produção do conhecimento, entendendo a universidade como um ambiente de convivência, troca e crescimento intelectual.

3.3.1 Metodologias Ativas de Aprendizagem

As metodologias ativas são utilizadas pela FABIN com o objetivo de estimular a autonomia, o pensamento crítico e o engajamento dos alunos nas atividades educacionais, sejam elas individuais ou em grupo. O êxito desse modelo em promover um aprendizado mais significativo justifica sua ampla difusão nos contextos acadêmicos e a decisão institucional de incorporá-lo de forma sistemática.

Nessa abordagem, o estudante é reconhecido como um sujeito social ativo, cuja aprendizagem é construída por meio da interação com o meio e com os outros. Assim, o aluno deixa de ocupar uma posição passiva — de mero receptor de informações — para tornar-se autor do próprio conhecimento, participando de processos de análise, experimentação e criação. O professor, por sua vez, assume o papel de mediador e facilitador, estimulando o aprendizado crítico e reflexivo, conforme destaca Borges e Alencar (2014, p. 123).

Enquanto o método tradicional concentra-se na transmissão de conteúdos e na figura central do docente, as metodologias ativas colocam o estudante no centro do processo, promovendo a construção colaborativa do saber (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017, p. 271).

Essas práticas pedagógicas se inspiram em diferentes correntes teóricas, como:

- o interacionismo de Vygotsky e Piaget;
- a aprendizagem pela experiência, proposta por Dewey;
- a aprendizagem significativa, de Ausubel; e

- o construtivismo crítico, de Paulo Freire.

Todas essas abordagens convergem na valorização da sala de aula como espaço de diálogo, problematização, curiosidade e protagonismo, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia intelectual e social dos estudantes (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017, p. 285).

Para que essa ressignificação do espaço educativo ocorra de forma efetiva, a FABIN investe não apenas em metodologias inovadoras, mas também em ambientes físicos apropriados. Os espaços da Faculdade foram projetadas para favorecer a interação e o trabalho em equipe, dispendo de design criativo, tecnologia e mesas circulares que estimulam a colaboração, a criatividade e a proatividade.

No escopo dessas práticas, a instituição adota diferentes estratégias, como a sala de aula invertida (flipped classroom), a instrução por pares (peer instruction), o aprendizado baseado em projetos e problemas (PBL – project/problem-based learning), o storytelling, entre outras metodologias que fortalecem o protagonismo e a aprendizagem significativa.

3.4 Diretrizes Didático-Pedagógica

O currículo dos cursos, oferecidos pela **FABIN**, obedecem às Diretrizes Curriculares Nacionais (DSNs) e demais normas que regem a Educação Superior, nos aspectos necessários ao regular funcionamento dos cursos de graduação e de pós-graduação. As informações são amplamente divulgadas para a comunidade acadêmica, e disponibilizadas no portal de internet da Faculdade para atingir todas as modalidades de ensino. A **FABIN** adota como referencial pedagógico a prática da “educação ao longo de toda a vida”, conforme apresentado pela UNESCO no Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. Nessa perspectiva, a educação proporciona ao indivíduo um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmo, capacitando-o para o exercício profissional em tempos de mudanças.

A **FABIN** incorpora aos seus cursos abordagens que busquem os seguintes princípios norteadores:

- Construção coletiva expressa na intenção e prática de cada segmento que constitui a Instituição, levando em conta a articulação dialética, a diferenciação e integração, a globalidade e especificidade;

- Interação recíproca com a sociedade caracterizada pela educação, desenvolvimento econômico-social sustentável e com responsabilidade social, reafirmando o seu compromisso como potencializadora da formação humana e profissional;

- Construção permanente da qualidade de ensino: entendida e incorporada como processual e cotidiana, tanto na graduação quanto na pós-graduação, indagando continuamente sobre: Que tipo de sociedade temos e queremos? Qual a função dos cursos superiores frente às novas relações sociais e de produção? Qual o perfil profissional a se formar frente às exigências do mercado de trabalho.

- Integração entre ensino, pesquisa e extensão buscando a construção de um processo educacional fundamentado na elaboração/reelaboração de conhecimentos, objetivando a apreensão e intervenção na realidade enquanto uma totalidade dinâmica e contraditória;

- Extensão voltada aos aspectos fundamentais, quais sejam, tornar a coletividade beneficiária direta e imediata das conquistas do ensino e da pesquisa, socializando o saber e a coleta do saber não-científico elaborado pela comunidade para, estruturando-o em bases científicas, restituí-lo à sua origem;

- Desenvolvimento curricular contextualizado e circunstanciado, expressão da concepção de conhecimento entendido como atividade humana e processualmente construído na produção da vida material;

- Busca permanente da unidade entre teoria e prática, o que exige a incorporação de professores e alunos em atividades de pesquisa e iniciação científica.

- Oferta de múltiplos e diversificados campos de prática, que propiciem a vivência e o aprendizado em todos os níveis de atenção à saúde, além da interação multiprofissional e multidisciplinar.

Todas as políticas de ensino desta Instituição são regidas pelos seguintes princípios: metodologias ativas; currículo flexível e integrado; currículo orientado por competências profissionais; interdisciplinaridade; transdisciplinaridade; metodologias de incentivo à iniciação científica; aprendizagem significativa; aprendizagem por práticas educativas: aprender com foco na realidade; metodologias de incentivo à leitura; avaliações interdisciplinares; aprender a aprender; problematização; uso de tecnologias; princípios pedagógicos; aprendizagem ativa; aprendizagem relacional; meta disciplinaridade; aprendizagem em grupo; aprendizagem por competências profissionais e pessoais; aprendizagem complexa; aprender a conhecer, fazer, conviver, ser e transcender; aprendizagem para transformação.

3.4.1 Componentes curriculares

Atendendo as políticas da IES os componentes curriculares devem ser desenvolvidos

- Com utilização de atividades práticas
- Interdisciplinarmente
- Com foco no mercado e na realidade do aluno
- Com exigência de resultados

3.4.2 Integralização curricular

O currículo dos cursos é desenvolvido à luz das diretrizes nacionais curriculares, mesmo que sejam somente diretrizes. Entretanto a IES adota algumas ações que buscam diferenciar o currículo a ser cursado pelo aluno, quais sejam:

→ Oferta de 100% dos componentes curriculares presenciais.

- Oferta de no mínimo uma disciplina optativa em cada curso, sendo uma delas Libras.
- Inexistência de pré-requisitos, o que permite que o aluno escolha seus caminhos, assumindo responsabilidades.
- Possibilidade ao aluno, desde que integralizada a carga horária do curso, cursar 15% do curso de forma eletiva.

3.4.3. Atividades práticas e estágio

Os cursos de direito e psicologia da IES exigem estágio supervisionado obrigatório, com acompanhamento de professores para a prática do ensino.

O apoio a atividades externas, com saídas de campo, visitas de estudo devem ser constantes durante o curso, a fim de que o aluno possa vivenciar não só a teoria, como a prática.

3.4.4. Materiais pedagógicos

Além das unidades de aprendizagem produzidas pelo grupo A e disponibilizadas no Google Sala de Aula, aos alunos e, mesmo possuindo uma biblioteca física e outra virtual, a IES incentiva seus docentes a desenvolverem materiais pedagógicos que tragam para realidade do aluno o conteúdo a ser desenvolvido.

3.5 Avaliação do Processo de Aprendizagem

A avaliação no processo educativo é, por natureza, um fenômeno dinâmico e reflexivo, permeado por tensões que, quando bem conduzidas, estimulam a criatividade, o pensamento crítico e a transformação cultural de todos os envolvidos.

No contexto da formação acadêmica, a avaliação deve ser compreendida não como um instrumento meramente classificatório, mas como uma estratégia didático pedagógica que envolve ativamente os estudantes na construção do conhecimento e na apropriação de sua própria aprendizagem.

Mais do que um meio de aferição de desempenho, avaliar significa ressignificar o ensino, reformulando as concepções sobre o que é aprender e ensinar. O simples registro de resultados se torna irrelevante se não for capaz de gerar mudanças, ajustes metodológicos e aperfeiçoamento das relações pedagógicas. Assim, a avaliação deve transcender a verificação pontual do rendimento acadêmico e constituir-se como um processo contínuo e integrador, permitindo a análise diagnóstica e a orientação do percurso formativo dos estudantes.

O processo avaliativo se inicia dentro de cada componente curricular e se estende para além dele, articulando-se com práticas interdisciplinares e experiências acadêmicas diversas, como projetos de ensino, pesquisa e extensão, estágios e atividades complementares. Dessa forma, a avaliação acompanha e orienta o desenvolvimento das competências essenciais ao egresso, garantindo que sua formação esteja alinhada às demandas do mercado e, sobretudo, da possibilidade do exercício responsável da cidadania.

A avaliação das atividades discentes é estruturada com base nos princípios e objetivos previstos neste Projeto Pedagógico do Curso (PPC), seguindo um processo contínuo, progressivo e formativo. O foco não se limita ao resultado final, mas considera todo o percurso acadêmico, valorizando a evolução individual do estudante e auxiliando na identificação e superação de dificuldades. Nesse sentido, a avaliação objetiva:

- a. Diagnosticar desafios e construir estratégias de superação, permitindo ao professor compreender o estágio de aprendizagem do aluno e identificar as causas das dificuldades encontradas;
- b. Fornecer informações qualitativas e quantitativas sobre o progresso acadêmico;
- c. do estudante, tanto durante quanto ao final de cada etapa do processo de ensino-aprendizagem;
- d. Possibilitar o replanejamento das práticas pedagógicas, garantindo um ensino mais alinhado às necessidades do estudante e aos objetivos do curso;
- e. Estimular o desenvolvimento integral do aluno, tanto como profissional quanto como cidadão, promovendo a construção do conhecimento, a autonomia intelectual e a responsabilidade social.

A avaliação do rendimento escolar ocorre ao longo do semestre letivo e pode se materializar por meio de diversos instrumentos avaliativos, adequados aos objetivos de cada componente curricular. Entre os principais recursos utilizados, destacam-se:

- a. Resolução de problemas e atividades em grupo, promovendo o aprendizado colaborativo e a troca de experiências;
- b. Avaliações escritas individuais, possibilitando a análise crítica e a estruturação do pensamento jurídico e técnico;
- c. Desempenho em aulas práticas, evidenciando a aplicação dos conhecimentos em situações reais e simuladas;
- d. Seminários e exposições orais, estimulando a argumentação e a comunicação eficaz;
- e. Trabalhos de pesquisa bibliográfica, incentivando a investigação acadêmica e a construção do saber científico;
- f. Levantamento de dados em campo, proporcionando experiências empíricas que ampliam a compreensão dos fenômenos estudados;
- g. Condução de ensaios e experimentos, promovendo a aplicação da metodologia científica na solução de problemas complexos;

- h. Relatórios de visitas técnicas, facilitando a relação entre teoria e prática profissional;
- i. Projetos interdisciplinares, permitindo a integração de diferentes áreas do conhecimento em um contexto aplicado.

Os critérios de avaliação, bem como os instrumentos específicos adotados em cada disciplina, são detalhados no Plano de Ensino elaborado pelo docente responsável, seguindo as diretrizes da legislação institucional vigente. A avaliação da aprendizagem, portanto, não se restringe a um momento isolado, mas configura-se como um processo contínuo, que, por meio de reuniões e debates entre os docentes do curso, possibilita uma análise ampla do desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

Além de medir o desempenho individual, a avaliação serve como um instrumento de diagnóstico e reorientação pedagógica, permitindo identificar os conhecimentos prévios dos estudantes e acompanhar a progressão de suas competências ao longo do curso. Dessa forma, possibilita ajustes no planejamento didático, na execução das atividades de ensino e na personalização das estratégias de aprendizagem, sempre com foco na formação de profissionais qualificados e preparados para os desafios do setor tecnológico.

Em relação à progressão acadêmica, o estudante que for reprovado em um componente curricular poderá prosseguir seus estudos, desde que respeite os pré-requisitos estabelecidos e a compatibilidade de horários. A oferta dos componentes curriculares segue a sequência determinada pela grade curricular vigente, e a cada semestre os alunos recebem orientação de matrícula pela Coordenação do Curso, garantindo que sua trajetória acadêmica seja conduzida de maneira coerente e estruturada.

2.3.1 Resultados De Avaliação De Desempenho

O desempenho do estudante em cada componente curricular será avaliado semestralmente, por meio de notas que variam de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo permitida apenas uma casa decimal nas avaliações.

Cada componente curricular fará dois momentos avaliativos (G1 e G2, cada um valendo 10 pontos), devendo utilizar no mínimo dois instrumentos avaliativos distintos ao longo do semestre (i.e., pelo menos um para o G1 e um para o G2).

A Média Semestral (MS) será calculada pela média aritmética dos momentos avaliativos, e a nota mínima necessária para aprovação direta no componente curricular será 6,0 (seis).

Caso o estudante não atinja a Média Semestral (MS) mínima de 6,0 (seis) ao final do período letivo, ele terá direito a realizar o Exame Final (EF). Os Exames Finais (EF) serão realizados após o término de cada componente curricular, em horário a ser definido com a Coordenação do Curso. Fica facultado ao docente definir os conteúdos que serão avaliados no Exame Final, que substituirá a nota do menor momento de avaliação (G1 ou G2), desde que, pelo menos, um deles seja igual ou superior a 2 (dois).

A Média Final (MF) será o resultado da média do Exame Final e do maior momento avaliativo (G1 ou G2). Sendo desnecessário o Exame Final (EF), a Média Final (MF) e a Média Semestral (MS) coincidem.

Para ser aprovado no componente curricular, o estudante deverá cumprir dois critérios: frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e obtenção de Média Final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis), conforme os critérios estabelecidos para a avaliação.

3.6 Políticas e Diretrizes Institucionais e Formas de Operacionalização

A FABIN determina suas políticas acadêmicas, tendo como premissa as análises e decisões tomadas por seus órgãos acadêmicos e colegiados, por meio das quais são orientadas todas as suas atividades e é realizado o acompanhamento de sua efetividade.

As políticas institucionais da FABIN são as linhas mestras que orientam as ações dos diferentes segmentos acadêmicos e de gestão, em consonância com a sua missão, visão, valores, objetivos e definições estratégicas.

O quadro a seguir resume as políticas institucionais existentes, ao passo que todas serão detalhadas nos subcapítulos seguintes:

Quadro 13 - Políticas Acadêmico-Administrativas das Áreas Acadêmicas, de Gestão e de Infraestrutura

Ord.	NOME	CLASSIFICAÇÃO
1	Política de Ensino para Graduação e Pós-Graduação	Acadêmica
2	Política de Pesquisa e Iniciação Científica	Acadêmica
3	Política de Extensão e Responsabilidade Social	Acadêmica
4	Política de Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural	Acadêmica
5	Política de Desenvolvimento Econômico e Responsabilidade Social	Acadêmica
6	Política de Acompanhamento de Egressos	Acadêmica

7	Política de Atendimento ao Discente	Acadêmica
8	Política do Núcleo de Atendimento ao Discente e Docente (NADD)	Acadêmica
9	Política de Diversidade, Equidade e Inclusão	Acadêmica
10	Política de Acessibilidade e Inclusão Digital	Acadêmica
11	Política de Inclusão de LIBRAS	Acadêmica
12	Política de Estímulo e Difusão para a Produção Acadêmica Docente	Acadêmica
13	Política de Estímulo à Produção Discente e à Participação em Eventos	Acadêmica
14	Política Comunicação Comunidade Externa e Interna	Gestão
15	Política de capacitação e formação continuada para o Corpo Docente	Gestão
16	Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo	Gestão
17	Política de Gestão Institucional	Gestão
18	Política de Funcionamento do Colegiado dos Cursos	Gestão
19	Política de Funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	Gestão
20	Política de Sustentabilidade Financeira	Gestão
21	Política de Infraestrutura	Infraestrutura
22	Política de Gerenciamento e Manutenção da Infraestrutura	Infraestrutura
23	Política de Desenvolvimento de Coleções e Plano de	Infraestrutura

	atualização do acervo	
24	Política de Expansão e Atualização de Equipamentos	Infraestrutura
25	Política de Tecnologia da Informação	Infraestrutura
26	Política Aquisição Renovação de Softwares	Infraestrutura
27	Política de Guarda Manutenção Acervo Acadêmico	Infraestrutura

Essas diretrizes norteadoras são implementadas por meio de estratégias variadas no pensar e fazer acadêmicos da Instituição.

3.6.1 Principais Políticas e Diretrizes Acadêmicas

A consagrada articulação entre o ensino, pesquisa e extensão é considerada fundamental pela **FABIN**. A qualidade do ensino é aprimorada pela competência em pesquisa. As atividades de extensão articulam-se com as experiências de pesquisa e ensino. Em diversos casos, a participação de alunos em atividades de extensão pode constituir-se em situação essencial para a sua formação. Além disso, a participação discente nos projetos e nas atividades de pesquisa, de iniciação científica e de extensão contribui decisivamente para a formação integral do estudante. A **FABIN** utiliza práticas inovadoras na revisão de suas políticas institucionais, que são estendidas ao perfil profissional do egresso apresentado nos PPCs. Coloca em foco a questão da autoavaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão como forma de incentivar a comunidade acadêmica a pensar na sua situação frente aos novos desafios educacionais. Por consequência, firmou o processo de avaliação interna e consolidou a avaliação dos cursos com o objetivo de garantir a excelência de seus procedimentos e de seus resultados. Demais práticas exitosas e inovadoras estão previstas nos PPCs.

3.6.1.1 Política de Ensino para Graduação e Pós-Graduação

A política de ensino para Graduação e Pós-Graduação da Faculdade Brasileira de Inovação, amparada na Legislação Nacional, tem o propósito de alcançar horizontes que indicam a promoção de ensino de qualidade, os avanços da ciência e dos processos de ensino-aprendizagem, com base em princípios de interdisciplinaridade na articulação das áreas do saber.

A política compreende o firme propósito de desenvolver para os estudantes uma base sólida de formação, qualificação e desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho, no intuito de contextualizar o ensino às realidades social, cultural, profissional e psicológica, a fim de formar cidadãos críticos, éticos e atuantes nesses respectivos entorno, de forma autônoma e responsável, bem como mão-de-obra qualificada. Fundamentado nesta premissa, o ensino pretende alcançar a unidade necessária e imprescindível à construção de uma identidade acadêmica própria, de acordo com padrões de otimização interna de todos os seus segmentos, a partir da diversificação natural de suas especificidades.

O grande desafio está na permanente reconstrução e redefinição de conceitos e linhas de ação, que precisam estar aliados à constante inovação e à implementação de novas práticas. Assim, no intuito de alcançar um desempenho em nível de excelência, a política de Ensino para Graduação e Pós-Graduação tem as seguintes diretrizes:

- I. promover educação superior, buscando a excelência e ofertando-a ao maior número de pessoas, de modo acessível;
- II. possibilitar a vivência de um processo educacional crítico e reflexivo, com visão ética e humanística, que atenda aspectos de formação específica e geral, conforme as demandas relacionadas às respectivas áreas de formação e as determinações da legislação vigente;

- III. incentivar uma consistente formação necessária à superação dos desafios das novas condições do exercício profissional e da produção do conhecimento;
- IV. construir, disseminar e compartilhar o conhecimento para a formação de cidadãos éticos e profissionais qualificados, por meio da excelência no ensino, nas atividades de extensão e investigativas, desenvolvidas com rigor acadêmico;
- V. utilizar métodos e técnicas didático-pedagógicas que assegurem as práticas de ensino de graduação e pós-graduação;
- VI. oferecer uma educação contextualizada com as demandas do mundo do trabalho nacional e Internacional;
- VII. educar para a construção de competências – ser, fazer, conhecer, conviver – preparando os profissionais; cuja atuação diferenciada contribua para o desenvolvimento regional;
- VIII. promover a educação para sustentabilidade socioambiental, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão;
- IX. flexibilizar a concepção de espaço para a construção do conhecimento, de modo que a “sala de aula” deixe de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, e o aluno se torne protagonista do processo de ensino-aprendizagem;
- X. aplicar o uso de metodologias ativas na condução das atividades, de ensino-aprendizagem proporcionando ao estudante o ir e vir entre teoria e prática, promovendo melhores resultados de aprendizagem;
- XI. adotar metodologias que favoreçam a inter e a transdisciplinaridade pela integração de conteúdos em atividades acadêmicas inovadoras e direcionadas para a formação profissional;
- XII. praticar metodologias que favoreçam o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação;
- XIII. garantir o debate sobre temas contemporâneos amplos, envolvendo questões referentes à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural;

- XIV. garantir o desenvolvimento de ações que contemplem o desenvolvimento econômico e social regional, melhoria das condições de qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social;
- XV. praticar a responsabilidade social, de forma a contribuir com a inclusão social, com o desenvolvimento sustentável local, regional e global, com a defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio histórico;
- XVI. promover educação, a partir de uma concepção pluricultural, de acessibilidade e de respeito às diferenças étnico-raciais, à orientação sexual e aos direitos humanos;
- XVII. conduzir as aulas por meio de atividades somativas e formativas, contribuindo para a aprendizagem com atividades de caráter prático e desafios que levam o estudante a investir no autoaprendizado;
- XVIII. combinar o conhecimento acadêmico com atividades práticas e técnicas aplicadas ao setor produtivo e à prestação de serviços;
- XIX. incentivar a utilização intensiva de laboratórios, equipamentos, tecnologias e instalações de maneira geral, que simulem as condições de trabalho dos ambientes profissionais dos diversos cursos;
- XX. definir parâmetros orientadores do processo de avaliação, estabelecidos em função das características específicas de cada disciplina;
- XXI. adotar avaliações metacognitivas permitindo a gestão do progresso de aprendizagem pelo próprio aluno, docente, curso e Instituição, viabilizando a correção de eventuais desvios de maneira permanente ao longo do curso;
- XXII. enfatizar a inovação e a difusão tecnológica por meio de conteúdos práticos associados à formação teórica, caracterizados pela especificidade da área profissional;
- XXIII. incorporar avanços tecnológicos nas práticas de ensino;
- XXIV. contemplar aspectos disciplinares e interdisciplinares, em sua metodologia e prática de ensino, que fornecerão ao aluno formação científica voltada à compreensão teórica das operações a executar, em áreas de mercado bem determinadas;

- XXV. inserir em todos os cursos de disciplinas institucionais que carregam uma base comum de formação imprescindível a todos os estudantes do Centro Universitário, independente sua área de conhecimento;
- XXVI. construir ação permanente para possibilitar, por meio de avaliação, a verificação da pertinência e da qualidade dos cursos;
- XXVII. incentivar o aperfeiçoamento cultural e profissional por intermédio da inserção na educação continuada por meio de cursos de Especialização, Pós-Graduação Lato e Extensão, entre outras atividades acadêmicas;
- XXVIII. fomentar reflexões que constituam subsídios para o aperfeiçoamento das concepções e práticas curriculares;
- XXIX. promover a interação com as comunidades interna e externa, visando à constante articulação entre a teoria e a prática e prestando um serviço de qualidade;
- XXX. revisar frequente as competências e habilidades demandas por curso, considerando o que recomenda a legislação pertinente, bem como as mudanças do mundo do trabalho;
- XXXI. assegurar a articulação entre graduação e pós-graduação;
- XXXII. desenvolver uma gestão eficiente e eficaz, a partir de uma concepção de planejamento, ação, avaliação e melhorias;
- XXXIII. promover ações reconhecidamente exitosas e/ou inovadoras.

Da Graduação

- I. Além dos itens estabelecidos acima, que abrangem de modo geral a graduação e pós-graduação, a política de ensino, no que tange especificamente a graduação, preconiza:
- II. estabelecer diretrizes para atualização curricular sistemática, garantindo o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), o perfil profissional do egresso, as demandas do mundo do trabalho e da sociedade, a flexibilidade, a interdisciplinaridade e a dicotomia teoria e prática;

- III. realizar atualização curricular sistemática, assegurando seu fluxo por meio dos órgãos colegiados;
- IV. assegurar a integralização da carga horária, fundamentada na legislação que rege os cursos de graduação;
- V. ofertar disciplinas optativas, nos diversos cursos, que caracterizando a flexibilidade na formação do estudante acomodando a diversificação ou aprofundamento em temas de seu interesse;
- VI. ofertar programas de nivelamento, transversais a todos os cursos;
- VII. fomentar e possibilitar a realização de Atividades Complementares, de modo a ampliar a aprendizagem pela vivência e experiências oriundas de outras fontes além das unidades de ensino; e
- VIII. ofertar programas de mobilidade acadêmica com instituições nacionais ou internacionais.

Da Pós-Graduação Lato Sensu

- I. No que se refere especificamente a Pós-graduação *Lato Sensu*, a Política de Ensino estabelece:
- II. ofertar cursos da Pós-graduação *Lato Sensu* em consonância com as diretrizes legais do MEC para este nível de ensino;
- III. assegurar que a criação e o funcionamento dos Cursos de Pós-graduação, com seus critérios fundamentais para a concepção, definição, construção e oferta de cursos sigam o fluxo de aprovação pelos órgãos colegiados da Instituição;
- IV. acompanhar e avaliar os cursos ofertados pela Faculdade Brasileira de Inovação;
- V. considerar o atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da Instituição para as ações acadêmico-administrativas e oferta dos cursos de Pós-graduação;

- VI. ampliar a oferta dos programas de especialização *Lato Sensu* mantendo coerência com seu propósito de crescer de maneira equilibrada e constante, atendendo à sua estratégia de diferenciar-se pela qualidade;
- VII. privilegiar a articulação da oferta dos cursos de Pós-graduação *lato sensu* com as áreas da graduação;
- VIII. estabelecer critérios fundamentais para a concepção, definição, construção e oferta de cursos;
- IX. estabelecer diretrizes de funcionamento, endereçando aspectos relacionados ao Ensino, assim como questões de cunho operacional e administrativo;
- X. garantir a integralização do curso de acordo com a legislação vigente; e
- XI. assegurar o mínimo de 80% de docentes com formação em programas de *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

3.6.1.2 Política de Pesquisa e Iniciação Científica

A **FABIN** entende que a pesquisa e iniciação científica é um pilar importante que, com o ensino e a extensão, formam a base da educação superior, contribuindo para elevação da qualidade dos processos educacionais.

A política de fortalecimento da pesquisa na **FABIN** integra a Graduação, a Pós-Graduação e a Extensão e constitui-se em:

- I. estimular ao desenvolvimento de pesquisas e iniciação científica consoantes às áreas e linhas de pesquisa;
- II. incentivar e subsidiar as nucleações de pesquisa, com vistas à constituição ou consolidação de grupos, núcleos, laboratórios, centros e institutos de pesquisa, os quais contam com a atuação integrada de docentes e discentes dos cursos de graduação e de pós-graduação;
- III. desenvolver a pesquisa, como parte do processo acadêmico de formação do aluno, de qualificação do professor e de intercâmbio com a

- sociedade, o que implica relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais;
- IV. assegurar linhas de pesquisa e de trabalho transversais aos cursos ofertados pela FABIN;
 - V. incentivar o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares, as quais relacionem diferentes áreas de conhecimento na IES;
 - VI. incentivar a formação continuada e articulada nas instâncias de ensino, pesquisa e extensão;
 - VII. qualificar a atuação docente na graduação e na pós-graduação pela extensão das atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e/ou tecnológico à dimensão de ensino;
 - VIII. promover a extensão das atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e/ou tecnológico à dimensão de extensão;
 - IX. possibilitar a integração em ambientes de desenvolvimento do conhecimento técnico-científico e ampliação da pesquisa e extensão;
 - X. Implementar o seu Programa de Incentivo à Produção Científica Docente;
 - XI. incentivar e subsidiar a participação em eventos científicos e/ou tecnológicos relevantes;
 - XII. incentivar e subsidiar a participação em encontros científicos internos e externos à Instituição, nacionais e internacionais;
 - XIII. prestar suporte aos pesquisadores na elaboração, encaminhamento, implantação, acompanhamento e prestação de contas dos projetos de pesquisa fomentados pela Instituição;
 - XIV. ampliar seus Programas de Divulgação da Pesquisa e Inovação;
 - XV. incentivar e subsidiar projetos de pesquisa científica e/ou tecnológica em áreas críticas, os quais contribuam para o desenvolvimento sustentável do país, com ênfase na inovação;
 - XVI. garantir a divulgação das Pesquisa e Iniciação Científica no meio acadêmico;

- XVII. revisar sistematicamente os mecanismos de acompanhamento e avaliação das pesquisas;
- XVIII. apoiar os projetos, voltados a questões relacionadas ao contexto regional e às demandas da sociedade;
- XIX. possibilitar novos meios e processos de produção, inovação, interpretação e transferência de conhecimentos, apoiando a iniciação científica e produção acadêmica por meio de incentivos diversos;
- XX. promover congressos, simpósios, seminários ou encontros para estudos e debates de temas ou de áreas específicas, bem como a participação em iniciativas semelhantes;
- XXI. auxiliar a captação de recursos externos à pesquisa, junto às agências de fomento, iniciativa privada, organizações governamentais e demais organizações da sociedade no Brasil e no exterior, de modo a alinhar os investimentos em pesquisa da IES às oportunidades de subsídio à pesquisa por estas instituições e às demandas sociais de notória expressão;
- XXII. fomentar nos estudantes a participação na iniciação científica, orientados por professores líderes de grupo de pesquisa;
- XXIII. promover e acompanhar editais de Iniciação Científica;
- XXIV. assegurar mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade;
- XXV. incentivar a publicação em periódicos científicos indexados de alto impacto;
- XXVI. apoiar a formação ou fortalecimento de redes de investigação nacional e internacional, com vistas aos intercâmbios e cooperações de pesquisa;
- XXVII. estimular programas de bolsas de pesquisa e iniciação científica próprias ou com agência de fomento;
- XXVIII. elaborar e implantar Programas Institucionais voltados ao fortalecimento da pesquisa em ambientes de inovação e de empreendedorismo da IES;
- XXIX. promover práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

3.6.1.3 Política de Extensão

A LDB, no inciso VI do art. 43, estabelece como um dos objetivos do ensino superior “*estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade*”. Dessa forma, a extensão poderá também ser entendida enquanto serviço que a Faculdade Brasileira de Inovação - FABIN presta à sociedade, gerando alternativas de ação que atendam às reais expectativas e problemáticas da população. É ainda um espaço fértil para o exercício e conquista da emancipação crítica tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade.

Conforme a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

a. As diretrizes que norteiam a política de extensão da FABIN são:

- II. Desenvolver a extensão em todos os cursos de graduação, como um dos instrumentos de formação profissional, por constituir-se em eixo de articulação entre o ensino e a iniciação científica;
- III. Compreender os projetos de extensão como um conjunto de atividades de caráter educativo, cultural ou científico, desenvolvido a partir das coordenações de cada curso, por meio de ações sistematizadas, deliberadas pelo Conselho Superior;
- IV. Desenvolver eventos (cursos, fóruns, congressos, seminários, viagens, semanas acadêmicas, simpósios e outros) entendidos como atividades de

- caráter técnico, científico ou cultural, objetivando o acesso da comunidade às diversas áreas do conhecimento humano;
- V. Priorizar projetos de relevância social que venham ao encontro das reais necessidades da sociedade, sobretudo das comunidades situadas próximas às instalações da FABIN, de forma a que seja possível uma intervenção mais eficaz, bem como a mensuração dos resultados alcançados;
 - VI. Priorizar projetos de natureza interdisciplinar que permitam a contextualização das ações em uma perspectiva global, buscando a transformação social;
 - VII. Estabelecer parcerias com entidades e instituições da sociedade civil organizada e órgãos governamentais para a elaboração e execução de atividades de extensão;
 - VIII. Articular o ensino e a iniciação científica com as demandas sociais, referentes às áreas da educação, da gestão, da comunicação, do direito e das tecnologias da informação, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com os interesses e necessidades da sociedade;
 - IX. Estabelecer um fluxo bidirecional entre o conhecimento acadêmico e o popular, buscando a produção de conhecimentos resultantes do confronto com a realidade e a democratização do conhecimento acadêmico;
 - X. Promover atividades de apoio e estímulo à organização, participação e desenvolvimento das comunidades, embasadas em princípios de autosustentabilidade e do empreendedorismo;
 - XI. Buscar nas atividades de extensão curricular subsídios para a reavaliação dos conteúdos programáticos das disciplinas e cursos, identificando e possibilitando, inclusive, as práticas inovadoras.

Os Eixos e Linhas de Extensão definidos e detalhados na Política, contemplam as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental, e se articulam aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030). Da maneira como estão dispostos e organizados, permitem a propositura de um amplo

leque de programas, projetos, ações e atividades. Os quatro eixos e suas linhas estão apontados a seguir:

- a) Responsabilidade Social, Inovação, Economia Solidária e Criativa;
- b) Sustentabilidade e Meio Ambiente;
- c) Saúde, Qualidade de Vida e Bem-Estar; e
- d) Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Inclusão.

Dessa forma fica garantido que todas as atividades desenvolvidas tenham lastro e arcabouço teórico-metodológico, colaborando para a construção de um mundo mais justo e igualitário, a efetivação dos direitos humanos e a promoção de um desenvolvimento realmente sustentável. Isto posto, destaca-se que os Eixos de Extensão, apresentados abaixo, são integrados e indivisíveis. Portanto, todos os programas, projetos e ações a eles ligados, deverão buscar mesclar, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável, quais sejam: econômica, social e ambiental.

No que compete à extensão propriamente dita, diversas práticas são orientadas e estimuladas, por meio de programas, serviços e ações, com o envolvimento de estudantes, docentes, funcionários e corpo diretivo da Instituição, visando atender a três objetivos:

- a) possibilitar aos estudantes a percepção do propósito social incorporado em suas respectivas formações profissionais;
- b) cumprir com o papel institucional em favor do desenvolvimento social e ambiental da sociedade; e
- c) fomentar a reflexão da relação permanente do ambiente acadêmico e a interação permanente e sistemática com a realidade social.

As linhas de Extensão estão organizadas no sentido de nortear a propositura de trabalhos e ações voltados para diversas áreas. Eles apresentam articulação entre si, com as Linhas de Extensão e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ONU). Pela maneira como estão dispostos e organizados, permitem a propositura de um amplo leque de programas, projetos, ações e atividades.

Por fim, a partir de 2023, é implantada a Curricularização da Extensão, a qual consiste na inclusão de Atividades de Extensão no currículo dos Cursos de Graduação, como parte obrigatória da formação humana de todos os acadêmicos, sob a perspectiva de uma transformação social por meio de programas e projetos orientados por docentes e com possível colaboração de técnicos administrativos da FABIN.

3.6.1.4 Políticas para as Práticas Pedagógicas Inovadoras

A flexibilidade é uma das bases epistemológicas relevantes do currículo porque vivemos, mais do que nunca, numa sociedade onde a única certeza é a de que o futuro é incerto (MORIN, 2000). Isso não significa que devemos cruzar os braços e esperar que o futuro simplesmente chegue. Ao contrário, ao adotar o pensamento crítico-social-histórico como fundamento norteador do currículo, a **FABIN** assume a responsabilidade com a formação de cidadãos críticos, reflexivos, éticos e comprometidos com as transformações sociais e coletivas voltadas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Entretanto, isso não significa que se possa prever o futuro e garantir que se alcançarão, de forma linear, os objetivos traçados, mas, sim, que eles deverão ser perseguidos, apesar das dificuldades e das incertezas próprias da contemporaneidade.

Nesse sentido, a mudança, assim como a expectativa de que ela ocorra, é o que gera a necessidade crescente de uma postura flexível, aberta, pois a mudança está presente em nossa realidade, em nossa corporeidade, já que é parte intrínseca da natureza da matéria. Está presente tanto nas circunstâncias que nos envolvem, como também em nossas estruturas biológicas. Isto pelo fato de a mudança fazer parte da própria dinâmica organizadora da vida.

Assim, ela está também presente nos processos de construção do conhecimento, na aprendizagem e na maneira como interpretamos a realidade, no modo de construir, desconstruir e reconstruir conhecimento. Isto pelo fato de os processos interpretativos possuírem uma natureza dialeticamente complexa e intrinsecamente reconstrutiva (DEMO, 2002). É a mudança implícita na reconstrução do conhecimento, no diálogo sujeito/objeto, nos processos auto organizadores da vida que permite o desenvolvimento da autonomia e a emancipação do sujeito (FREIRE, 1987 e 1996).

Além disso, o currículo deve reforçar a consciência de nossa incompletude como humanos, indicando que somos seres históricos inacabados em processo constante de vir a ser (FREIRE, 1996) e, portanto, abertos constantemente à mudança, à reorganização e à auto-organização, que é a capacidade que todo sistema vivo possui de se autotransformar continuamente. É quando o sistema é capaz de se autoproduzir. Para tanto, interage com o meio exterior de onde extrai energia, matéria e informação, elementos constituintes de sua dinâmica organizacional, inclusive, para interferir nos rumos desse meio exterior.

Conhecer e aprender implica processos auto-organizadores. Ambos requerem interpretação, criação e auto-organização e flexibilidade por parte do aprendiz. Situações de desequilíbrios, de desafios facilitam o desenvolvimento da aprendizagem, pois requerem processos de auto-organização recorrentes. Assim, o conhecimento e a aprendizagem são processos de construção recursivos e interpretativos desenvolvidos por sujeitos ativos em sua interação com o mundo e a realidade que os cerca. Tais processos, para que aconteçam, requerem uma cooperação global de todo o organismo.

Ainda, a flexibilidade implica na operacionalização de um currículo em que o formando tenha diferentes perspectivas na sua trajetória acadêmica, permitindo-lhe condições para avançar quando demonstrar condições para isso ou ter estudos de complementação necessários ao desenvolvimento dos perfis próprios das áreas de conhecimentos científicos e/ou profissionais, quando necessário.

Para que as práticas inovadoras sejam contempladas, será criado, institucionalizado e regulamentado o Núcleo de Inovação Acadêmica.

3.6.2 Políticas Institucionais

Coerente com sua missão, visão e valores, e conforme estabelecido em seus objetivos institucionais, a FABIN orienta suas ações acadêmicas com base nos seguintes princípios:

- I. A educação superior deve contribuir para atender demandas sociais em consonância com o mercado de trabalho, visando a inserção e ascensão profissional de seus estudantes, possibilitando a evolução no sentido amplo de seus egressos, beneficiando a sociedade e contribuindo para a prosperidade do País. Corresponde, em essência, à missão da Faculdade que mobiliza todos os seus recursos com vistas a essa concretização;
- II. A inclusão é um dever da sociedade e a FABIN tem por política praticar a inclusão em seu sentido mais ampliado, para isso conta com um setor dedicado e organizado para viabilizar da melhor forma possível a experiência do aluno na Faculdade;
- III. Constitui diretriz da FABIN a busca permanente da excelência acadêmica;
- IV. A FABIN fez a escolha pela modernidade com a inclusão de novas tecnologias em suas práticas de ensino-aprendizagem porque constituem habilidades esperadas no ambiente profissional;
- V. O relacionamento com a comunidade, materializado nas práticas de extensão, é diretriz institucional e está embasado em um recorte geográfico no entorno de todos os campi, embora contemple algumas instituições para além desse limite por motivos históricos.

- VI. As orientações deduzidas dos fundamentos e dos princípios institucionalizados estão detalhadas em suas políticas e diretrizes, devidamente aprovadas pelo Conselho Superior.

3.6.2.1 Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção

A FABIN em sua missão de ser uma instituição inovadora e com grande interlocução com a comunidade, buscará incentivar a produção discente e docente investindo em ações que oportunizem a divulgação referente a tudo o que for produzido pelos docentes e discentes, buscando a solução de problemas e visando a integração da Instituição com a comunidade. Visa ainda, incentivar produções acadêmicas que tenham como tema a inclusão, os direitos humanos, a sustentabilidade, a preservação do patrimônio cultural e ambiental, a valorização das diferenças e o combate ao preconceito e a intolerância de qualquer natureza, reafirmando a responsabilidade social da Instituição. Desta forma, as Políticas de estímulo e difusão para a produção docente e discente serão implementadas e institucionalizadas conforme segue:

A. Políticas Institucionais e Ações de Estímulo e Difusão para a Produção Acadêmico-Docente:

A participação em eventos acadêmicos fará parte da jornada docente. Como forma de apoiar a sua participação, bem como elevar o número e a visibilidade das publicações científicas da Instituição, foi criado um programa que objetiva viabilizar e subsidiar a participação docente, como autor e apresentador da produção, em eventos externos e internos técnico-acadêmico-científicos, culturais e/ou esportivos, de caráter regional, nacional ou internacional. A Faculdade irá buscar incentivar a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas, possibilitar a troca de experiências entre pesquisadores e contribuir para o incremento da quantidade e da qualidade das pesquisas científicas, do desenvolvimento tecnológico e da inovação na instituição pautada em sua vocação herdada de sua mantenedora. São considerados produções

científicas todos os itens de Produção Bibliográfica, Produção Técnica e outra Produção Artística/Cultural previstos pela plataforma Lattes do CNPq.

O evento deverá compor uma produção na forma de anais, com ISBN, que proporcione a divulgação dos trabalhos apresentados. O docente com inscrição comprovada em eventos técnico-acadêmico-científicos, como autor e apresentador da produção, poderá receber reembolso de despesas custeáveis conforme estabelecidas na política institucional as propostas submetidas serão analisadas por uma comissão designada para essa finalidade.

Para concorrer a concessão de recurso, as propostas submetidas deverão obedecer aos seguintes critérios:

- ser docente da Instituição há, no mínimo, 12 (doze) meses;
- estar com a documentação atualizada junto à Instituição, em especial comprovação de titulação, atualização de currículo lattes e artigos publicados;
- participar do evento acadêmico como apresentador do trabalho, indicando, em sua filiação institucional, o nome da Instituição a qual está vinculado e a origem do recurso.

A aprovação do pedido de reembolso não será realizada de forma automática, e dependerá da análise dos critérios estabelecidos e da disponibilidade orçamentária prevista para o trimestre vigente da Instituição. Será considerada, para fins de registro, e concessão de recursos a produção acadêmico/científica que atender todas as diretrizes estipuladas na política institucional, aprovada em conselho superior.

B. Política de Estímulo à Produção Discente e à Participação em Eventos:

A política tem por diretrizes o estímulo à difusão das produções acadêmicas na graduação e pós-graduação, promovendo a divulgação dos conhecimentos

científicos, didático-pedagógicos, tecnológicos, artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade; a comunicação do saber através do ensino, de publicações diversas ou de outras formas de comunicação; a realização do monitoramento da produção científica de forma a potencializar as ações; o incentivo à participação de alunos em eventos nacionais e internacionais; e o estímulo à participação em cursos de idiomas, visando à capacitação para vivenciar a experiência de intercâmbios educacionais.

A Política de Estímulo à Produção Discente e à Participação em Eventos fortalece o fomento às interfaces entre atividades de pesquisa e extensão; o incentivo à organização de eventos; o estímulo, independentemente do apoio financeiro, à participação de discentes em eventos científicos para apresentação de seus resultados de pesquisa; e o apoio à iniciação científica e realização de eventos de Iniciação Científica.

No que se refere ao desenvolvimento da produção discente e à participação em eventos no decorrer dos cursos da Faculdade, a política prevê que os Projetos Pedagógico de Cursos, de acordo com cada área de atuação, devem contemplar a organização de atividades inerentes aos cursos, como visitas técnicas e culturais, que estão alinhadas aos objetivos de aprendizagem das disciplinas; o estímulo e viabilização de eventos e produções discentes, apoiando as iniciativas dos cursos como: semanas de curso; exposições vinculadas às disciplinas; exposições de Projetos Integradores, Interdisciplinares e Trabalhos de Conclusão de Curso, quando houver; e a promoção e apoio à participação em concursos artísticos e culturais; realização de visitas técnicas e culturais e de viagens de estudo, entre outros. Ademais, a política em questão assegura a divulgação das ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos por meio de canais diversificados de comunicação e mídia.

Suas ações são pautadas no apoio à produção acadêmica discente e a publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais; na provisão do planejamento dos cursos as verbas para as ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos, sendo discutidas por ocasião do orçamento; na contabilização das atividades de estímulo à produção discente e à participação em eventos como horas de Atividades Complementares, se previstas no Regulamento do Curso; e na transformação da Instituição em espaços privilegiados para a reflexão, o debate e a crítica, resgatando o seu compromisso com a cidadania plena e com a produção e interpretação do conhecimento.

3.6.2.2 Políticas institucionais de Atendimento ao Discente

A FABIN compreende que o acesso à educação superior é um direito constitucional e, no decorrer da sua trajetória, tem assumido o compromisso de não somente promovê-lo, como também garantir a permanência dos alunos até a conclusão do curso.

A Política de Atendimento ao Discente pretende garantir o apoio necessário à plena realização do aluno, nos âmbitos acadêmico, cultural, social e político. Para tal, desenvolverá mecanismos que viabilizem a permanência dos alunos na IES.

Sendo assim, propõe o acompanhamento dos ingressantes de modo prioritário, apoiando-os em seus desafios de integração e em suas dificuldades de aprendizagem; o provimento de acolhimento e orientação psicológica e pedagógica individualizado a discentes com objetivo de apoiar e aprimorar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento pessoal; o estímulo e favorecimento para que o discente seja protagonista em sua produção intelectual; a orientação aos coordenadores de curso e docentes no que compete a ações didáticas e conduta com os discentes com deficiência e necessidades educacionais especiais; o apoio e acompanhamento do processo avaliativo dos discentes com deficiência e necessidades educacionais especiais que requeiram intermediação por profissionais especializados; e o estabelecimento, sempre que possível, convênios com entidades

públicas e privadas para a obtenção de estágios e bolsas de estudo, objetivando a melhor formação de seus alunos e o seu preparo para ingresso no mercado de trabalho.

De forma a garantir o direito do corpo discente à voz e voto, a Política de Atendimento ao Discente assegura a representação na composição dos órgãos colegiados acadêmicos, conforme o disposto no Regimento Geral.

A referida política também prevê a promoção de ações destinadas a garantir o acesso de alunos e egressos a eventos da IES; a oferta de cursos de pós-graduação, oferecendo benefícios para egressos; a criação de mecanismos de vínculo entre os egressos e a Instituição; o planejamento e execução de ações que contribuam para a convivência saudável da comunidade acadêmica no que compete à diversidade biopsicossocial e cultural; e o responsabilidade para o acolhimento discente, realizando uma agenda de atividades de recepção para os alunos ingressantes que visam introduzi-lo ao seu ambiente de estudo e aprendizagem, aos seus colegas, docentes e coordenador do seu curso.

O fomento de ações de acolhimento com propósito de responsabilidade social; a garantia da permanência do estudante, por meio do oferecimento de um conjunto de cursos extracurriculares que comportam cursos de nivelamento com o propósito de revisar conteúdos e resgatar competências do Ensino Médio, permitindo ao estudante retomar conhecimentos-chave para a sua evolução e desenvolvimento acadêmico; o fomento e prática da interação dos estudantes com os docentes para assuntos das disciplinas que lecionam e outras orientações de carreira que o estudante deseje receber e o docente se sinta à vontade para fazê-lo; e o aprimoramento da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, por meio de Programa de Monitoria, que auxilia no acompanhamento de alunos com dificuldades, contribuindo para melhoria de seu desempenho, além de despertar nos estudantes monitores o interesse pela atividade docente também compõem as diretrizes da Política de Atendimento ao Discente

No que tange à acessibilidade e inclusão, a Política de Atendimento ao Discente estabelece a garantia de programa de acessibilidade em sua magnitude, compreendendo a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas / metodológicas, atitudinais, comunicacionais e digitais e preza pela inclusão, por meio do Núcleo de Atendimento ao Discente e Docente (NADD), cujo objetivo é apoiar os estudantes com deficiências e necessidades especiais, inclusive déficits cognitivos e outros, no processo de aprendizagem, por meio de acolhimento e orientações, assegurando condições de ingresso e permanência, oferecendo o apoio necessário com suporte de “métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”, conforme dispõe o artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/96. Além disso, a política prevê a inclusão da disciplina de LIBRAS nos currículos de todos os cursos de graduação, atendendo ao Decreto Federal nº 5296, de 2 de dezembro de 2004.

A política em questão esclarece que a participação dos estudantes em Movimentos Estudantis é facultada e independe de disposição institucional, que, contudo, atua como mediador e facilitador em reuniões gerais realizadas mensalmente com esses Movimentos.

No que se refere à Internacionalização e estágios, a Política de Atendimento ao Discente explora as participações em intercâmbios e estágio, com a disponibilização de um departamento exclusivo para tais iniciativas, a Instituição promove convênios com instituições nacionais e estrangeiras para viabilizar diversas iniciativas de estágio e intercâmbios; fomenta a internacionalização por meio de programas de intercâmbio semestrais ou em períodos de recesso acadêmico; ofertar alternativas de internacionalização que não requerem a mobilidade do discente; Intermedia e acompanha as iniciativas para Estágio Supervisionado não obrigatório, remunerado ou não remunerado, apoiando o discente em seu ingresso no mercado de trabalho; e promove iniciativas de capacitação profissional por meio de oficinas e palestras e

divulgação de oportunidades de estágio obrigatórios e não obrigatórios, remunerados ou não remunerados.

Outrossim, a referida política orienta para a disponibilização de instâncias que permitam o atendimento ao discente em todos os setores pedagógico-administrativos da Instituição e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras de atendimento ao discente.

Para garantir o cumprimento de suas diretrizes, a Política de Atendimento ao Discente define áreas que norteiam o seu desenvolvimento. Desta forma, evidencia e que a FABIN possui instâncias que permitem o atendimento ao discente em todos os setores pedagógico-administrativos da Instituição, para além das coordenações de curso, destacando-se as seguintes áreas:

- a. Secretaria Acadêmica: que atende às demandas de ordem acadêmica e financeira dos estudantes, respeitando às normas, procedimentos e regulamentos, por meio do atendimento presencial;
- b. Ouvidoria: intermedia as relações dos discentes com as instâncias acadêmicas e administrativas, ampliando o canal de comunicação do estudante com a Faculdade, garantindo seus interesses, direitos e deveres; e
- c. NADD: está vinculado à Gestão Acadêmica e desenvolve um ambiente universitário inclusivo, com ações efetivas que possibilitam a progressão acadêmica de estudantes com deficiências ou necessidades especiais, inclusive dificuldades de aprendizagem e outras.

3.6.2.3. Políticas de Educação Inclusiva

Atenta à sua responsabilidade social e aos indicadores e padrões de qualidade, estabelecidos pelo Ministério da Educação, nos manuais de avaliação institucional e das condições de ensino, a **FABIN** adota as diversas políticas institucionais, entre elas a Política de Inclusão de Libras como disciplina opcional nos currículos da

graduação, Política de Diversidade, Equidade e Inclusão, Política de Acessibilidade e Inclusão Digital, entre outras, priorizando ações para os portadores de necessidades especiais:

Para alunos com deficiência física:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço (disponíveis na lateral do edifício, não exclusiva da Faculdade);
- elevador, facilitando a circulação de pessoas com deficiência;
- portas e banheiro com espaço suficiente para permitir o acesso de pessoas com deficiência;
- barras de apoio na parede do banheiro para pessoas com deficiência; e
- lavabo, bebedouro em altura acessível às pessoas com deficiência de rodas nas áreas comuns do prédio.

Para alunos com deficiência visual, a instituição pode proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- gravador e fotocopadora que amplie textos;
- software de ampliação de tela;
- equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- scanner acoplado ao computador;
- sinalização adequada no ambiente acadêmico; e
- aquisição ou disponibilidade de leitor de livros.

Para alunos com deficiência auditiva, a instituição tem o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a

avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;

- flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado.
- acesso aos professores à literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

Para alunos com Transtorno do Espectro Autista, a instituição tem o compromisso formal de seguir as diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, visando garantir o direito a educação em classe regular com o atendimento especializado oferecido no âmbito do Núcleo de Atendimento ao Discente e Docente - NADD.

3.6.2.4. Política de acompanhamento dos egressos

A Política de Acompanhamento de Egressos na instituição materializa-se por meio de um plano de ação institucional atualizado permanentemente, que se desenvolve sob a perspectiva da continuidade das ações de relacionamento e de desenvolvimento profissional do estudante já formado. Dentre outras ações, deve promover a coleta de dados sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho, por meio de pesquisas anuais liderada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e suportada pelas Áreas de Projetos e Marketing.

Esse relacionamento deve passar, essencialmente, pela continuidade dos contatos após a conclusão do curso. A relação com os alunos não deve ser interrompida logo após a solenidade de formatura. Dessa forma, o egresso passa a ter acesso a um

novo rol de práticas educacionais da Instituição. Essa nova fase do relacionamento passa a ser valorizada pelo mercado, pois demonstra que a instituição está preocupada não só com a formação técnica do profissional, mas também com sua carreira.

Assim, a FABIN promoverá um relacionamento contínuo com seus egressos, visando ao aperfeiçoamento de suas ações, acompanhando e discutindo a inserção dos egressos no mercado de trabalho, levantando e propondo medidas voltadas ao aperfeiçoamento do curso a partir dos indicadores obtidos. Com ações direcionadas ao estabelecimento de uma relação mais estreita com os egressos, a Instituição facilitará a formação de uma rede de comunicação entre os egressos, possibilitando a troca de informações profissionais e acadêmicas. São propósitos da Política Institucional de Acompanhamento do Egresso da Faculdade:

- I. identificar o perfil do egresso e criar mecanismos para a avaliação de seu desempenho no mercado de trabalho;
- II. acompanhar a inserção dos egressos no mercado de trabalho;
- III. construir, a partir dos questionários aplicados, um banco de dados com informações que possibilitem manter um relacionamento com o egresso, garantindo um vínculo institucional permanente;
- IV. garantir a aproximação com os egressos, visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais atinentes à implementação de novos cursos e programas no âmbito da educação superior;
- V. estimular e criar condições para a educação continuada de egressos;
- VI. construir indicadores que subsidiem a adequação curricular às necessidades do desenvolvimento de competências e habilidades em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- VII. facilitar a formação de uma rede de comunicação entre os egressos, possibilitando a troca de informações profissionais e acadêmicas.

No acompanhamento dos egressos serão realizadas pesquisas, encaminhadas por meio do e-mail cadastrado no banco de dados. Elas propiciarão que a Faculdade mensure o nível de empregabilidade dos seus egressos. Os questionários enviados poderão traçar o perfil do profissional no mercado de trabalho e fazer um cruzamento de dados, direcionado ao percentual de empregabilidade no mercado.

As ações de acompanhamento do egresso serão realizadas a partir de dados cadastrais dos ex-alunos, referentes à inserção do profissional no mundo do trabalho, suas repercussões sociais e o comprometimento com as políticas públicas, por meio de pesquisa sistemática, realizando o acompanhamento do egresso, de modo a obter as seguintes informações: feedback sobre o curso (pontos negativos e fortes); atuação do egresso no mercado de trabalho; dificuldades encontradas no mercado de trabalho; identificação do perfil do profissional exigido pelas empresas, interesse em realizar cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e atualização; e identificação da percepção das empresas com relação à Instituição.

Entre os principais questionamentos direcionados aos egressos, um dos principais objetivos será avaliar o nível de dificuldade do egresso desta instituição na sua inserção no mercado de trabalho. Os resultados das pesquisas serão analisados por uma comissão pedagógica, e as dificuldades apontadas pelos egressos na sua inserção no mercado de trabalho serão abordadas nos encontros pedagógicos e servirão de cases, para que os professores possam extinguir possíveis deficiências dos futuros egressos.

Além disso, a área de relacionamento com o egresso prestará serviços aos ex-alunos, abrindo possibilidades com relação à inclusão dos seus dados no banco de currículos, que será disponibilizado a empresas; à criação de um ambiente de relacionamento entre os egressos, a Faculdade e os alunos, promovendo encontros de confraternização, palestras e conferências, participação em cursos de extensão, em bancas examinadoras, etc.; e à manutenção do vínculo por meio da possibilidade de utilização da biblioteca, infraestrutura, laboratórios e serviços mantidos pela

Instituição. Ademais, a partir da perspectiva da aprendizagem contínua, os egressos dos cursos de graduação poderão dar continuidade aos seus estudos nos cursos de pós-graduação oferecidos pela instituição, correlatos à área de conhecimento do curso de graduação.

3.6.2.5 Políticas Institucionais Voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural, e Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial

Nos domínios da Faculdade, do ponto de vista da acessibilidade atitudinal, a instituição irá investir em campanhas educativas cujos temas versam sobre a negação de qualquer tipo de discriminação e intolerância, seja ela de cor, credo, raça ou gênero. Assim como a aceitação do nome social já é um antigo direito respeitado nos espaços de convivência da Instituição, mesmo antes de ser transformado em lei, este programa se replica na instituição.

Em relação à acessibilidade espacial, essa responsabilidade se revela pelo cuidado demonstrado com os espaços, cuidando para que seus obstáculos sejam removidos ou interfiram minimamente na livre circulação das pessoas, ou com vagas exclusivas no estacionamento, rampas de acesso, elevadores e bebedouros adaptados. A biblioteca conta também com softwares de auxílio aos portadores de deficiência visual, e a equipe de apoio psicopedagógico conta com profissionais ledores e intérpretes de Libras.

Todas as prestações de serviços, mesmo aquelas que sejam desenvolvidas no âmbito das práticas extensionistas, desvelam as formas como esta política de valorização da diversidade ocorre na instituição. Do ponto de vista do acolhimento à comunidade, a mantenedora já desenvolve uma política de campus aberto, ou seja, o acesso às suas dependências acontece com a maior liberdade possível, o que gera

uma aproximação relevante com a comunidade, que permite, entre outras coisas, a constituição de espaços de diálogo.

O diálogo favorece parcerias a serem estabelecidas entre a Faculdade, a sociedade e os órgãos públicos, o que, por sua vez, é extremamente relevante para que se possa oportunizar o enfrentamento de dificuldades variadas nas regiões do município, que podem dizer respeito à defesa do meio ambiente, à promoção dos direitos humanos, bem como à criação de mecanismos para a preservação da memória cultural e para a valorização do patrimônio artístico local.

A própria concepção de currículo pensado para os cursos que serão ofertados pela IES pauta-se na ideia de que essa relação com o entorno significa um ecossistema rico de aprendizagem, que amplia as competências dos discentes ao mesmo tempo em que possibilita a reflexão deles e da própria comunidade sobre os principais desafios e os princípios elementares para o exercício pleno da cidadania em uma sociedade contemporânea que é multicultural.

Como parte dessa política de valorização, as atividades da Instituição, que serão ofertadas a partir de programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviços, ações que irão promover esse respeito e o reconhecimento da diversidade cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e histórico. As atividades programadas têm o intuito de envolver, de modo transversal, os alunos de todos os cursos que serão ofertados pela Faculdade, colocando-os em contato direto com a comunidade, garantindo a transmissão dos resultados dessa reflexão e atuação, nas políticas que tratam da temática encontra-se detalhada as diretrizes e a operacionalização.

3.6.2.6 Políticas Institucionais Voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à Responsabilidade Social

A prática social é realizada por meio das diretrizes institucionais e de políticas de extensão e responsabilidade propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional da FABIN.

Essas diretrizes norteadoras requerem estratégias educativas variadas e complementares no pensar e no fazer acadêmicos da Instituição, que busca, gradativamente,

- o conhecimento da realidade regional e dos seus condicionantes históricos, políticos e sociais;
- a formação de profissionais competentes para atuar responsavelmente sobre essa realidade;
- compromisso com as necessidades e os interesses básicos da comunidade;
- a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- a revisão periódica e fundamentada dos projetos pedagógicos dos cursos que oferece, de modo a contribuir para a realização dos projetos educacionais dos estudantes, responder às mudanças ocorridas na sociedade e colaborar para o desenvolvimento curricular perante as diretrizes, os desafios e os avanços didático-pedagógicos;
- a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Dessa forma, pretende-se estimular um conhecimento capaz de dar feedback de um processo contínuo de aperfeiçoamento das atividades educacionais que concebe e realiza. O Projeto Pedagógico da Instituição expressa a organização e o pensar de suas propostas pedagógicas, voltadas para a formação do cidadão e do profissional, validando a abertura de cursos correlacionados à demanda da região, à oferta de cursos pelas instituições existentes no entorno e ao perfil do corpo docente associado ao foco e ao campo de atuação dos cursos a serem ministrados, de modo a promover a inclusão de alunos no mundo do trabalho.

Sob esse direcionamento, sublinha-se que o Projeto Pedagógico Institucional representa uma perspectiva de abordagem e reflexão sobre o atual processo de globalização e concorrência na educação, na dinâmica escolar e, logicamente, na construção dos projetos pedagógicos dos cursos existentes e dos cursos a serem implantados, considerando sua realização e os sujeitos atuantes de forma que a essência de existência dos cursos respeite o projeto educacional demandado pelos jovens estudantes. Nessa direção, algumas ações são consideradas para a consolidação do projeto institucional:

- instrumentalizar o estudante para que seja capaz de formular seu projeto de vida;
- propiciar experiência no ciclo profissional para a interligação entre a academia e o mercado de trabalho;
- promover a integração entre a IES e outras instituições, empresas e órgãos públicos e privados, por meio de um relacionamento participativo e produtivo;
- explorar as mais modernas ferramentas de comunicação, estimulando o seu uso nas atividades acadêmicas;
- promover a modernização contínua das instalações e dos recursos materiais e físicos da IES;
- instrumentalizar o estudante para que seja capaz de formular seu projeto de vida;
- propiciar experiência no ciclo profissional para a interligação entre a academia e o mercado de trabalho;
- promover a integração entre a IES e outras instituições, empresas e órgãos públicos e privados, por meio de um relacionamento participativo e produtivo;
- explorar as mais modernas ferramentas de comunicação, estimulando o seu uso nas atividades acadêmicas;
- promover a modernização contínua das instalações e dos recursos materiais e físicos da IES;

- Contando com a participação de vários atores sociais, como entidades integrantes do setor privado, além de diversos segmentos da sociedade, considerando todas as nuances e etapas do processo formativo, a IES tem fomentado total interação com a sociedade, envolvendo os servidores docentes e técnicos-administrativos, os alunos e discutindo alternativas viáveis para a implementação de projetos de ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a sociedade, com o tempo presente e com as soluções almejadas, com vistas ao desenvolvimento econômico dos municípios de influência e demais regiões atendidas pelo ensino.

Dessa forma, o ensino superior muda a maneira como se relaciona com a sociedade e se apresenta como uma iniciativa concreta e possível para promover o desenvolvimento econômico e sustentável, uma vez que tem clareza de seu papel na formação integral de indivíduos, cidadãos, profissionais e líderes preparados para lidar com as complexidades do presente e do futuro.

No tocante à Responsabilidade Social, o conceito no contexto corporativo contemporâneo consiste em um conjunto de iniciativas que determina a forma como as organizações dialogam com a sociedade, permitindo-as exercer seu compromisso social de melhoria da qualidade de vida, agregar valor econômico e social às suas atividades e gerar diferenciais perceptíveis a todos os seus públicos de interesse.

Quando a organização é uma instituição de ensino, essa responsabilidade com a sociedade destaca-se ainda mais por sua natureza formativa, que se traduz em sua capacidade de transformar e fortalecer os indivíduos, de provocar mudanças na sociedade e de responder às suas necessidades. A educação é de importância vital para a humanidade, e as instituições de ensino se comprometem com a sociedade, local e globalmente, não apenas quando produzem e disseminam conhecimentos e tecnologias, mas, principalmente, quando assumem seu papel de preparar indivíduos com autonomia e, também, quando os despertam para a necessidade de que pautem

suas ações, tanto as individuais, quanto as profissionais e cidadãos, em posturas socialmente responsáveis, que elejam o desenvolvimento sustentável como uma premissa.

A educação para a sustentabilidade e para a responsabilidade social na FABIN é, pois, uma educação que acompanha as transformações pelas quais o mundo passa, que entende a sustentabilidade como um conjunto de posturas interdisciplinares, que orienta os eixos de formação dos alunos e contribui para sua formação integral. Por isso, a instituição investe continuamente no desenvolvimento do currículo e em inovações pedagógicas. Isso significa estar alinhado com as principais discussões da sociedade.

A adoção de um modelo educacional em sintonia com os novos tempos, e que garanta a formação pretendida aos educandos, implica fortes impactos para a gestão da instituição em todas as dimensões: acadêmica, de pessoas, administrativo-financeira e mercadológica. Considerando-se o lado corporativo, as instituições de ensino são socialmente responsáveis quando cuidam da gestão acadêmica, da gestão de pessoas, do administrativo-financeiro e da gestão de seus relacionamentos, pautando-se pelos mesmos princípios de responsabilidade social divulgados aos alunos. A Instituição zela para que a ampla aplicação de todos os princípios norteadores de sua atuação seja percebida em todos os setores da instituição, e não somente no discurso da sala de aula. Assim, a responsabilidade social da IES se materializa nas seguintes ações:

- acompanhamento da qualidade dos serviços prestados;
- ações afirmativas, como a contratação de portadores de necessidades especiais;
- defesa do meio ambiente;
- promoção da inclusão social, cultural e digital;
- preparação de futuros líderes para o desenvolvimento sustentável;
- promoção de valores éticos;

- preservação da memória e do patrimônio cultural;
- incentivo à produção artística;
- articulação do ensino, da pesquisa e da extensão.

As parcerias, sejam com a iniciativa privada, sejam com órgãos públicos, também são elos que a instituição estabelece com a população e têm o objetivo de viabilizar, em conjunto, projetos que, isoladamente, não sairiam do papel ou do campo da intenção. Do ponto de vista das práticas de gestão, a IES busca sempre avaliar a forma como age e se comunica com seu público interno (funcionários e professores), público externo (fornecedores e alunos) e com outros públicos diretamente afetados pela sua atuação (órgãos governamentais, comunidade, sindicatos, pais de alunos, entre outros).

Em se tratando da gestão acadêmica, as práticas dizem respeito, por exemplo, às suas escolhas curriculares, aos projetos de pesquisa e extensão mantidos pela IES, à sua preocupação constante em instituir processos cada vez mais ágeis e flexíveis, estabelecendo um modelo que fortaleça práticas democráticas e estimule a participação de toda a comunidade acadêmica, sem exceções.

Em relação à gestão de pessoas, as práticas dão enfoque à criação de um ambiente saudável de trabalho e desenvolvimento profissional e a uma filosofia de gestão que incentive a transparência nas relações humanas e a participação das pessoas nas decisões, tornando-as partes indissociáveis da missão e da visão da instituição. A FABIN tem plena consciência de que o bem-estar de seus colaboradores (docentes e técnico-administrativos) é tão importante quanto o dos discentes, pois são eles que mantêm um contato mais direto e mais frequente com os alunos.

No que diz respeito à gestão administrativo-financeira, são observadas não somente as questões da responsabilidade na gestão do caixa e dos investimentos, como também as práticas relacionadas à administração da infraestrutura, as relações com

parceiros e fornecedores, a organização interna e a governança. Verificam-se aí impactos relacionados ao desempenho econômico da instituição, assim como ao ambiental e ao social.

Já a gestão dos seus relacionamentos externos trata do diálogo, em diferentes formas, da Instituição com seus diferentes públicos. Diante do desafio de uma gestão socialmente responsável, esse diálogo passa pela participação em eventos da região e em parcerias com o poder público, considerando-se, sobretudo, o contexto contemporâneo, em que a verdade nas mensagens publicitárias e a transparência na relação estabelecida com os diversos públicos são fundamentais.

Na perspectiva da gestão, a adoção de práticas de responsabilidade social na FABIN reflete tudo o que é ensinado aos alunos, de forma a permitir que as experiências vividas na instituição contextualizem a sua atuação profissional e que as exigências do mundo do trabalho e dos negócios ajudem a contextualizar as experiências vividas na Instituição.

Dessa forma, apresentado o perfil institucional, inicia-se o capítulo I que aborda a organização administrativo-acadêmica retratando a estrutura organizacional, instâncias de decisão e organograma; as competências e decisões dos órgãos colegiados, órgãos deliberativos-executivos, órgãos consultivos, órgão de apoio às atividades acadêmicas, as formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos; as ações de transparência e divulgação de informações da instituição e as parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições.

3.6.3 Principais Políticas de Gestão

Uma instituição de ensino superior só será de qualidade se estiver inserida no contexto técnico-científico, político e cultural em todos os níveis de relação. A

comunidade acadêmica necessita estar imbuída de tal compreensão, pois, só assim, participará efetivamente dessa inserção.

A **FABIN** tem como política de gestão:

- I. Buscar, de forma permanente, a excelência na qualidade do ensino, através do estabelecimento de adequadas diretrizes curriculares, da integração com o mercado de trabalho, do uso de novas tecnologias educacionais e da promoção de efetivas condições para a realização da prática profissional e da iniciação científica por parte dos discentes.
- II. Manter a Instituição sob permanente avaliação, visando ao conhecimento dos seus problemas, restrições e oportunidades, adotando medidas concretas de correção e/ou adequação de seus processos.
- III. Implantar uma estrutura administrativa moderna e eficiente, buscando sempre a racionalização dos custos e a otimização dos recursos existentes, dentro de uma filosofia de autonomia financeira, administração por projetos e de decisão colegiada sobre os destinos institucionais.
- IV. Divulgar de forma sistemática suas ações, consolidando sua reputação e preservando sua imagem institucional na comunidade em que se insere.

A **FABIN** tem como política de gestão, buscar, de forma permanente, a excelência na qualidade do ensino, através do estabelecimento de adequadas diretrizes curriculares, da integração com o mercado de trabalho, do uso de novas tecnologias educacionais e da promoção de efetivas condições para a realização da prática profissional e da iniciação científica por parte dos discentes.

As bases institucionais da **FABIN** estão definidas em seu Regimento Geral.

A **FABIN** rege-se também pela legislação educacional, pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, pelo seu Regimento Geral e normas emanadas de seus Conselhos Superiores, observadas as disposições contidas no Contrato Social da Entidade Mantenedora.

O Regimento Geral da **FABIN** define suas finalidades e objetivos, sua estrutura organizacional básica, as funções do ensino, pesquisa, extensão e cultura, o regime acadêmico, funcional, disciplinar e as relações com a entidade mantenedora.

3.6.3.1 Política de Gestão Institucional

Com a globalização e seus atuais cenários dinâmicos, que exigem agilidade por parte das organizações públicas e privadas, houve profundas transformações quanto ao modo de administração e gestão. As organizações têm buscado iniciativas para mudanças, porém na maioria das vezes, não chegam a ser efetivadas e, quando aplicadas, seus resultados raramente são avaliados de forma objetiva e clara. Isso mostra que o foco da qualidade e da melhoria não parte apenas da competência e da vontade dos profissionais, mas de uma série de fatores estratégicos que contribuem de fato para a mudança.

A gestão por processos surge como uma metodologia consolidada tanto na iniciativa privada como nas organizações públicas, que visa alcançar melhores resultados através do aperfeiçoamento dos processos de trabalho. Desempenhado por todos os servidores e de forma contínua, envolve conhecer, analisar, mudar e monitorar as rotinas de trabalho. Uma “construção coletiva”, que transcreve esse modelo de gestão mais ágil e eficiente, com gestores profissionalizados e visando cumprir sua missão institucional.

Nesse contexto, integrar a gestão estratégica com a gestão por processos é condição essencial para o sucesso de ambas as abordagens. O cumprimento das metas definidas é consequência direta da modernização dos processos que passam a atingir um novo nível de desempenho. Uma estratégia somente pode ser bem-sucedida pela transformação dos seus processos organizacionais. Afinal, os processos comportam pessoas, suportadas por sistemas e organizadas em áreas de atuação integradas para concretizar a estratégia.

A gestão de processos organizacionais se baseia em alguns princípios que norteiam o desenvolvimento das ações e encontram-se representados a seguir:

Satisfação: necessidades, perspectivas e requisitos dos colaboradores internos e externos devem ser conhecidos para que o processo seja projetado de modo a produzir resultados que satisfaçam suas necessidades.

Gerência participativa: conhecer e avaliar a opinião dos seus colaboradores é um aspecto importante para que sejam discutidas as ideias e melhor desempenho do processo seja alcançado.

Desenvolvimento humano: para se chegar a melhor eficiência, eficácia e efetividade da organização é necessário o conhecimento, as habilidades, a criatividade, a motivação e a competência das pessoas. De oportunidades de aprendizado e de um ambiente favorável ao pleno desenvolvimento depende o sucesso das pessoas.

Metodologia padronizada: para evitar desvios de interpretação e alcançar os resultados esperados, é importante seguir os padrões e a metodologia definida, que poderá ser constantemente melhorada.

Melhoria contínua: o comprometimento com o aperfeiçoamento contínuo é o principal objetivo da gestão de processos, de modo a evitar retrabalhos, gargalos e garantir a qualidade do processo de trabalho.

Informação e comunicação: é de fundamental importância a disseminação da cultura organizacional, divulgar os resultados alcançados e compartilhar o conhecimento adquirido.

Busca da excelência: para alcançar a excelência, os erros devem ser mitigados e as suas causas eliminadas. Devem-se buscar as melhores práticas reconhecidas como geradoras de resultados e aprimoramento constante, visando à identificação e ao aperfeiçoamento de oportunidades de melhorias e reforço de pontos fortes da instituição.

Nesse contexto, os processos de gestão institucional estão pautados na missão e valores institucionais, organizados e orientados em conformidade com seus objetivos,

consideram a autonomia e a representatividade dos segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, regulamentam o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados e sistematizam e divulgam as decisões colegiadas, cuja apropriação pela comunidade interna é assegurada. Essa análise institucional permite constatar, também, o princípio pedagógico da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A área acadêmica e a área administrativa se amparam em um exercício sinérgico, voltando seus esforços conjuntamente para a realização da missão e visão institucional. As instâncias colegiadas possuem regulamentos próprios que definem, entre outros, as atribuições definidas no Regimento Geral, a composição e o mandato dos seus membros, sendo estes nomeados por Ato da Diretoria Geral. As reuniões são registradas em atas, calendários aprovados e outros documentos que comprovam a presença e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica e sociedade civil organizada, quando for o caso.

As decisões dos órgãos colegiados, são sistematizadas e divulgadas por meio de políticas, pareceres, relatórios, atos normativos e autorizativos específicos, bem como pelas atas de suas reuniões, sendo assegurada a apropriação pela comunidade interna.

São diretrizes da gestão institucional:

- I. autonomia e representatividade dos órgãos gestores e colegiados;
- II. participação de docentes-tutores, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada nos órgãos colegiados;
- III. regulamentação do mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados estabelecida no Regimento Geral da Instituição;
- IV. sistematização e divulgação das decisões colegiadas;
- V. apropriação dos processos de gestão pela comunidade interna assegurada;

- VI. otimização da utilização dos meios existentes e agilização dos processos decisórios evitando a duplicação de meios para fins idênticos;
- VII. contínuo aperfeiçoamento de métodos e processos de trabalho, controle de custos e de resultados e eficiência no uso dos recursos, particularmente, dos recursos financeiros e de pessoal;
- VIII. planejamento integrado institucionalizado, acompanhado e avaliado em todos os níveis da instituição;
- IX. alinhamento da infraestrutura física à formulação estratégica;
- X. utilização intensiva da tecnologia no suporte às atividades acadêmicas e administrativas;
- XI. sistematização dos processos de gestão acadêmica e administrativa como forma de otimizar a alocação de recursos, aumentar a proatividade e a efetividade da Instituição;
- XII. avaliação institucional, atendendo ao que dispõe a legislação, visando ao aperfeiçoamento e ao atendimento das metas estabelecidas;
- XIII. autonomia de gestão financeira da Faculdade Brasileira de Inovação é norteadas por orientações da Mantenedora;
- XIV. política de recursos humanos fundamentada no sistema de recrutamento e seleção de pessoal, em programas especiais de formação e desenvolvimento e em planos de carreira que estimulem a capacitação;
- XV. adoção de um programa de avaliação do corpo docente e do pessoal técnico-administrativo capaz de fornecer subsídios à gestão de pessoas;
- XVI. função de controle compartilhada entre gestores e equipes, devendo a ênfase do processo concentrar-se na busca da solução de problemas;
- XVII. supervisão exercida com ênfase no alcance dos objetivos (resultados);
- XVIII. existência de Ouvidoria com atuação autônoma;
- XIX. existência de Comissão Própria de Avaliação com atuação autônoma;
- XX. ações afirmativas, de diversidade e equidade estendida a todos os segmentos da comunidade acadêmica;

- XXI. processos decisórios como base de procedimentos claramente definidos e amplamente divulgados;
- XXII. planejamento conjunto, intercâmbio de informações e cooperação e lealdade estimulados em oposição ao individualismo e à competição, entre outras ações implementadas;
- XXIII. formulação do orçamento a partir do PDI e de acordo com as políticas de ensino, iniciação científica e extensão;
- XXIV. previsão no orçamento da ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos;
- XXV. apresentação de estudos orçamentários, vinculados ao desenvolvimento institucional, para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados;
- XXVI. considerar as análises do relatório de avaliação interna no momento da elaboração do orçamento;
- XXVII. elaboração do orçamento institucional mediante ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas orientando a tomada de decisões internas; e
- XXVIII. capacitação das instâncias gestoras e acadêmicas para a gestão de recurso

Finalmente, a **FABIN** integrada à gestão de processos institucionais mantém seus processos escritos de forma padronizada, facilitando a comunicação interna e o compartilhamento visando uma gestão do conhecimento, profissionalizando seus gestores e buscando a excelência e qualidade, em consonância com a missão institucional. Acredita que o compartilhamento das informações de forma padronizada e participativa eleva o nível do conhecimento e facilita a gestão em toda sua dimensão.

3.6.3.2 Política de Comunicação com Comunidade Externa e Interna

A política de comunicação da Faculdade Brasileira de Inovação - FABIN visa estabelecer as diretrizes de comunicação da Instituição junto aos seus públicos de interesse. A comunicação da FABIN com seus diversos públicos deve ser promovida de forma sistemática e coordenada, em um processo contínuo de consolidação do posicionamento da Instituição, fortalecendo sua credibilidade e considerando seus pilares estratégicos: qualidade acadêmica, acessibilidade e empregabilidade, trazendo benefícios significativos para a sociedade. Os processos descritos na Política, documento que visam assegurar que a comunicação da FABIN seja estratégica e integrada, considerando a sua missão, visão e plano de negócio.

A Comunicação da FABIN deve ser feita de forma transparente, aberta e interativa em todos os seus níveis, demonstrando sempre sua preocupação ética e o respeito com seus públicos de interesse.

No âmbito externo, as ações de comunicação devem ter foco na divulgação dos diferenciais da Instituição, além de destacar sua missão institucional com a divulgação das suas iniciativas de responsabilidade social, cultural e ambiental, fortalecendo assim sua reputação.

No âmbito interno, as ações de comunicação devem disseminar a visão, missão e valores da instituição para toda a comunidade acadêmica, bem como o respeito ao seu código de ética, além de promover a divulgação das atividades acadêmicas de forma a provocar o senso de pertencimento e orgulho em toda a comunidade.

Os canais de comunicação e sistemas de informação devem favorecer a interação entre a comunidade interna e externa, estabelecendo fluxos de comunicação efetivos. Ser uma Instituição de Ensino Superior exige a disseminação do conhecimento da forma mais ampla e a partir de diversos meios de comunicação, por isso, por meio do uso de todos esses canais de comunicação presencial e online, a FABIN busca

garantir que a informação chegue a cada um dos seus públicos da forma mais clara e objetiva possível, garantindo a transparência necessária para o pleno êxito da sua comunicação institucional.

Para estabelecer uma comunicação mais eficaz com o público externo, foram desenvolvidas estratégias de comunicação específicas para cada um dos públicos a serem atingidos, considerando as suas especificidades e buscando contribuir para a consolidação da imagem de uma instituição que se compromete com a inovação e o desenvolvimento social:

Para os candidatos: comunicação direta nas escolas de ensino médio, por meio de ações planejadas pela equipe de comunicação, utilizando como ferramentas eventos de simulação, aulas gratuitas de letramento jurídico, folders, cartazes e encontros com coordenadores de curso, campanhas publicitárias e e-mails. A FABIN, por meio da sua central de atendimento, também presta apoio aos candidatos ingressantes no ensino superior e tem como objetivo auxiliar e orientar esse público interessado em iniciar sua jornada universitária, com informações sobre cursos, currículo, dúvidas contratuais, documentação e orientação educacional auxiliando na escolha da carreira.

Para os egressos: grupos no WhatsApp e *mailing* para divulgação de informações sobre a Instituição, conteúdos de desenvolvimento profissional, oportunidades de formação da FABIN e de parceiros, bem como oportunidades de empregos.

Para a sociedade em geral: divulgação de informações relacionadas à FABIN a partir do relacionamento com a imprensa (rádio, TV, jornais e sites), formadores de opinião e entidades representantes de categorias, Portal da FABIN, Redes Sociais e Campanhas Publicitárias.

São alguns dos Canais de Comunicação:

Gennera: canal exclusivo de comunicação entre a FABIN e seus estudantes. Neste ambiente, o aluno encontra todas as informações acadêmicas, financeiras, comunicados importantes, campanhas e eventos da Instituição. No Gennera, o aluno realiza sua rematrícula *on-line*, tem acesso às suas notas, matriz curricular, atividades complementares, acesso à biblioteca, Manual do Aluno, solicitação de documentos, informações sobre a avaliação institucional, dentre outros serviços e informações importantes para sua rotina acadêmica.

Central de Atendimento: atuando durante os turnos da tarde e noite, entre segunda e sexta-feira, tem como objetivo atuar como canal de comunicação entre a FABIN e o estudante no que diz respeito aos seus registros acadêmicos e financeiros. É dotada de equipe especializada e sistemas de suporte que permitem o rápido atendimento dos estudantes em suas demandas, incluindo atendimento especializado a pessoas com deficiência. Os serviços desenvolvidos pelas Centrais de Atendimento contemplam desde o acolhimento e integração formal do estudante quando do seu ingresso na Instituição até a orientação frente às necessidades com que se depara ao longo de sua formação.

Rede social corporativa: grupos de comunicação no aplicativo WhatsApp exclusivos para colaboradores e docentes, cujo intuito é promover o intercâmbio de conhecimento entre as diversas áreas da Instituição. Por meio desse canal, é possível realizar a troca de informações, documentos, fotos, eventos e melhores práticas realizadas entre todos os colaboradores e docentes por meio do perfil dos próprios usuários.

Murais: todos os prédios de aulas da FABIN possuem murais nos seus corredores, nas salas dos professores e em todas as salas de aula para divulgação dos principais eventos acadêmicos e notícias de interesse dos alunos e professores. Os murais são utilizados pela Instituição, mas também pelos nossos alunos para divulgação de seus

projetos e eventos. Esses murais também são destinados a comunicações da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Portal da FABIN: assim como para o público externo, o portal da FABIN funciona como um importante portal de informações para a comunidade externa e interna, com a divulgação de notícias e eventos da Instituição, informações acerca de ações de ensino, pesquisa e extensão, dos cursos de Graduação, Pós-graduação Lato, destaques de alunos e professores e links para todas as áreas de atendimento. Ainda, no Portal, são publicados documentos institucionais relevantes, previsto na Portaria nº 23/2017 e Decreto nº 9.235/2017.

Mídias Sociais: também são importantes canais de comunicação com os estudantes, sendo usados para divulgar ações desenvolvidas pela Instituição, seus professores e colegas, bem como divulgar avisos de interesse específico dos alunos, face ao seu rápido e amplo alcance. A FABIN está presente nas redes sociais de maior alcance como o *Facebook*, *Spotify*, *Instagram*, *LinkedIn*, *Youtube* e *WhatsApp*. As diretrizes, orientações e fluxos para a gestão das páginas da FABIN nas mídias sociais estão descritos em um manual específico.

Ouvidoria: a FABIN implantou a Ouvidoria com o objetivo de estreitar a relação da Instituição com seus estudantes, professores, colaboradores e comunidade em geral. Atuando de forma personalizada, autônoma e imparcial, o ouvidor recebe, analisa, investiga e encaminha sugestões, reclamações, dúvidas e elogios recebidos pelos meios de comunicação disponibilizados para tal fim (site, e-mail e presencial). Trimestralmente, é gerado um relatório com estas manifestações é apresentado aos gestores acadêmicos e administrativos para que sejam reconhecidos os aspectos elogiados e trabalhados os pontos críticos.

Suite de produtividade, colaboração e comunicação: a equipe administrativa e gestores acadêmicos possuem contas em suite baseadas na nuvem (Google Workspace), que oferece ferramentas como e-mail, armazenamento e

compartilhamento de arquivos, criação de documentos, videoconferências, etc.. Por meio dessas ferramentas, são realizadas comunicações entre toda a comunidade acadêmica.

Finalmente, toda a divulgação de atividades acadêmicas e serviços da FABIN para seus respectivos públicos seguem a identidade visual da Instituição, com foco nos diferenciais competitivos e no reforço de seus pilares estratégicos. O monitoramento da imagem institucional da FABIN é realizado a partir de pesquisas de mercado e de outros instrumentos de mensuração adequados a cada canal de comunicação. A avaliação das ações de comunicação é baseada no acompanhamento dos indicadores de desempenho definidos para a área.

3.6.3.3 Política de Capacitação e Formação Continuada do Corpo Docente

Objetivando o desenvolvimento do seu corpo docente, a FABIN instituiu a política de desenvolvimento docente que oportuniza a formação desses profissionais no âmbito do seu exercício, em consonância com o PDI. A partir desta política de incentivo, institui-se ações estruturadas de capacitação e formação continuada do corpo docente no âmbito de toda a comunidade docente da Faculdade e contemplando iniciativas específicas de capacitação e formação continuada, traduzidas em cursos de qualificação e atualização presenciais e à distância, atividades de extensão, formação para línguas estrangeiras, incentivo às estratégias de pesquisa e inovação, além do aperfeiçoamento em nível de graduação e pós-graduação.

As necessidades de formação e capacitação serão evidenciadas, utilizando subsídios dos processos avaliativos desenvolvidos no âmbito da Comissão Própria de Avaliação (CPA), além das necessidades evidenciadas pelas coordenações de cursos, gerências de escola, reitoria e levantamentos feitos com os próprios docentes. Uma das ferramentas utilizadas para promover o desenvolvimento docente é o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) de cada professor que está diretamente relacionado ao feedback semestral que ele recebe do seu coordenador de curso, com base na

avaliação discente, autoavaliação sobre seu desempenho semestral e a avaliação do próprio coordenador de curso.

A capacitação docente e a formação continuada estão pautadas na Política de Desenvolvimento Docente e têm por objetivo promover ações de atualização técnica, didática e pedagógica do quadro de docentes, potencializando o desenvolvimento de competências individuais e coletivas, buscando a excelência na qualidade acadêmica e o alcance das metas institucionais. Estes objetivos foram assim instituídos, para garantir a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal, além da qualificação por meio dos programas de mestrado e doutorado. As diretrizes da Política estão pautadas na garantia da sua aplicabilidade a todo o corpo docente da Faculdade; no aproveitamento, nos treinamentos, cursos e/ou capacitação de pessoal, os docentes especializados em cada área; na garantia da qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação, dentro dos critérios estabelecidos para concessão de bolsas de estudos; e no estímulo à participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais e em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional.

3.6.3.4 Política de Capacitação e Formação Continuada para o Corpo Técnico-Administrativo

A Política de Capacitação e Formação Continuada para o Corpo Técnico-Administrativo estabelece em suas diretrizes a garantia da concessão de bolsas de estudos, a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação, dentro dos critérios estabelecidos; o estímulo à participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais e em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional; o incentivo à formação continuada do corpo técnico; a oferta de cursos, voltados à atuação específica, a partir das demandas detectadas nas avaliações institucionais; a oferta de cursos de relações interpessoais, para o bom desempenho profissional; e a possibilidade de atualização de conhecimentos em novas tecnologias.

O planejamento e acompanhamento do desenvolvimento de seus colaboradores; a criação de oportunidades de aperfeiçoamento e capacitação por meio de cursos presenciais ou on-line, palestras, seminários e afins; a elaboração de matriz de capacitação e treinamento do pessoal administrativo do nível técnico e operacional, revisando-a em cada ano; a implementação da oferta de programas de qualificação próprios; e a criação, consolidação e publicização das práticas de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo também estão prevista na referida política.

A Instituição considera que a ação administrativa só terá sucesso se executada por uma equipe competente, motivada e suportada por: (a) boa seleção de colaboradores, alinhada com o perfil institucional; (b) adequada gestão de pessoas, exercida pela liderança; (c) permanente aperfeiçoamento; e (d) recompensa por desempenho. Assim, objetiva-se o estabelecimento de diretrizes e critérios para a realização de treinamentos, cursos e/ou workshops para colaboradores da FABIN, desde a identificação da necessidade, fornecedor, aplicação, avaliação de satisfação e de eficácia e indicadores; a detecção de necessidades de formação e, simultaneamente, dar condições para o desenvolvimento pessoal, preparo técnico e comportamental, necessários para melhorar o seu desempenho profissional; o estímulo à participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais; o incentivo à formação continuada do corpo técnico-administrativo; a atração, o desenvolvimento e a retenção de talentos; o aumento do nível de valorização das pessoas; a criação de sistema de remuneração que reconheça méritos e valores; o aprimoramento do processo de comunicação interno; o investimento na cultura institucional e no aperfeiçoamento de seus processos; a criação de agentes integradores do ambiente interno; e a criação de sistemas de procedimentos que aumentem a sinergia entre os departamentos.

Cabe destacar que a estruturação dos recursos humanos do FABIN está devidamente qualificada e alinhada à filosofia institucional tem como base as diretrizes para contratação de profissionais com perfil e competências técnicas e comportamentais estabelecidas na cultura organizacional; a integração dos profissionais nos processos de Recursos Humanos; o apoio e motivação a capacitação acadêmica e profissional do corpo de profissionais, visando aprimorar os instrumentos e as estratégias de atuação no processo do trabalho, atualizando-os periodicamente, conforme os avanços da tecnologia disponíveis em suas áreas, integrando-os aos interesses da Instituição]; o desenvolvimento de competências comportamentais, em consonância com a cultura organizacional, de visão de futuro e de missão social e científica.

Outrossim, a Área de Recursos Humanos direciona também para o incentivo à participação dos profissionais na implementação de suas tarefas, instrumentalizando-os para o exercício de suas funções; a busca de uma política de remuneração equiparada ao mercado de atuação, coerente à qualificação profissional e com os resultados atingidos; e a promoção de um clima organizacional humanizado, favorável ao desenvolvimento da Instituição, dentro de um ambiente de mútua cooperação e respeito.

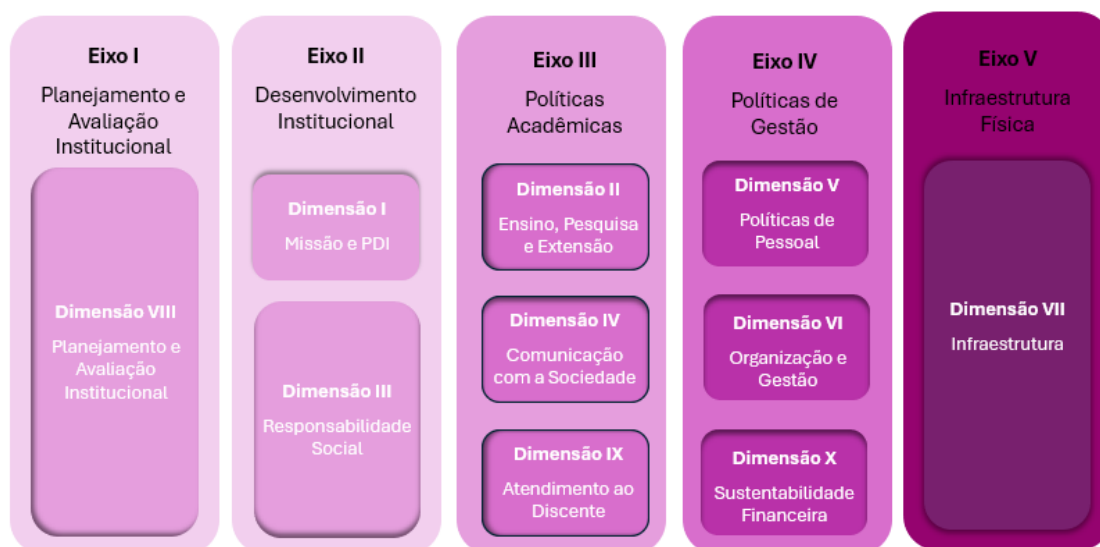
4 PLANEJAMENTO AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

4.1 Planejamento e Avaliação Institucional

O Projeto de Avaliação Institucional da FABIN deve ser entendido como uma iniciativa projetada para abranger a avaliação em todas as dimensões das atividades da Instituição, que se abre às observações, críticas e sugestões da comunidade acadêmica, capazes de levar ao autoconhecimento da Faculdade, para que consiga um desenvolvimento cada vez mais qualificado.

Os procedimentos e sistematização do Processo de Avaliação Institucional acontecem nos termos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, elaborado com base no Roteiro de Autoavaliação Institucional – Orientações Gerais – INEP. Caberá à Comissão Própria de Avaliação da Instituição estruturar, detalhadamente, o processo de como ocorre a avaliação das 10 dimensões do Sinaes, apresentando a sistemática que vai desde a sensibilização até a divulgação dos resultados e dos planos de ações em decorrência de todo o processo.

Figura 9 – Eixos e dimensões do SINAES



Fonte: Comissão Própria de Avaliação

A avaliação institucional, por sua concepção diagnóstica, será tida como um importante instrumento para a tomada de decisões na Instituição. A partir dela, poder-se-á contextualizar todas as dez dimensões avaliadas pelo Sinaes, em seus respectivos eixos, assinalando, histórica e socialmente, a realidade institucional como um todo.

Para a Instituição, a autoavaliação permitirá a compreensão dos fatos cotidianos que impactam o atingimento de seus objetivos, reforçando a necessidade de que esta escuta seja realmente ativa, ou seja, que seus resultados irão gerar ações que possibilitarão elevar o nível da qualidade da educação que se pretende ofertar, dos serviços de suporte que prestaremos e dos processos de gestão que utilizaremos.

Nesse sentido, a avaliação institucional, por sua amplitude, exige o uso de múltiplas observações e instrumentos, que tragam em seu bojo critérios coerentes e relevantes sob o ponto de vista do que observam e buscam revelar. Assim, a avaliação institucional auxiliará no desenvolvimento do projeto da FABIN, colocando uma lente de aumento sobre a necessária reflexão, coletiva, sobre quem somos e onde pretendemos chegar. Para tanto, a Faculdade adotará os seguintes objetivos:

Estruturar o processo de autoavaliação institucional de forma a atender à Lei do Sinaes n. 10.861, de 2004, organizando-o como um instrumento de política educacional, voltada para a construção e consolidação da qualidade, da participação e da ética na educação superior, respeitando as diferentes identidades institucionais e regionais.

Promover a avaliação contínua das atividades desenvolvidas pela FABIN, de modo a promover e estimular um processo avaliativo embasado na construção coletiva e que almeje a melhoria contínua e o aperfeiçoamento de nossas ações.

Fortalecer a representatividade dos órgãos gestores e colegiados na vida acadêmica, utilizando os dados da Comissão Própria de Avaliação (CPA) para detectar nossas fragilidades e potencialidades de maneira a dar-nos insumos para a tomada de decisão gerencial.

Organizar uma forma padrão de informações da Faculdade, seja na fase de sensibilização dos respondentes, seja na divulgação de seus resultados, de maneira a levar os envolvidos a compreenderem que a aferição da realidade nos leva/permite, verdadeiramente, a revisão de nossas políticas e práticas pedagógicas e administrativas.

Criar estratégias de marketing e propaganda para divulgação dos projetos institucionais e de informações úteis para as comunidades interna e externa, mobilizando os saberes para a busca de maior inovação, participação e engajamento, tornando mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade.

Transformar a autoavaliação institucional em uma meta-avaliação, ou seja, em uma avaliação da avaliação. Essa consciência da avaliação como um processo de alimentação e retroalimentação de informações nos garantirá verificar o nível da qualidade de nossa própria avaliação, dando-lhe maior consistência e suficiência.

Vale ressaltar que a elaboração do projeto da avaliação institucional da Faculdade não visa apenas cumprir uma exigência legal, em função do Sinaes. Acredita-se que, ao longo dos anos de prática avaliativa, a trajetória de autoavaliação na Instituição deverá ser marcada, sobretudo, por ações, processos e reflexões que conduzam ao autoconhecimento, na busca de subsídios para o aperfeiçoamento da gestão universitária.

4.2 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação – CPA da FABIN, será instalada com amparo do arcabouço legal baseado no artigo 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e legislação complementar, caracterizada como um órgão de natureza consultiva,

normativa e deliberativa, **“suas principais atribuições estão relacionadas com a coordenação dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de atendimento às solicitações de informações requeridas pelo INEP”**.

A Comissão Própria de Avaliação fixou como Missão: “Gerir os processos de avaliação internos, contribuindo para o aprimoramento do processo acadêmico abrangendo as dimensões de ensino, pesquisa e extensão e dos procedimentos técnico-administrativo, garantindo, no papel dos processos avaliativos, a concatenação necessária com as comunidades interna e externa e com os mecanismos regulatórios do Estado”.

A CPA é constituída por membros representantes da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, os quais são indicados e nomeados por portaria, pelo Diretor Geral da Instituição, por tempo indeterminado, a saber:

- I. Presidente, docente vinculado a um dos cursos da FABIN ou técnico-administrativo vinculado a Instituição;
- II. 1 (um) representante do corpo docente, vinculado a um dos cursos;
- III. 1 (um) representante do corpo discente, vinculado a um dos cursos;
- IV. 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo; e
- V. 1 (um) representante da sociedade civil organizada, sem vínculo empregatício com a Instituição.

O representante discente deve estar regularmente matriculado e frequentando as aulas. O mesmo será indicado pelos seus pares ou ainda pela Direção Geral da Faculdade.

São atribuições da CPA:

- I. acompanhar o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- II. construir/atualizar o Projeto de avaliação institucional;
- III. construir anualmente, o Relatório de Autoavaliação Institucional;
- IV. aprovar os procedimentos de avaliação indicados pelo SINAES;
- V. supervisionar a avaliação segundo as diretrizes de orientação do Ministério da

Educação - MEC;

- VI. assegurar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, compromisso social, atividades, objetivos e finalidades e responsabilidades sociais dos cursos;
- VII. divulgar os resultados das avaliações;
- VIII. propor projetos, programas e ações que proporcionem a qualidade das atividades acadêmicas e a melhoria do processo avaliativo institucional;
- IX. sistematizar e socializar informações à comunidade acadêmica;
- X. formular proposta de melhoria do desenvolvimento da IES, com base nas análises produzidas no processo de autoavaliação, apresentando-a para a diretoria;
- XI. desenvolver estudos e análises, visando o fornecimento de subsídios para a continuidade, aperfeiçoamento e modificação do Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade;
- XII. comparecer às reuniões convocadas por comissões de avaliações externas nas ocasiões de visita in loco, conforme disponibilidade;
- XIII. analisar e discutir os resultados das avaliações externas, de curso, institucional e dos estudantes, propondo ações preventivas e corretivas para a Direção;
- XIV. exercer as demais atribuições inerentes à natureza de sua competência.

Para garantir a efetividade do processo avaliativo e a participação da comunidade acadêmica, a CPA tem seu regulamento próprio.

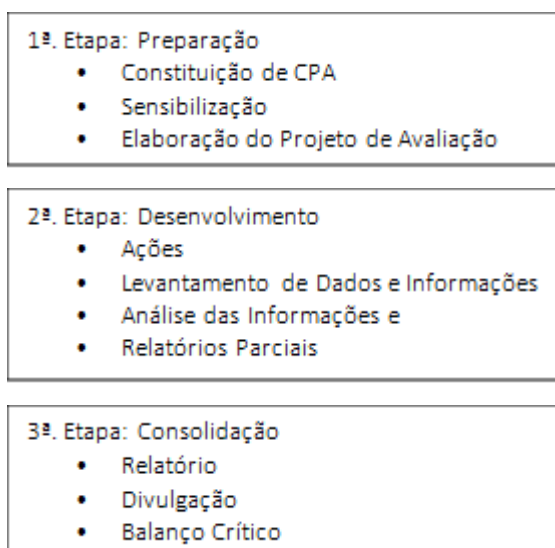
4.3 Projeto de Autoavaliação Institucional

O Projeto de Autoavaliação Institucional da Faculdade Brasileira de Inovação - FABIN está alinhado ao planejamento estratégico e ao modelo de gestão da instituição, estruturando-se como um instrumento de gestão e aperfeiçoamento contínuo. Seu propósito é gerar informações e análises que subsidiem decisões, processos e ações

voltadas à qualidade acadêmica, à excelência na prestação de serviços, à expansão sustentável e à relevância social da IES.

A proposta de uma nova sistemática de avaliação institucional é fruto do trabalho conjunto de profissionais da educação da IES que acreditam na avaliação enquanto processo, cujos resultados devem orientar ações de estímulo e fomento à melhoria da qualidade de ensino, bem como o fortalecimento do projeto pedagógico e o aperfeiçoamento do corpo docente e infraestrutura. Portanto, autoavaliação constitui-se em um dos momentos principais de avaliação da FABIN e é considerado o componente central que confere estrutura e coerência ao processo avaliativo e integra todos os demais componentes da avaliação institucional.

O processo de autoavaliação institucional da IES foi organizado em etapas logicamente ordenadas de acordo com as diretrizes do MEC, segundo o modelo de avaliação do SINAES, que contempla orientações para autoavaliação definidas pela CONAES:



Fonte: CONAES / Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das IES.

Para dar forma à estratégia de execução proposta pelo CONAES, define-se uma sequência de oito etapas básicas a serem seguidas no processo de autoavaliação da Faculdade, conforme descrito a seguir.

O processo começa no início de cada ano com atividades de planejamento interno da CPA, encerrando-se com o Relatório de Autoestudo, documento consolidador de todo o processo de autoavaliação do ano.

As etapas do processo de autoavaliação institucional da IES, por ordem, são:

- **1ª etapa – Planejamento:** envolve ações prévias ao lançamento dos questionários, como: atualização dos membros da Comissão (quando necessário); análises do Projeto de Autoavaliação (quando necessário); reuniões entre a equipe da Comissão para definição e comunicação de assuntos como: revisão/validação dos questionários, novas metodologias e tecnologias, datas de aplicação, dentre outros.
- **2ª etapa – Divulgação/Sensibilização:** comunicação de impacto para toda comunidade interna sobre as atividades da autoavaliação institucional planejadas para o ano. O objetivo desta etapa é despertar o interesse das pessoas para conseguir a adesão de todos a participarem efetivamente da avaliação, através do envolvimento de Coordenadores de Curso na divulgação junto às turmas, campanhas de marketing (meio impresso e meio eletrônico), entre outras ações.
- **3ª etapa - Pesquisa com a comunidade** discente, docente, coordenador e corpo técnico-administrativo: Aplicação dos Questionários: disponibilização dos questionários (validados) na forma eletrônica no Sistema de Autoatendimento (site da IES) pela equipe da TI, no período pré-definido.
- **4ª etapa – Coleta e Análise de Dados:** são os dados e informações coletados de forma quantitativa e qualitativa em período pré-definido. Os dados de cada curso são coletados automaticamente via Sistema por um técnico da CPA, transformados em Relatórios de Autoavaliação Institucional de forma gráfica de modo a facilitar a análise dos dados em relação à média institucional de cada indicador.
- **5ª etapa – Apresentação dos Resultados:** Os resultados, disponibilizados nos Relatórios de Autoavaliação de cada curso, oficializam os dados coletados

e analisados, a serem posteriormente utilizados pelos gestores de cada curso na tomada de decisão. Em sua estrutura textual o relatório deve ser elaborado de forma a expor claramente os aspectos positivos, bem como as dificuldades de cada atividade avaliada. Os resultados também são disponibilizados para os gestores da área administrativa visto que envolve questões relacionadas à infraestrutura, informática e setores de atendimento ao aluno.

- **6ª Etapa – Elaboração e Acompanhamento do Plano de Ação de Melhorias:** É o documento onde são formalizados os resultados concretos da avaliação na forma de plano de melhoria constando indicação objetiva, racional e adequada à instituição de propostas e recomendações de melhorias às fragilidades encontradas, visando subsidiar o processo decisório dos gestores (Coordenadores de Curso, Administradores etc.) na superação de obstáculos internos ou externos. Uma vez elaborado o Plano, a CPA fará o devido acompanhamento através de entrevistas com os responsáveis de forma a validar o cumprimento ou não de cada ação.
- **7ª Etapa – Retorno à Comunidade:** É a publicidade dos resultados para os públicos interessados nos resultados do processo de autoavaliação, divulgados para buscar o comprometimento de todos os envolvidos. Esta é a etapa que garante a credibilidade ao processo, porque os que participaram diretamente da avaliação e a comunidade interna, precisam tomar conhecimento dos resultados da avaliação que atribuíram. Por isso, é necessário ser sempre divulgado os resultados, via meio eletrônico, meio impresso e reuniões à comunidade acadêmica. Quando oportuno, deve haver discussão dos resultados pelos segmentos e dirigentes para que as mudanças e correções de rumo se procedam de forma integrada e sistêmica.
- **8ª etapa – Confecção do Relatório de Autoavaliação Institucional:** Esta é a etapa final do processo de autoavaliação da instituição no ano. Este documento é revestido de fundamental importância, porque faz a integração de todas as avaliações setoriais e pontuais desenvolvidas distribuídas nas 10 dimensões do SINAES. O objetivo é perceber como a Faculdade está

cumprindo sua missão e como observa os requisitos da legislação em vigor. Integram o Autoestudo, a avaliação dos objetivos e metas do PDI.

A avaliação institucional da IES ocorre em dois momentos e conta com diversos instrumentos com o objetivo de buscar, constantemente, a melhoria da instituição.

- 1º momento: a autoavaliação ocorre sistematicamente a cada semestre, para os cursos de graduação e pós-graduação lato *sensu*. Esta etapa conta com a participação de toda a comunidade acadêmica.
- 2º momento: esse momento perpassa todo o ano letivo e conta também com a participação das comunidades interna e externa. Entre os instrumentos utilizados, podem ser citadas entrevistas abertas e semiestruturadas, grupos focais e análise documental. Nesse sentido, acontece a avaliação das dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.
- a avaliação colabora para a reflexão de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da IES, culminando em aperfeiçoamento e mudanças e possibilitando à sua comunidade a apreciação e a participação na gestão e na melhoria do desempenho acadêmico. A seguir, é apresentada a proposta de autoavaliação de acordo com cada uma das dez dimensões sugeridas pela CONAES.

Quadro 14 – Proposta de autoavaliação das 10 dimensões

Dimensão	Formas de avaliação
1 Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Análise documental Entrevista com gestores responsáveis
2 Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	Análise das políticas institucionais Entrevista com gestores responsáveis Elaboração de indicadores Criação de grupos de discussão

3 Responsabilidade Social da Instituição	Análise documental Análise das propostas sociais, artísticas e culturais Validação de acordos e parcerias
4 Comunicação com a Sociedade	Análise documental Avaliação das formas de comunicação com a sociedade
5 Políticas de Pessoal	Análise das políticas institucionais Elaboração de indicadores
6 Organização e Gestão da Instituição	Criação de indicadores para os processos de gestão e funcionamento dos setores da instituição Análise da eficácia das normas internas junto à gestão
7 Infraestrutura Física	Avaliação dos espaços físicos e recursos da IES
8 Planejamento e Avaliação Institucional	Avaliação sistemática dos instrumentos aplicados nos processos de diagnóstico da instituição Acompanhamento do Programa de Avaliação Institucional proposto pela CPA Acompanhamento da participação no processo avaliativo Acompanhamento dos Planos de Ação elaborados pelos coordenadores e setores administrativos a partir dos resultados da autoavaliação
9 Política de Atendimento aos Discentes	Análise da eficiência e eficácia das políticas relacionadas ao corpo discente
10 Sustentabilidade Financeira	Criação de grupos de estudos com a participação da diretoria, coordenadores e pessoal técnico-administrativo

Fonte: elaborado pela CPA, 2025.

4.4 Sensibilização e Mobilização do Processo de Autoavaliação

Todo o processo de avaliação da FABIN será previsto no calendário acadêmico destacando os períodos em que acontecerá a avaliação no primeiro e segundo semestres de cada ano. Dessa forma, alunos, professores e técnicos-administrativos têm ciência do período em que ocorrerá a avaliação.

Os objetivos traçados para a avaliação institucional são atingidos, em especial, quando há uma participação efetiva da comunidade acadêmica. Por isso, é de fundamental importância a primeira fase do processo, que é a sensibilização feita por meio da divulgação das melhorias alcançadas a partir dos resultados da autoavaliação institucional.

A mobilização para o engajamento dos segmentos envolvidos terá previsão de início, aproximadamente, um mês antes da data definida no calendário escolar para a aplicação dos instrumentos. Envolverá, primeiramente, a direção e coordenação dos cursos. Como parte dessa mobilização interna, a IES terá como estratégia uma reunião com os representantes de turma, na qual é explicado o processo de autoavaliação, o órgão responsável (CPA), a metodologia utilizada, as finalidades da mesma e as melhorias alcançadas. A comunicação reforçará como este processo faculta aos cursos e à toda a Instituição a oportunidade de se conhecerem melhor e refletirem sobre o que fazem, como se organizam e agem, ao mesmo tempo em que podem descobrir como são vistos pela comunidade acadêmica e pela sociedade. O comunicado demonstrará, ainda, a importância de todos trabalharem juntos pela melhoria da educação, conseguindo identificar as fragilidades e, assim, ter a oportunidade de corrigir as ações de acordo com os objetivos traçados.

Em seguida, serão sensibilizados os docentes e colaboradores e, por fim, a sociedade civil. Com o objetivo aproximar e reter atenção do público-alvo, são utilizados meios formais de comunicação como, por exemplo, e-mails marketing, mídias sociais, cartazes informativos nos ambientes acadêmicos, site da Instituição, e ambiente virtual de aprendizagem.

4.5. Instrumento de Avaliação

O processo de autoavaliação da Instituição é realizado na graduação, extensão e pós-graduação Lato Sensu, e oportuniza a participação de alunos ativos, sempre em um processo voluntário que garante o anonimato. Todo esse exercício é conduzido objetivando o aprimoramento da gestão acadêmica, administrativa e a qualidade do ensino.

4.5.1 Critérios

A construção de uma análise avaliativa consistente que permita inspirar a tomada de decisão requer por sua vez o desenvolvimento de um processo dialético para a adequada percepção do objeto avaliado. Dessa maneira deve-se definir adequadamente o objeto avaliado, levantar contradições e confluências para indicar recomendações possíveis. Para tanto, este projeto estabelece que o desenvolvimento das análises dos dados obtidos seja desenvolvido observando-se, na seguinte ordem os critérios a seguir.

- Determinar a definição do objeto da avaliação de forma clara e direta, procurando demarcar os limites e as possíveis conexões deste com outros processos e sistemas internos de trabalho, e em desenvolvimento na Instituição;
- Fundamentar o argumento avaliativo no sentido de construir uma análise crítica, porém, baseada no contraponto entre o que está efetivamente sendo executado e vivido, com o que está planejado e projetado pela instituição;
- Elaborar uma síntese com resultados alcançados no processo avaliativo, depois de tabulados, apurados e analisados os dados e informações pertinentes, para apontar alternativas de procedimentos e de decisão, métodos eficazes e estratégias com soluções plausíveis, a serem condensadas em um Plano de Ação de Melhorias desenvolvido pela CPA, por curso, visando a realização pela IES de um projeto de formação superior relevante para os estudantes e para a sociedade.

Do ponto de vista quantitativo, os critérios de avaliação serão realizados com base em escalas com notas, bem como itens de livre escolha pelo respondente, de modo a retratar o nível de satisfação com algum indicador (setor, coordenador de curso, professor, etc.). Em todos os instrumentos constará questões abertas para a livre expressão dos avaliadores, promovendo o caráter qualitativo das respostas.

4.5.2 Validação dos Instrumentos e tratamento estatístico dos dados

A validação dos instrumentos de autoavaliação será feita de acordo com os seguintes critérios:

- Para cada instrumento, faz-se a análise fatorial para verificar se os itens são válidos. O objetivo é agrupar variáveis que, inicialmente, acreditava-se que fizessem parte do mesmo “grupo”;
- Por meio de um teste de consistência, é possível detectar se alguma variável se comporta de forma anômala em relação às demais. Nesses casos, a variável é excluída da análise;
- Semestralmente, os dados são validados estatisticamente. Os itens inválidos são retirados da compilação de resultados, o que pode gerar novas dimensões.

O instrumento de avaliação passa pelas seguintes fases:

- Após concluído o prazo estipulado para a avaliação, iniciará o processo de validação dos dados por meio de técnicas estatísticas.
- Em seguida, haverá a limpeza da base.
- Por fim, haverá a geração de resultados por meio de tabulação em planilha de Excel que permite a análise de dados de forma rápida, a posteriori poderá ser adotado software de suporte para análise de grandes volumes de dados.

Após a validação estatística dos resultados, as informações consolidadas serão apresentadas e discutidas com a comunidade acadêmica, subsidiando os Planos de Ação Acadêmicos e Administrativos. Eles irão permitir, efetivamente, visualizar os esforços que necessitam ser trabalhados para o alcance da qualidade desejada.

Nesses planos, serão definidas ações corretivas, os prazos, as responsabilidades e os recursos necessários para as melhorias, além de se estabelecerem medidas para o acompanhamento das soluções apresentadas.

4.6 Participação da Comunidade Acadêmica

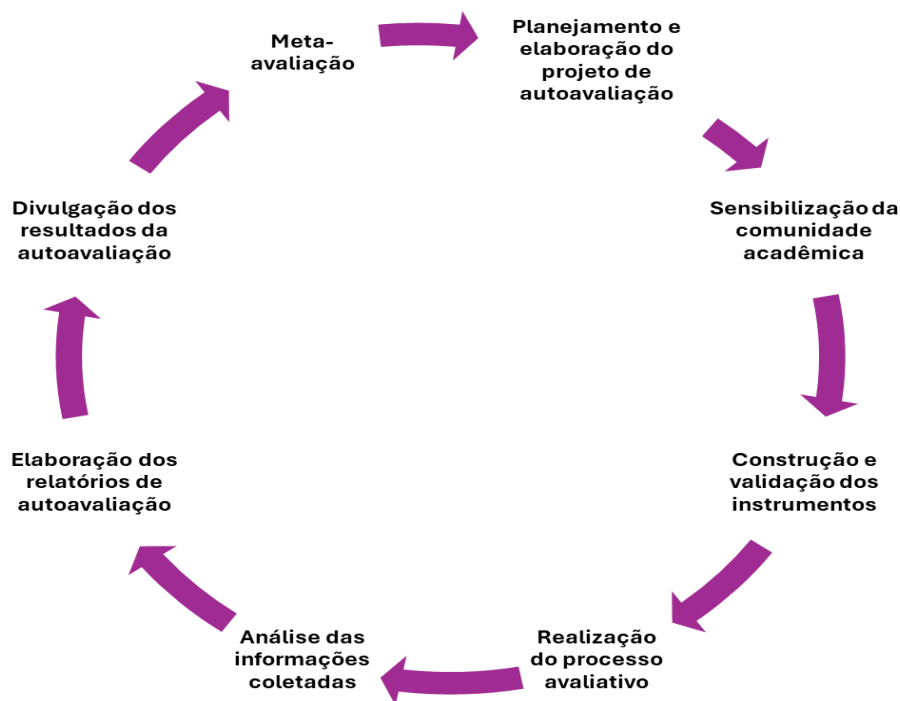
Sabe-se que os objetivos traçados para a avaliação institucional são atingidos, em especial, quando há a participação efetiva da comunidade acadêmica. Por isso, é de fundamental importância a primeira fase do processo, que é a sensibilização. Divulgar as melhorias alcançadas a partir dos resultados da autoavaliação institucional é considerada como uma importante e eficaz estratégia para gerar o engajamento dos setores envolvidos.

A mobilização tem previsão de início, aproximadamente, um mês antes da data definida no calendário escolar para aplicação dos instrumentos e envolverá, primeiramente, os diretores e os coordenadores de curso. Como parte dessa mobilização interna, a Faculdade adotará como estratégia a realização de uma reunião com os representantes de turma, na qual é explicado o processo de autoavaliação, o órgão responsável (CPA), a metodologia utilizada, as finalidades e as melhorias alcançadas.

Essa comunicação ressalta como este processo faculta aos cursos e a toda a instituição a oportunidade de se conhecerem melhor e refletirem sobre o que fazem, como se organizam e agem, ao mesmo tempo em que podem descobrir como são vistos pela comunidade acadêmica e pela sociedade. O comunicado ressalta, ainda, a importância de todos trabalharem juntos pela melhoria da educação, conseguindo identificar as fragilidades e assim ter a oportunidade de corrigir as ações de acordo com os objetivos traçados.

Em seguida, serão sensibilizados os docentes e os colaboradores e, por fim, a sociedade civil. Todo esse processo de comunicação dos resultados de avaliação e sua conexão com as demais etapas está descrito na figura abaixo.

Figura 10 - Processo de comunicação dos resultados de avaliação.



Fonte: CPA (2025).

Todos os setores terão acesso aos seus resultados, sempre respeitando a privacidade dos colaboradores e setores avaliados.

A divulgação dos resultados, tanto de processos de autoavaliação interna quanto de avaliação externa, é feita pela instituição por meio de diversos canais disponíveis, como, por exemplo, e-mails marketing, SMS, cartazes informativos nos ambientes acadêmicos, site da Instituição, redes sociais e sistema acadêmico do aluno e do professor.

4.7. Evolução Instituição e Autoavaliação

A FABIN traça seu plano de melhorias com base nos processos de avaliação interna e externa. As ações propostas e realizadas são definidas em observância dos

resultados apontados por docentes e discentes, e divulgadas a cada semestre antes do início da avaliação subsequente.

Observar-se, de modo evidente, a evolução institucional em relação aos processos de gestão e processos de avaliação. Se houve ou não um crescimento interno, no acompanhamento do processo evolutivo, a partir das avaliações, internas ou externas. O reconhecimento de suas fragilidades e forças leva a Faculdade a um planejamento mais eficiente.

O planejamento institucional, como se sabe, é uma ferramenta muito eficiente para desenvolver ações de melhoria contínua do ensino e da aprendizagem dos discentes. Ademais, a CPA é parte essencial na resolução dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Instituição, tendo em vista que os mecanismos adotados seguirão uma ordem de prioridades estabelecidas pela comissão, direção acadêmica, coordenações de curso e CONSUP.

4.8. Planejamento e Ações Acadêmico Administrativas a Partir dos Resultados das Avaliações

Os processos de avaliação institucional compreendem dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa. A FABIN procura, no esforço de proporcionar as melhores condições de infraestrutura física e de apoio acadêmico para a garantia do cumprimento dos objetivos traçados, tanto a curto prazo quanto para aqueles que constam do PDI, consolidar suas ações no tempo, enfrentando novos desafios e, ao mesmo tempo, mantendo o equilíbrio financeiro.

A autoavaliação colabora para a reflexão de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Faculdade, culminando no aperfeiçoamento e nas mudanças, nas diferentes esferas, possibilitando à sua comunidade a apreciação e participação na gestão e na melhoria do desempenho acadêmico, particularmente na relação pedagógico-administrativa. Uma vez que a autoavaliação consiga mostrar a percepção que a instituição tem de si mesma, envolvendo todos os segmentos institucionais, e que tenham sido identificados os seus êxitos, o que pode ser

melhorado e os aspectos que necessitam ser modificados substancialmente, deve ser elaborado um Plano de Ação.

Após a realização de seminários, serão definidos instrumentos de elaboração dos Planos, incluindo ações, meios de acompanhamento (físico/financeiro), detalhamento do orçamento, e cronograma de atualização e avaliação, tendo como resultado o Plano de Ação.

O Plano de Ação constitui no elemento-chave para a transformação positiva da realidade, permitindo uma visualização efetiva dos esforços necessários para se buscar a qualidade institucional. A partir do complexo processo de avaliação, o Plano de Ação poderá promover a articulação do que foi idealmente imaginado com a realidade. Isso significa que, à medida que se propõe a responder a perguntas básicas para transformar ideias em realidade, ele possibilitará o estabelecimento de prazos, responsabilidades e recursos, criando medidas para o acompanhamento das soluções.

Como resultado prático de ações de avaliação implementadas na Instituição, pretende-se então adotar as necessárias decisões sobre como os cursos deverão receber investimentos em infraestrutura e quais incentivos deverão ser dados à criação de projetos na área de ensino, pesquisa e extensão que levem alunos e professores ao desenvolvimento integrado de novas metodologias de trabalho.

4.8.1. Articulação entre os Resultados das Avaliações Externas e Autoavaliação

As mais recentes tendências de avaliação institucional estão baseadas em uma concepção que tem como eixo central a vocação que a Faculdade materializa e os processos pelos quais busca realizar. Essa concepção está presente na proposta do SINAES. Tratar-se de nortear a avaliação pelo modo como a instituição traça seus caminhos para alcançar seus objetivos. Não se esgota, pois, em um modelo que

retrate estaticamente a organização, mas em uma proposta que busca entender e explicar o que acontece na instituição e por que acontece, com o intuito de aprimorar a sua trajetória para que se realize a sua missão.

O processo de avaliação institucional compreende dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa.

No primeiro, a instituição reconstrói a imagem que tem de si mesma, reunindo suas percepções e os dados que as baseiam. É um momento de elaboração do que vem sendo denominado de autoavaliação, seguido da construção de um plano de ação, isto é, a definição dos aspectos que podem ser melhorados para aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais e/ou de sua eficiência organizacional.

O segundo momento, o da avaliação externa, é aquele em que essa visão é discutida por uma comissão externa nos atos de autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento de curso e credenciamento da instituição. As comissões externas, ao interagir com os diferentes setores da instituição, também realiza um processo de avaliação à medida que discute a visão que a instituição tem de si mesma e apresenta recomendações para seu desenvolvimento.

É evidente que a instituição vive inserida em um contexto social concreto, no qual promove intervenções e no qual busca elementos para seu crescimento e melhoria. Por essa razão, são consideradas estratégicas as relações com os processos periódicos de avaliações externas. Essa concepção dinâmica de avaliação institucional se assenta sobre uma matriz referencial de dimensões, cuja marca é a integração.

Tal matriz relaciona as dimensões “imateriais” da instituição (ensino, pesquisa, extensão, gestão e clima) com as dimensões relativas aos elementos concretos que lhes dão vida e materialidade (corpo docente, corpo discente, corpo técnico-

administrativo, processos, recursos materiais e recursos financeiros). Todas essas dimensões são focadas em uma dimensão maior, que pode ser denominada de missão, vocação e objetivos da instituição.

A dinâmica desses dois momentos da avaliação, interno e externo, não pode ser condensada em um único modelo que retrata estatisticamente a instituição, mas em uma proposta que busca entender e explicar o que acontece e por que acontece, com o intuito de aprimorar a trajetória da Faculdade para que realize a sua missão. Por isso é colocada, no centro do processo, a integração organizacional, ou seja, como seus diferentes elementos interagem para a obtenção dos fins desejados.

4.8.2. Discussão dos resultados e plano de ação

A avaliação interna atua como um mecanismo de ação reflexiva e contribui para a tomada de consciência na busca de maior qualidade, permitindo, por meio das ações desenvolvidas: planejar, replanejar e sanar os problemas detectados, procurando novos caminhos e tendo sempre em vista a melhoria de todo o processo educativo.

Como instrumento para a avaliação dos cursos, os resultados explicitados na avaliação institucional são usados como um importante referencial para a relevância da proposta do curso, a solidez do projeto pedagógico, bem como as condições para sua implementação, avaliação e outros, levando à realização de ações acadêmico-administrativas voltadas ao atendimento das necessidades detectadas.

Como resultado prático de ações de avaliação a serem implementadas pela Faculdade, os cursos poderão receber investimentos em infraestrutura física, como a criação de laboratórios e a ampliação do acervo da biblioteca, bem como incentivo à criação de novos projetos na área de ensino, pesquisa e extensão, além de implantação do programa de iniciação científica, o que possibilitará o aumento do número de projetos desta natureza. Como é utilizados procedimentos que privilegiam

abordagens qualitativas e quantitativas, todo o processo de avaliação permite a construção de um sistema integrado de informações acadêmico-administrativas.

A avaliação interna da Instituição colabora, em seus diversos aspectos, para que as reflexões de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da instituição levem ao aperfeiçoamento e às mudanças em diferentes esferas, possibilitando à sua comunidade a participação na gestão universitária e na melhoria do desempenho acadêmico, particularmente na relação pedagógica.

A autoavaliação completa, de acordo com as dez dimensões previstas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), é trienal, em consonância com as normas vigentes. A análise dos resultados, no entanto, ocorre a cada semestre, por meio dos dados do conjunto de informações gerados pelas avaliações. Os canais a serem utilizados para a divulgação dos resultados serão: o Portal da Instituição, que fica aberto ao livre acesso da comunidade; o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), de livre acesso para a comunidade acadêmica; reuniões da CPA com os representantes de turmas, quando for apresentado o resultado do semestre com as respectivas ações de melhorias. Esse material é disponibilizado eletronicamente aos alunos. As coordenações de curso se reuni com os professores para dar a devolutiva do andamento de seu desempenho e as lideranças fazem a devolutiva às equipes administrativas.

Para cada dimensão, a CPA realiza a análise crítica e apresenta os resultados para a equipe de gestores da instituição. O resultado gerado pelo processo será disponibilizado à comunidade acadêmica com a finalidade de priorizar ações de curto, médio e longo prazo, de acordo com o PDI. A avaliação permitirá planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas que comprometam a Instituição para o futuro, com maior qualidade acadêmica e pertinência social.

Ao fim de cada processo de avaliação, são identificados os resultados em consonância com os indicadores, possibilitando análise crítica de cada situação objeto de avaliação. Quando há índice nesta avaliação que seja crítico, abaixo da meta estabelecida, levando em consideração as ações do PDI, é elaborado um plano de ação de melhorias.

4.8.3. Elaboração do relatório de autoavaliação

Todos os relatórios de autoavaliação elaborados pela CPA apresentam os resultados das avaliações realizadas no período, registrando os objetivos propostos e as análises dos resultados alcançados, sempre sob a perspectiva dos eixos e dimensões estabelecidas pelo SINAES, conforme citado. No balanço dos resultados de cada eixo, destacar-se-ão, para cada indicador, as potencialidades, as fragilidades e as recomendações de ações e proposições, o que permite aos gestores plenas condições para realizar o planejamento e as ações visando à melhoria contínua dos processos. Nas considerações finais do Relatório, a CPA registrará as recomendações de revisão do PDI em função dos resultados da avaliação.

Anualmente, a FABIN elabora seu relatório de autoavaliação e o insere no sistema e-MEC, nos termos da Portaria Normativa do MEC que dispõe sobre a avaliação dos órgãos oficiais.

5 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

Nos quadros a seguir, serão apresentados os cronogramas de implantação dos cursos de graduação bacharelado e tecnológicos e de Pós-graduação Lato sensu, para o período de vigência do PDI.

5.1 Graduação Presencial

Quadro 15 - Cronograma de implantação de cursos de graduação 2023 - 2027.

CURSO	GRAU		ANO	VAGAS	TURNO
	BACH.	TEC.			
Administração	X		2025	200	M/N
Inteligência Artificial		X	2027	100	M/N
Investigação Digital		X	2027	100	M/N
Tecnologia das Contingências		X	2027	200	M/N
Gestão da Segurança Cibernética		X	2026	200	M/N

Fonte: Diretoria Geral

5.2 Pós-graduação Lato Sensu

Quadro 16 - Cronograma de implantação de cursos de pós-graduação lato sensu 2023 - 2027.

CURSO	ANO	VAGAS
Pós-graduação <i>Lato sensu</i> em Investigação de Crimes Cibernéticos	2025	30
Pós-graduação <i>Lato sensu</i> em Direito Digital e Proteção de Dados	2026	30
Pós-graduação <i>Lato sensu</i> em <i>Psicologia Organizacional e do Trabalho</i>	2026	20
Pós-graduação <i>Lato sensu</i> em Compliance e Governança Corporativa	2027	30
Pós-graduação <i>Lato sensu</i> em Gestão da Inovação e Transformação Digital	2027	20

Fonte: Diretoria Geral

Cursos de Extensão

Quadro 17 - Cronograma de implantação de cursos de extensão 2023 - 2027

NOME DO CURSO	Ano Implantação	Vagas
Psico-oncologia	2025	200
Perícia Digital e Crimes Cibernéticos	2025	50
Modelagem de Negócios Inovadores	2026	50
Advocacia na Era Digital	2025	50
Segurança Cibernética e Prevenção de Ataques Digitais	2027	50
Ferramenta de IA Generativa para Profissionais da Educação	2027	50

Fonte: Diretoria Geral

Cursos que serão propostos na vigência deste PDI, sempre lembrando que a IES poderá em função de uma demanda de mercado pensar em outros cursos. O número de vagas dependerá do que foi aprovado em portaria pelo MEC.

Em relação à pós-graduação *lato sensu* existe um grande leque de especializações e MBAs que podem ser oferecidas pela IES, desde que elas tenham aderência às graduações oferecidas.

Para os próximos anos, além dos cursos acima citados, poderá haver maior oferta, que será definida de acordo com a demanda do mercado. Não há como prever, com precisão, a oferta de pós-graduações para os próximos cinco anos.

A FABIN pretende na vigência deste PDI solicitar o credenciamento para o EaD.

6 GESTÃO DO CORPO DOCENTE

O corpo docente da **FABIN** é constituído por professores habilitados, predominantemente de Mestre e Doutores, de reconhecida idoneidade moral e capacidades técnica e científica comprovadas, categorizados conforme determinações do *Plano de Carreira Docente* aprovado pelo Conselho Superior, e que assumem os compromissos dos princípios, valores e dispositivos explicitados no regimento da instituição, no regulamento que rege a carreira docente e nas normas emanadas do poder público.

6.1 Titulação e experiência no magistério superior e profissional não acadêmico

Os docentes da FABIN consistem no seu capital humano, considerado como seu bem mais precioso. Em função do estilo de gestão democrática e participativa por excelência, adotado pela Diretoria, são as pessoas que constroem a instituição, seu clima de trabalho, condição para que essa participação flua, consistente e sólida, na direção da concretização da missão institucional e de sua visão.

Partindo dessa premissa, busca-se um perfil de docentes, para a formação do quadro docente da FABIN, que por seus conhecimentos, habilidades e atitudes tenham condições de desenvolver as atividades relativas à docência. Engajados na filosofia da Instituição, ministrarão aulas na graduação e na pós-graduação presencial e a distância, atuarão na orientação de trabalhos de conclusão de cursos, de iniciação científica e nos campos de estágio e desenvolverão pesquisas e atividades de extensão.

Considerando a docência na educação Superior como uma profissão que apresenta algumas especificidades e dada a sua importância no processo de ensino-aprendizagem, a Faculdade entende que para exercê-la, como regra, é necessário que os professores apresentem a experiência solidificada e a titulação compatível com a área de atuação. A composição do corpo docente atende os critérios

estabelecidos na legislação com todos os professores com titulação mínima de especialista.

A documentação comprobatória da titulação dos docentes fica disponível nas pastas individuais em arquivo digital. Para ser admitido o candidato deve apresentar, no mínimo, o título de Especialista ou diploma de Mestrado e/ou Doutorado. Na busca contínua pela excelência acadêmica, procura-se, nos processos de seleção docente, privilegiar os professores com reconhecida experiência profissional em sua área de atuação e formação.

O Quadro 17 demonstra os dados atuais do corpo docente quanto à titulação e o plano de expansão do mesmo para o período de 2023 a 2027.

Quadro 17 - Titulação do Corpo Docente.

TITULAÇÃO	2023		2024		2025		2026		2027	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Especialista	16	20	19	21,35	01	4,34	01	3,03	0	0
Mestre	45	56,25	49	55,06	13	56,52	18	54,54	24	55,81
Doutor	19	23,75	21	23,6	09	39,13	14	42,42	19	44,18
Total	80	-	89	-	23	-	33	-	43	-

Fonte: Diretoria Geral (2025).

Na FABIN é considerada relevante a experiência no magistério superior e a experiência profissional não acadêmica, principalmente no que se refere ao desempenho profissional na área para a qual o docente contribui para a formação dos alunos do curso. Esta experiência fica evidenciada na documentação acadêmica e profissional entregue pelos professores contratados, bem como, em sua atualização constante, um dos critérios necessários, no processo de mobilidade no Plano de Carreira Docente.

6.2 Regime de trabalho

A Instituição possui um quadro de docentes que se distribuem quanto ao regime como: Professores em Regime Horista, Professores em Regime de Tempo Parcial e Professores em Regime de Tempo Integral. Esse último se caracteriza por professores com, no mínimo, (40 horas semanais), com pelo menos 50% em atividades que não sejam de ensino, o segundo é para docentes com no mínimo 12 horas semanais, sendo pelo menos 25% do tempo em atividades que não sejam ensino. O quadro de horistas é integrado por docentes que não têm ou não desejam assumir encargos mínimos para serem enquadrados em regime de tempo contínuo. O quadro abaixo demonstra a dedicação do corpo docente atual da FABIN e o seu plano de expansão no período 2023 - 2027, considerando as atividades desenvolvidas e cursos oferecidos pela Instituição.

Quadro 18 - Dedicção do Corpo Docente.

REGIME TRABALHO	DE	2023		2024		2025		2026		2027	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Tempo Integral		30	37,5	33	37,08	03	13,04	03	9,09	04	9,3
Tempo Parcial		34	42,5	37	41,57	02	8,69	05	15,15	07	16,27
Horista		16	20	19	21,35	18	78,26	25	75,75	32	74,41
Total		80	-	89	-	23	-	33	-	43	-

Fonte: Diretoria Geral (2025).

O perfil acadêmico do corpo docente que atuará na graduação e pós-graduação em 2025 é constituído por mais de 95% de mestres e doutores. Do total dos professores, mais de 20% estão em regime de trabalho em tempo integral e parcial.

6.3 Critérios de seleção e contratação

A seleção de novos docentes se desenvolve por meio de um processo estruturado que se inicia com as aprovações do número de vagas pela Diretoria e definição dos perfis de competências requeridas em cada caso; prossegue com prospecção de candidatos e seleção colaborativa entre a área de Gestão de Pessoas e a área acadêmica, culminando com a contratação e inclusão dos novos docentes programas de integração na FABIN.

A aprovação de vagas para aumento do quadro de docentes ocorre em situações de justificada necessidade, como a criação ou ampliação de cursos e/ou a expansão da área geográfica de abrangência, para que sejam priorizadas as atribuições de aulas aos docentes já contratados.

Uma vez aprovadas as contratações, a equipe de Gestão de Pessoas prioriza a prospecção interna de docentes que possam atender às necessidades identificadas, com base nos perfis de competências previamente elaborados pelas coordenações dos cursos solicitantes. A divulgação interna das vagas segue procedimentos estruturados de divulgação, de forma a identificar potenciais de contribuição entre os docentes integrantes do quadro. Não havendo adequação dos docentes em relação às demandas e/ou não havendo disponibilidade dos mesmos para designação das aulas, inicia-se a prospecção externa de candidatos, com base no banco eletrônico de currículos disponíveis (opção Trabalhe Conosco do site da FABIN, LinkedIn, Vagas.com e outros) e indicações de candidatos efetuadas pelas próprias coordenações de curso.

A seleção dos docentes para contratação é efetuada de forma colaborativa entre a equipe de Gestão de Pessoas e as coordenações dos cursos, com realização de entrevistas e apresentação de aulas teste pelos candidatos, nas quais são avaliadas suas competências pedagógicas, tecnológicas e conhecimentos nas áreas pretendidas de ensino. São também ponderados os aspectos relacionados à titulação, à produção acadêmica e ao potencial dos candidatos para o desenvolvimento de atividades de apoio ao ensino e às coordenações na gestão dos cursos.

Os docentes recém-contratados participam de atividades de integração na instituição, conduzidas pela equipe de gestão de pessoas. Nesta integração são abordados temas como: história da FABIN, missão, visão, valores, cultura, estrutura organizacional, código de conduta e ética, benefícios, parcerias com entidades externas, serviços prestados pelas centrais de atendimento ao docente e programas de desenvolvimento educacional, capacitação, com especial destaque para o Programa Transforma, programa de formação para o fortalecimento do desenvolvimento das competências como docentes

Além da integração com as áreas funcionais e de benefícios, os novos docentes participam de um intenso programa de integração nos cursos para os quais foram contratados, durante as Semanas Acadêmicas de Planejamento realizadas no início de cada semestre letivo. Nessas atividades, os recém-contratados participam de ações de integração com os demais docentes, oficinas, palestras, treinamentos e atividades específicas de seus respectivos cursos. Os processos de seleção interna e externa de docentes são descritos na Política Recrutamento e Seleção Docente.

6.5 Incorporação de professores com comprovada experiência

A incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho, tem início no processo de seleção e contratação do docente, e, dentre os requisitos, estão a sua qualificação, experiência e conhecimentos específicos da área em questão.

Quanto à definição do perfil, ele é elaborado com base nas disciplinas ligadas ao curso em que o docente vai atuar, levando em consideração as linhas de pesquisa, os projetos de ensino e extensão e, principalmente, buscando um perfil diverso que venha agregar novas competências essenciais ao curso e de modo que promova a articulação com o mercado de trabalho.

6.6 Plano de carreira

O Plano de Carreira Docente foi elaborado com a colaboração de consultores, equipe acadêmica e Diretoria. Posteriormente, o plano foi apresentado aos coordenadores e professores para conhecimento dos instrumentos e procedimentos para as movimentações na carreira de docência, com base em critérios claros e objetivos de elegibilidade para progressão horizontal e vertical em cada categoria e, então, avaliado e enriquecido com a contribuição deles. Após o Plano foi submetido à apreciação e aprovação dos órgãos internos e direção da Instituição, tendo por critério que o estabelecimento de um sistema justo de meritocracia, em bases sustentáveis e regras bem definidas para as progressões na carreira dos professores.

Esse plano abrange toda FABIN. O PDCD tem o objetivo de: Promover ascensão funcional e retenção dos docentes mais bem preparados; atrair, reter e desenvolver o corpo de docentes, atrelando a sua remuneração ao seu nível de desenvolvimento e ao bom desempenho na função; assegurar um quadro de docentes integrado, altamente qualificado e comprometido com os objetivos acadêmicos da Instituição e com a qualidade do ensino.

Conforme referido no seu Plano de Carreira, a FABIN possui o Regime de Trabalho Integral, Parcial e Horista. O Regime de Tempo Integral (TI) prevê docentes com 40 horas semanais, com, pelo menos, 50% em atividades que não sejam de ensino; o Regime de Tempo Parcial (TP) prevê a incorporação de docentes com, no mínimo, 12 horas semanais, sendo, pelo menos, 25% do tempo em atividades que não sejam ensino; o Quadro de Horistas é integrado por docentes que não têm ou não desejam assumir encargos mínimos para serem enquadrados em regime de tempo contínuo.

Os objetivos contemplados no Plano de Carreira Docente estabelecem critérios e procedimentos para as movimentações dentro da carreira por meio de progressões, alternadamente, por merecimento, bem como, as promoções para as categorias funcionais do plano, de acordo com o nível de desenvolvimento do quadro permanente. Ao privilegiar o reconhecimento com base em valores inerentes à prática

acadêmica de docência, o Plano de Carreira representa um importante fator de atração, retenção de talentos e incentivo ao aprimoramento profissional e pessoal. O Plano estabelece níveis e categorias funcionais que possibilitam a mobilidade horizontal e vertical do docente cujas diretrizes estão pormenorizadas no PDCD.

6.7 Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro

A substituição eventual de professores do quadro, por demissão ou licença, tem início na Coordenação de Curso. É norma verificar a possibilidade de aproveitamento dos profissionais do quadro vigente, considerando a formação acadêmica, carga horária na Instituição, experiência acadêmica e profissional. Esgotadas as possibilidades no âmbito interno abre-se a seleção, para profissionais externos da FABIN.

Quando a substituição eventual se faz necessária para períodos muito curtos, de dias apenas, adota-se o seguinte procedimento: o docente preenche o Formulário para Solicitação de Afastamento Temporário de Professor e/ou Apoio à Participação/Apresentação em Eventos (disponível permanentemente no site da Instituição), no qual, além dos seus dados pessoais, menciona os dias em que necessitará estar afastado, o motivo de seu afastamento e discrimina as aulas que teria nesses dias, apontando o professor do curso que o substituirá.

No caso de abertura de processos seletivos externos para substituição eventual de professores do quadro, cumpre-se a Política Recrutamento e Seleção Docente.

6.8 Capacitação e formação continuada

O bem mais precioso, no que corresponde ao capital humano dentro de uma instituição de ensino, é o docente. Deste modo, os docentes da FABIN, são fundamentais e valiosos na complexidade do processo de ensino-aprendizagem, por essa razão, a capacitação e formação continuada contribui com o aprimoramento e fortalecimento do vínculo docente, por desenvolver os seus docentes constantemente para que forneçam um ensino de qualidade. Além dos docentes, não podemos

esquecer que o foco de uma instituição de ensino é promover a mudança da vida de um ser humano, ou seja, o discente.

Neste contexto, o corpo docente da FABIN é formado por profissionais que apresentam amplos conhecimentos do curso que irão ministrar, experiência laboral em seu campo de atuação e uma forte vocação para formação. Ao ingressar na Instituição, iniciam um programa de formação docente, com o objetivo de desenvolver a consciência de que ensinando aprende-se ainda mais e por isso é preciso estar constantemente se capacitando para aprender enquanto ensina.

Objetivando o desenvolvimento do seu corpo docente, a FABIN instituiu uma Política de Desenvolvimento Docente que oportuniza a formação desses profissionais no âmbito do seu exercício, em consonância com este PDI. A partir desta política de incentivo, institui-se um programa de formação docente estruturado no âmbito de toda a comunidade docente da Faculdade e contemplando ações específicas de capacitação e formação continuada, traduzidas em cursos de qualificação e atualização presenciais e à distância, atividades de extensão, formação para línguas estrangeiras, incentivo às estratégias de pesquisa e inovação, além do aperfeiçoamento em nível de graduação e pós-graduação. As necessidades de formação e capacitação são evidenciadas, utilizando subsídios dos processos avaliativos desenvolvidos no âmbito da Comissão Própria de Avaliação (CPA), além das necessidades evidenciadas pelas coordenações de cursos, gerências, diretoria e levantamentos feitos com os próprios docentes. Uma das ferramentas utilizadas para promover o desenvolvimento docente será o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) de cada professor que estará diretamente relacionado ao feedback semestral que ele receberá do seu coordenador de curso, com base na avaliação discente, autoavaliação sobre seu desempenho semestral e a avaliação do próprio coordenador de curso.

A capacitação docente e a formação continuada estão pautadas na **Política de capacitação docente e formação continuada** e têm por objetivo promover ações de atualização técnica, didática e pedagógica do quadro de docentes, potencializando o desenvolvimento de competências individuais e coletivas, buscando a excelência na qualidade acadêmica e o alcance das metas institucionais. Estes objetivos foram assim instituídos, para garantir a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal, além da qualificação por meio dos programas de mestrado e doutorado.

7 PERFIL DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A FABIN também define o perfil desejado para seus colaboradores a partir de competências fundamentais que estão em consonância com os princípios filosóficos, pedagógicos, morais e éticos da Instituição. Nesse contexto, o quadro é composto e adequado à demanda, à medida que o processo de implantação e consolidação dos cursos ocorrer. Por questões de produtividade administrativa e logística, o perfil para as funções considera:

- Competências técnicas para o desempenho das funções;
- Zelar pelo atendimento às necessidades dos estudantes, considerando
- aspectos éticos e de convívio social;
- Participar de atividades em equipe;
- Manter a cordialidade e a cortesia no atendimento.

7.1 Política De Gestão De Pessoas

A política desenvolvida pela Gestão de Pessoas (RH) da **FABIN** determina o incentivo à qualificação de seus colaboradores em todos os níveis hierárquicos, através de programas de desenvolvimento, treinamento e constante aperfeiçoamento para melhoria contínua do desempenho das funções e dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

7.2 Critérios de Seleção e Contratação para o Corpo Técnico-Administrativo.

7.2.1. Perfil do Corpo Técnico-Administrativo

O corpo técnico-administrativo da FABIN é constituído por profissionais qualificados, selecionados com base em seus currículos e suas referências profissionais. É política

da instituição priorizar a formação acadêmica e a experiência profissional comprovada em suas contratações. A Instituição adota como critérios básicos para seleção/contratação do pessoal técnico-administrativo:

- estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- ter escolaridade mínima exigida para o cargo;
- possuir a habilitação legal para exercício de profissão regulamentada, inclusive com registro no respectivo conselho de classe, na data da contratação, se for o caso;
- saúde compatível para o exercício do cargo, comprovada em inspeção médico competente;
- atender às exigências especificadas para o cargo pleiteado;
- demonstrar, por meio de entrevista e testes psicológicos, condições para a função pleiteada.

Para ocupação das vagas em aberto, é política da Faculdade dar prioridade ao recrutamento interno de funcionários que demonstrarem capacidade técnica, compromisso com a instituição, espírito empreendedor, liderança etc., compatíveis com as atividades específicas da função. Outra observação relevante é que o pessoal técnico-administrativo será contratado em regime CLT, atualmente estão vinculados por outra forma de contratação.

A Faculdade conta com o seguinte corpo técnico-administrativo:

Quadro 19 – Corpo técnico-administrativo

FUNÇÃO	2025
Bibliotecário	01
Secretaria geral	01
Auxiliar de secretaria	01
Auxiliar de tesouraria	01
Auxiliar de biblioteca	01

Técnico de informática	01
Auxiliar de serviços gerais	01
Recepcionista	01
Auxiliar de informática	01
Pedagogo (NADD)	01
Líder de Serviços e Manutenção	01
TOTAL	11

A FABIN promove a qualificação de seu corpo técnico-administrativo por meio de treinamentos promovidos internamente. Cabe salientar que a expansão do corpo técnico-administrativo assegurará a implantação dos cursos autorizados, podendo variar de acordo com a demanda ou por necessidade identificada na própria Faculdade.

7.2.2. Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo

Para atender ao desenvolvimento institucional, a FABIN será constantemente avaliada, tomando-se em conta as demandas de expansão e os aportes tecnológicos disponíveis, de modo que haja reordenamento, quando necessário, que reflita as melhores práticas de gestão acadêmica e administrativa de instituições de ensino superior.

Quadro 20 – Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo

FUNÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027
Bibliotecário	0	1	1	1	1
Secretaria geral	0	0	0	1	1
Auxiliar de tesouraria	0	1	1	1	1
Técnico de informática	1	1	1	1	1
Auxiliar de serviços gerais	1	1	1	2	2
Recepcionista	1	1	1	1	1

Pedagogo (NADD)	1	1	1	1	1
Líder de Serviços e Manutenção	1	1	1	1	1
TOTAL	5	7	7	9	9

7.2.3 Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico-Administrativo

Para todos os cargos, sempre que ocorrer uma contratação por aumento de quadro ou alteração de função, as competências serão criteriosamente analisadas e comprovadas conforme requisitos de competências definidos para novo cargo/função no Plano e validados pelo comitê gestor.

Comitê Gestor: este comitê será composto pelos diretores. Serão encaminhadas ao comitê apenas contratações para aumento de quadro (solicitações), promoções e progressões (movimentações). As substituições de pessoal e movimentações por transferência não serão levadas ao comitê, cabendo apenas à Diretoria e ao recursos humanos a sua correspondente aprovação. Todas as solicitações e movimentações deverão estar de acordo com o Plano. Para que seja realizada a contratação ou a movimentação de pessoal, deverão ser observados, pelo solicitante, os seguintes critérios: viabilidade orçamentária; solicitação da contratação de pessoal ou da movimentação de pessoal conforme orientação dessa política; as normas do SURC antes de solicitar ou movimentar; envio do formulário para o gestor de vaga para análise da solicitação.

7.2.4. Solicitação de pessoal ou movimentação de pessoal

Os formulários de solicitação ou movimentação de pessoal são documentos que deverão ser emitidos pelo gestor da área observando os critérios aqui citados. Caberá ao gestor da área encaminhar o formulário de solicitação ou movimentação ao Gestão de Pessoas. Este analisará a solicitação juntamente com o Comitê de Cargos ou diretamente com a diretoria para validação e aprovação. Caso a solicitação ou movimentação não seja aprovada, o Gestão de Pessoas avisará ao líder solicitante.

7.2.5 Recrutamento

O recrutamento está fundamentado de acordo com os valores da instituição, o perfil comportamental e a dimensão funcional do cargo em consonância com o Plano. O início do recrutamento dar-se-á a partir do momento em que a solicitação for autorizada pelo comitê de cargos ou pelo Gestão de Pessoas e diretoria nos casos citados anteriormente.

O recrutamento está feito, inicialmente, internamente, para que colaboradores, estagiários e jovens aprendizes (maiores de 18 anos) tenham a oportunidade de participar seleção para as vagas em aberto na instituição, independentemente do perfil da vaga a ser preenchida, enviando *e-mail* ao Gestão de Pessoas com cópia para seu líder imediato. Não haverá indicação do líder.

A Gestão de Pessoas faz a divulgação do perfil do cargo e das competências básicas consideradas indispensáveis para o preenchimento da vaga por meio de anúncio interno de acordo com o Plano. Todos os colaboradores/estagiários/jovens aprendizes serão submetidos à análise de potencial de forma a atender aos requisitos exigidos. Para participar do recrutamento interno, o colaborador deverá ter os seguintes requisitos:

- trabalhar, no mínimo, há seis meses na FABIN.
- atender a todos os requisitos/perfil para o cargo, de acordo com o Plano.
- não receber o salário superior à faixa salarial definida para o cargo pretendido (este processo está aberto para casos em que o colaborador deseja a movimentação e solicita a redução de carga horária).
- não ter recebido sanção disciplinar nos últimos seis meses.
- não ter tido movimentação de salário e função nos últimos seis meses.

Esgotadas as possibilidades de aproveitamento no processo de recrutamento interno e com base nos dados contidos na solicitação de pessoal, será iniciado o processo de recrutamento externo. No recrutamento externo, poderão participar

familiares de qualquer colaborador, desde que o cargo não seja de subordinação ou liderança do colaborador, ou seja, o parente não poderá exercer função de liderança ou de liderado no mesmo setor que o colaborador trabalhar, salvo em níveis hierárquicos iguais.

7.2.6. Seleção

As etapas que constituem a seleção da FABIN serão:

Primeira etapa: assim que receber a solicitação de contratação ou a movimentação de pessoal, caso necessário, o Gestão de Pessoas entrará em contato com o líder para alinhar os detalhes que serão trabalhados. Caberá ao Gestão de Pessoas utilizar os instrumentos necessários para avaliação psicológica de todos os candidatos, tais como: entrevista de triagem, teste psicológico, entrevista psicológica e/ou dinâmica de grupo.

Segunda etapa: são provas ou testes de conhecimento específico elaborados pela área de domínio (aplicados quando necessário).

Terceira etapa: caberá ao líder da vaga, de posse de todos os resultados, realizar entrevista final. Após a entrevista com o líder, o Gestão de Pessoas será responsável pela análise dos dados, sintetizando as informações em um parecer e discutindo com o líder da vaga os aspectos facilitadores e dificultadores.

Todos os candidatos e os líderes envolvidos no processo deverão receber o posicionamento do Setor de Gestão de Pessoas quanto ao resultado à medida que forem sendo eliminados ou aprovados. Os eliminados do processo deverão saber o resultado primeiro e, posteriormente, o retorno será dado ao colaborador aprovado. O líder receberá o retorno, de forma que ele atue no desenvolvimento de seu liderado.

7.2.7. Contratação

Devido às especificidades de folha de pagamento, a contratação somente será feita até o dia 15 de cada mês. Não será autorizada a contratação fora do prazo. O colaborador só poderá iniciar suas atividades na instituição mediante liberação do Gestão de Pessoas e entrega de toda documentação.

7.2.8. Política para aplicação do plano de cargos e salários/carreira

O Plano de Cargos e Salários tem como objetivo básico a determinação das carreiras e da remuneração fixa (salário-base) de cada colaborador. Os critérios estabelecidos estão dentro das premissas específicas da Política de Remuneração, respeitadas as particularidades de cada unidade.

A FABIN remunerará seus colaboradores em consonância com as melhores práticas do mercado e de maneira a possibilitar a chance de carreira e desenvolvimento dentro da instituição. As práticas de remuneração estão alicerçadas no Sistema de Remuneração e Carreira. Ressalta-se que o Plano se encontra disponível para consulta no Portal de Gestão de Pessoas.

São princípios do Sistema de Remuneração e Carreira:

- a remuneração deve ser justa e compatível à média do mercado, de acordo com as atividades exercidas, o desempenho e a competência profissional, de forma a atrair, reter e valorizar sua força de trabalho;
- os resultados empresariais alcançados devem ser compartilhados, favorecendo as relações de parceria entre o capital e o trabalho, recompensando e motivando os colaboradores;
- os benefícios oferecidos por meio do Programa de Bem com Vida devem favorecer a qualidade de vida e o bem-estar social dos colaboradores e de seus familiares, contribuindo para a melhoria contínua do clima organizacional.

Dentro do salário indireto, serão oferecidos diversos benefícios, como vale-alimentação ou refeição, vale-transporte, plano de saúde, plano odontológico,

descontos em escolas de inglês, programa de qualidade de vida e o principal: a concessão de bolsas de estudo para curso superior e pós-graduação (graduação: até 90%; pós-graduação: até 90%; cursos de extensão: até 100%), que é maior do que o exigido pela convenção sindical e o que é dado pela maioria das instituições de ensino superior, de maneira realizar a valorização das pessoas.

7.2.9. Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo

A FABIN promoverá a capacitação e o desenvolvimento de seus colaboradores, alinhando-os aos desafios e às necessidades da instituição, visando à maximização do desempenho do seu capital humano e dos resultados empresariais, buscando o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

A instituição atuará de forma estratégica desde o treinamento de boas-vindas aos novos colaboradores até ações direcionadas à formação de lideranças e equipes, podendo planejar e executar as ações em parceria com as pessoas, conforme disposto na Política de capacitação e formação continuada para o corpo

7.3 Apoio Financeiro

No apoio financeiro a **FABIN** desenvolve um acompanhamento das atividades de orientação aos acadêmicos e na execução de programas de auxílio financeiro. É necessário estar enquadrado nas condições necessárias apresentadas e atender a todas as exigências solicitadas.

- **DESCONTO FAMILIAR (5%)** – desconto para os discentes que apresentarem a Certidão de Nascimento e comprovarem o vínculo sanguíneo. Também concedido para casais que comprovarem a relação estável.

- BOLSAS INTEGRAIS / PARCIAIS (100%, 75%, 50%, 25%) – concessão de bolsas a futuros discentes provenientes da rede pública de ensino médio, de acordo com a classificação no vestibular onde são ofertadas as vagas.
- DESCONTOS PARA FUNCIONÁRIOS DE EMPRESAS CONVENIADAS – concessão de desconto de valor correspondente a uma mensalidade, de acordo com o plano de pagamento optado pelo discente.
- SEGURO DE VIDA – cobertura de todos os discentes, funcionários e docentes de seguro de vida.
- DESCONTO PONTUALIDADE – concessão de desconto de R\$ 50,00 nas mensalidades para os discentes que efetuam os pagamentos da mensalidade até a data de vencimento.

8 PERFIL DO CORPO DISCENTE

8.1 Formas de acesso

Respeitando os princípios da igualdade de oportunidades de ingresso de estudantes nos cursos de graduação, o processo seletivo da FABIN ocorre por meio do Processo Seletivo (Vestibular Agendado), do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e do PROUNI, dentro do limite de vagas estabelecido pela legislação educacional. Além disso, em função do número de vagas oferecidas em cada curso, a Instituição oferece duas modalidades adicionais para o ingresso de candidatos, observadas as instruções específicas: Matrícula para portadores de diploma de curso superior reconhecido/registrado pelos órgãos competentes e Transferência Externa, para alunos provenientes de cursos de graduação de outras instituições de ensino superior.

O processo seletivo é disciplinado pelo Regimento Geral e aprovado pelo CONSUP, obedecida a legislação e normas vigentes e se destina a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los, dentro do estrito limite das vagas oferecidas para cada curso.

Para os cursos de pós-graduação, são estabelecidos critérios específicos de seleção, previstos em editais próprios, considerando os requisitos exigidos por cada programa.

8.2 Programa de apoio ao discente

Com o compromisso de fortalecer a sua missão institucional de gerar e transferir conhecimento e, através de educação continuada, inovadora e de excelência, formar pessoas que contribuam para o desenvolvimento regional, a FABIN disponibiliza apoio acadêmico, psicopedagógico e financeiro em termos de acesso e permanência aos seus discentes, sem qualquer discriminação em termos de raça, sexo, idioma,

religião, ou de condições sociais e de deficiências físicas. Atenção especial também é dada ao ingressante, através da efetivação de programas de informação e orientação profissional, voltados aos estudantes do Ensino Médio. As condições institucionais de atendimento aos estudantes ocorrem de modo a criar condições para uma vivência acadêmica produtiva e segura.

Na instituição existe um setor criado especialmente para apoiar estudantes e professores: o Núcleo de Apoio ao Discente e Docente - NADD, que oferece suporte acadêmico, desenvolvendo e implementando cursos, encontros e material institucional de apoio. O foco de atuação do NADD é a promoção de ações preventivas e de saneamento das principais dificuldades dos estudantes em suas interfaces com o aprender e ao professor suporte no processo ensino - aprendizagem. Sua missão é a otimização dos processos de ensino e aprendizagem e a melhora dos indicadores institucionais em consonância com as diretrizes acadêmicas da FABIN. O NADD tem como objetivo geral promover ações para o desenvolvimento e a melhoria dos processos de aprendizagem do FABIN; tem, ainda, como objetivos específicos:

- Desenvolver projetos e políticas de apoio ao discente;
- Criar mecanismos para melhora do desempenho discente;
- Promover cursos de nivelamento e grupos de apoio para o desenvolvimento de habilidades de estudo;
- Otimizar ações de satisfação e permanência acadêmica;
- Favorecer a inclusão e acessibilidade de alunos com deficiência;
- Auxiliar docentes no processo ensino – aprendizagem;
- Orientar o professor nos conflitos em sala de aula e ambiente virtual; e
- Apoiar e promover cursos de capacitação de professores.

A Política de Atendimento aos Discentes evidencia interfaces com as demais políticas institucionais ao estabelecer ações que perpassam pela definição de critérios de ingresso e pelo estabelecimento de programas de apoio à sua permanência na Instituição. Nesta perspectiva, os alunos contam com um conjunto de programas

voltado à sua integração, acompanhamento e desenvolvimento acadêmico, cujas ações se estendem aos egressos, buscando desenvolver o senso de pertencimento permanente destes com a comunidade acadêmica ao oferecer, inclusive, oportunidades para a educação continuada. O programa de apoio ao discente é desenvolvido por meio de projetos focados em três ênfases: da permanência acadêmica, do apoio à aprendizagem e da inclusão do aluno com deficiência.

8.3 Proficiência

A FABIN oferece aos alunos para fins de dispensa de disciplina por meio do aproveitamento e reconhecimento de conhecimentos anteriores o edital de proficiência semestralmente.

Define-se o exame de proficiência como um sistema especial de avaliação das potencialidades, conhecimentos e experiência profissional anteriores do aluno, que lhe possibilita avançar nos estudos, mediante comprovada demonstração do domínio do conteúdo e das habilidades e competências requeridas por disciplina ou grupo de disciplinas do currículo do seu curso.

O período de inscrição e realização das avaliações, bem como os critérios para participação, são publicados previamente em Edital próprio.

8.4 Cursos Extracurriculares e de Nivelamento

Para aprimorar os conhecimentos e adquirir novas habilidades, além de desenvolver as competências profissionais relevantes para o mercado de trabalho, é disponibilizado cursos extracurriculares e de nivelamento no Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle), podendo ser validado enquanto horas de estudo como Atividades Complementares utilizando o certificado de conclusão dos cursos realizados.

O NIVELAMENTO é oferecido no início do ano letivo, para os discentes ingressantes, nas disciplinas de Português, Matemática que tem o objetivo de corrigir as deficiências dos conteúdos recebidos no Ensino Médio.

O discente ao ser avaliado em prova específica, no início do ano letivo, não tendo atingido a pontuação mínima 7 (sete) em uma das disciplinas citadas, poderá frequentar o curso de nivelamento.

8.5 Programa de Educação Continuada

O Programa de Educação Continuada envolve a oferta de graduação, pós-graduação lato e de extensão, proporcionando a ampliação do conhecimento do estudante durante sua trajetória profissional.

Como forma de estimular a formação continuada, a FABIN adota ações de valorização desse programa, como:

- Concessão de benefícios financeiros para continuidade dos estudos a todos os membros da comunidade acadêmica (discentes, docentes, colaboradores e egressos), mesmo que de forma diferenciada;
- Comunicação e divulgação constantes sobre oportunidades existentes na Instituição.

8.6 Programas de assistência financeira

O apoio financeiro aos alunos da graduação se desenvolve lançando mão de diferentes formas. Uma das ações de apoio é a concessão de bolsas pelo Programa Universidade para todos (PROUNI), sendo que o acompanhamento, a averiguação e a fiscalização dos processos envolvendo os estudantes contemplados com bolsa integral é realizado pela Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS).

8.7 Programas de estímulos à permanência

Para além das dificuldades financeiras que podem afetar a permanência dos alunos em instituições de ensino superior privadas, há também as lacunas de aprendizagem trazidas pelos alunos da educação básica, que comprometem a sua permanência no curso. Para tentar mitigar as referidas lacunas, a FABIN dispõe de alguns mecanismos de nivelamento. Sabe-se que a reprovação é um fator importante dentre as causas da evasão na educação superior e, como a aprovação sem condições de rendimento escolar é impensável, torna-se necessário o desenvolvimento desses mecanismos de nivelamento, que buscam minimizar os efeitos nocivos das lacunas de formação anterior ou mesmo das dificuldades de aprendizagem dos alunos.

A instituição tem a preocupação de auxiliar o discente na adaptação à vida universitária e acompanhá-lo mais de perto, a fim de que estes concluam a sua graduação. Este programa trabalha de forma preventiva, por meio de contato direto com os estudantes em risco de abandono e que foram identificados, através do motor de risco criado com indicadores que resultam em evasão

8.8 Programa de Monitoria Voluntária

O Programa de Monitoria Voluntária da FABIN, tem objetivo de propiciar condições que favoreçam o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos dos cursos de graduação por meio de colaboração nas atividades de ensino, articuladas com as de pesquisa e de extensão da (s) disciplina (s) e dos projetos que são o objeto da monitoria.

A monitoria da FABIN cumpre a finalidade de:

- Possibilitar o exercício da aprendizagem por pares fortalecendo as competências do aluno monitor;
- Permitir o exercício da vocação da docência;

- Auxiliar o professor no desenvolvimento das atividades da disciplina;
- Possibilitar aos estudantes aprofundamento de conhecimentos teóricos e práticos;
- Possibilitar o cumprimento de Atividades Complementares;

As monitorias são ofertadas semestralmente e o estudante pode se candidatar considerando-se os critérios publicados no edital semestral.

Além disso, a FABIN prega e prática interação dos estudantes com os docentes para assuntos das disciplinas que lecionam e outras orientações de carreira que o estudante deseje receber e o docente se sinta à vontade para fazê-lo. Objetivando aprimorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, a instituição também conta com o Programa de Monitoria que auxilia no acompanhamento de alunos com dificuldades, contribuindo para melhoria de seu desempenho, além de despertar nos estudantes monitores o interesse pela atividade docente.

Com vistas a garantir a acessibilidade metodológica, comunicacional e instrumental dos estudantes e por prezar que a IES seja inclusiva, a Coordenação de Qualidade Acadêmica conta com o Núcleo de Apoio ao Discente e Docente - NAAD, cujo objetivo é apoiar os estudantes com deficiências e necessidades especiais, inclusive déficits cognitivos e outros, no processo de aprendizagem, por meio de acolhimento e orientações, assegurando condições de ingresso e permanência, oferecendo o apoio necessário com suporte de “métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”, conforme dispõe o Art. 58 da LDB 9394/96.

8.9 Unidades de apoio discente

Tendo como pressuposto o valor institucional de responsabilidade pelos resultados dos alunos como base para revolução na educação, o FABIN gera espaços para o acolhimento de múltiplas formas de expressão e de apropriação do conhecimento,

valorizando a aprendizagem além da sala de aula. Todas as ações visam garantir a atuação efetiva do discente em atividades extraclasse, orientadas por bases teóricas e conceituais.

O foco é ampliar as possibilidades de aprendizagem além da sala de aula através da participação de minicursos, atividades culturais, palestras, oficinas, mesas-redondas, concursos, visitas técnicas e das demais atividades que FABIN oferece através das áreas de ensino, pesquisa e extensão.

A Política de Atendimento aos Discentes apresenta interfaces com as demais políticas institucionais ao estabelecer ações que perpassam pela definição de critérios de ingresso de estudantes e pelo estabelecimento de programas de apoio psicopedagógico e financeiro, criando condições para a sua permanência na Instituição. Nesta perspectiva, os discentes contam com um sistema voltado à sua integração, acompanhamento e desenvolvimento acadêmico, cujas ações se estendem aos egressos, buscando desenvolver o senso de pertencimento permanente destes com a comunidade acadêmica ao oferecer, inclusive, oportunidades para a educação continuada.

A FABIN oferece vários programas e/ou unidades de apoio ao discente nos aspectos acadêmico, pedagógico, psicológico e financeiro, com o objetivo de dar o suporte integral ao estudante na sua formação.

8.10 Secretaria Acadêmica

Responsável por atender as demandas de ordem acadêmica e financeira dos estudantes quanto às normas, aos procedimentos e regulamentos para a atividade estudantil, atuando como facilitador entre os estudantes e o FABIN

A Central é dotada de equipe especializada e sistemas de suporte que permitem o rápido atendimento dos estudantes em suas demandas.

O atendimento via Internet requer a utilização do número de matrícula e uma senha de acesso, que são informados ao ingressante por meio de comunicado institucional, entregue no ato da sua matrícula, o qual indica também os procedimentos para o primeiro acesso ao Autoatendimento. O atendimento ocorre de segunda a sexta-feira, das 13h às 22hs.

8.11 Núcleo de Apoio ao Discente e Docente - NAAD

O NADD – Núcleo de Apoio ao Discente e Docente – é um serviço da Instituição que tem como principal objetivo oferecer atendimento pedagógico e encaminhamento especializado aos alunos e educadores da graduação com a finalidade de auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, bem como, no desenvolvimento pessoal e profissional do estudante, em consonância com a missão da FABIN de preparar pessoas para a vida profissional bem sucedida.

Por se tratar de um núcleo de apoio pedagógico e psicopedagógico aos docentes e discentes suas ações estão de acordo com a legislação vigente, planos, políticas e projetos institucionais. As ações desenvolvidas pelo NADD buscam a promoção da permanência de todos os seus discentes na Educação Superior, onde oportuniza o desenvolvimento dos projetos do setor e da instituição.

Acreditando que o docente seja corresponsável pelo processo de ensino e aprendizagem, o NADD presta capacitação nas suas carências didáticas, pedagógicas e metodológicas, orientando-os na prática educacional. As orientações ocorrem na forma de reuniões individuais, ampliadas nas Políticas de capacitação do corpo Docente. São objetivos do NADD:

- Atender estudantes em suas demandas psicopedagógicas durante seu percurso acadêmico;
- Realizar intervenção especializada e acompanhar as ações pedagógicas necessárias;

- Oferecer informações e orientações que possam auxiliar no desenvolvimento e na adaptação do processo de aprendizagem;
- Promover ações inclusivas para assegurar a acessibilidade na IES; e
- Apoiar a gestão acadêmica nos assuntos de evasão escolar relacionados às questões psicopedagógicas.

A Política do NADD ocupa um espaço em destaque na gestão de processos educativos. Fato confirmado pela inserção dessa política, que ocupa uma das três dimensões do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância – Autorização (2017). O NADD, contemplando a dimensão um (indicador 1.12) do instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância – Autorização (2017), O NADD é um serviço da FABIN que tem como principal objetivo oferecer atendimento psicopedagógico e encaminhamento especializado aos docentes e discentes dos cursos graduação.

8.12 Empregabilidade

No atual modelo de mercado de trabalho onde nossos discentes são inseridos ao longo da graduação, o incremento de experiências diversificadas no currículo do trabalhador faz a diferença. De igual maneira, o profissional com vivência habilidades específicas de sua área de trabalho é valorizado pois tais competências são vistas, atualmente, como um diferencial competitivo. Tendo em vista a importância dessas competências e antevendo o processo de internacionalização natural do mercado de trabalho, por consequência a contemporânea globalização.

Deste modo, o pilar da empregabilidade se propõe a todo tempo em:

- Servir de suporte tanto aos alunos quanto a recém-formados e egressos;
- Oferecer ferramentas necessárias para o desenvolvimento e incremento profissional dos alunos;
- Proporcionar ferramentas para uma formação multicultural;

- Auxiliar na construção do perfil profissional de cada estudante, sem descaracterizar as competências específicas de cada área de formação e desejo individual de cada discente;
- Acompanhar as atividades do discentes desde seu momento de ingresso até após a conclusão de seu programa educacional;

Dentre as ferramentas geridas e ofertadas para inserção de nossos discentes no mercado de trabalho estão:

- Instituição. Tem o objetivo de propiciar a interação entre as empresas e os alunos fazendo a conexão com o mercado de trabalho;
- Workshops de Carreira: São debatidos assuntos relacionados ao ingresso no mercado de trabalho assim como a transição de carreira a partir de temas pertinentes aos processos seletivos e dúvidas sobre o mundo corporativo;
- orientação profissional: Auxilia o aluno e o egresso na identificação de habilidades, interesses, talentos e atitudes conectando-o às tendências de mercado e às práticas profissionais;
- palestras de empregabilidade: Eventos específicos segmentados por escola que auxiliam os alunos e egressos a terem uma visão mais profunda da sua área de atuação no mercado de trabalho;
- Blitz de Empregabilidade: Ação de cadastramento de alunos no portal de empregabilidade, divulgação de vagas e serviços oferecidos;
- Circuito de Empregabilidade: Aprimorar os conhecimentos da vida acadêmica com a empregabilidade e o desenvolvimento dos estudantes no mercado de trabalho e a vida profissional.
- Programa de Mentoria: Auxilia no desenvolvimento acadêmico, pessoal e profissional dos alunos e egressos. Tem a finalidade de dar suporte aos estudantes e formados em temas e dúvidas relacionados a carreira aumentando sua empregabilidade.
- recrutamento in loco: Parceria com as empresas para divulgação e processos seletivos dentro da Instituição.

- palestras, treinamentos e outros serviços gratuitos: oficinas de currículos, realização de cursos, palestras, treinamentos e outros serviços voltados à preparação do aluno para ingresso no mercado de trabalho;
- envio das melhores oportunidades via e-mail: o aluno recebe via e-mail oportunidades selecionadas, disponibilizadas pelas melhores empresas;
- mural de divulgação: mural físico onde todas as atividades realizadas pelo departamento são diariamente atualizadas incluindo, inclusive, as oportunidades de estágio, trainee e efetivos que são recebidas pelo departamento;
- planejamento de carreira: atendimento personalizado para alunos; e
- gestão dos Contratos de Estágio: cadastro e assinatura de Contratos de Estágios e de Termos de Compromisso de Estágio-TCEs, orientação e elaboração de Minutas de Convênio de Estágio a pedido das empresas que buscam essa parceria, recebimento e encaminhamento a imprensa das vagas de estágios e empregos que lhes são encaminhadas, além de orientar alunos e empresas sobre questões de estágios.

A coordenação de estágio é um agente ativo no desenvolvimento da carreira dos estudantes e trabalha para torná-los cada vez mais atraentes e qualificados para o mercado de trabalho, desenvolvendo, em cada discente, competências específicas para a sua área de atuação e para o seu objetivo pessoal, tornando-os autônomos e protagonistas de sua própria trajetória de carreira. Todas essas atividades ajudam de forma significativa os alunos e egressos a ingressarem e permanecerem no mercado de trabalho através do apoio contínuo de ações focadas para que eles possam se desenvolver em suas carreiras profissionais.

8.13 Organização estudantil

A FABIN ao longo de toda sua história, sempre prestigiou e valorizou a representação estudantil de diferentes formas. Todos os colegiados institucionais asseguram a participação de alunos em sua composição.

A FABIN conta com os representantes de turma/diretórios, instituídos legalmente pelos alunos, sendo reconhecidos como órgãos oficiais de representação estudantil, além de todos os colegiados institucionais assegurarem a participação de alunos em suas reuniões.

Todos os Colegiados de Curso também asseguram a participação de representação discente em sua composição. Com base nas diretrizes institucionais, a Instituição presta apoio aos movimentos estudantis para realização de eventos acadêmicos, atividades de integração e campanhas de responsabilidade social, dando suporte logístico e colaborando com a divulgação para toda a comunidade acadêmica.

Todos os Colegiados de Cursos asseguram a participação de alunos em suas reuniões. Além disso, o FABIN incentiva que os coordenadores de curso estimulem a participação ativa dos movimentos estudantis da instituição de ensino.

8.14 Programa de acompanhamento de egressos

Compete ao Coordenador de curso da FABIN, em conjunto com a Gestão Acadêmica e a CPA, a execução do Programa de Acompanhamento de Egressos, que envolve uma série de ações junto aos concluintes de todos os Cursos. Tem como diretrizes:

- Valorização profissional: o compromisso fundamental de uma instituição de ensino é proporcionar aos seus alunos uma formação inicial e continuada que dê subsídios para a construção de uma carreira profissional exitosa, se constituindo em uma referência e um local de oportunidades;
- Relacionamento contínuo: a FABIN considera-se ponto de referência na vida do egresso, mantendo com o seu diplomado uma relação de compromisso, mesmo após a sua titulação;
- Educação continuada: através da oferta de condições diferenciadas, a FABIN busca apoiar a continuidade da formação de seus egressos através de cursos de extensão, pós-graduação lato sensu e, até mesmo, quando desejado, de uma segunda graduação. O retorno do diplomado à Instituição permite-lhe

estar permanentemente em contato com a renovação, ampliação e geração de novos conhecimentos e saberes;

- Institucionalização: para a política de acompanhamento ao egresso ter efetividade é preciso garantir: a articulação entre as ações; a continuidade das ações; a sistematização e o registro de procedimentos; o envolvimento dos gestores da instituição; avaliação permanente das ações; a manutenção de registros dos processos e eventos realizados.

Sempre gratuitas, as ações desenvolvidas consistem em:

- Auxiliar e preparar o aluno e egresso para interagir com o mercado de trabalho global e gerenciar proativamente sua carreira proporcionando recursos, orientações, experiências internacionais e oportunidades para obter um bom estágio ou emprego. Além disso, a área capacita e desenvolve competências direcionadas ao mercado de trabalho através de serviços e suporte aos alunos e egressos.
- Para a FABIN, a importância do acompanhamento dos egressos não se limita às etapas posteriores à conclusão dos cursos. A noção de continuidade de relacionamentos, anteriormente descrita, se traduz no desenvolvimento de atitudes de disposição para a autoaprendizagem e para a educação permanente entre os estudantes, conforme detalhado nas políticas de ensino. Procura-se, dessa forma, inculcar paulatinamente nos estudantes a noção de pertencimento a redes profissionais colaborativas que se expandem no espaço e no tempo, tendo a Instituição de Ensino como ponto de referência para acesso futuro a oportunidades de educação continuada, relacionamentos com pares e colocação profissional.
- O FABIN oferece aos egressos uma série de serviços, sempre gratuitos, organizadas, conforme exemplos relacionados a seguir:
 - programas de extensão universitária;
 - workshops e seminários;
 - divulgação de oportunidades no mercado de trabalho;

- canal de divulgação de vagas de estágio, trainee e efetivas, por meio de um sistema que permite a visualização dos currículos dos candidatos pelas empresas;
- Feira da Empregabilidade e Empreendedorismo: evento anual que visa aproximar os estudantes, egressos e comunidade das empresas;
- participação em pesquisas de acompanhamento contínuo; e
- benefícios para programas de pós-graduação Lato Sensu, ofertados pela instituição.

A FABIN busca manter os egressos sempre conectados à Instituição.

Canais de comunicação com o egresso

O portal do FABIN é um canal permanente e dinâmico de comunicação entre a Instituição e seus egressos, possibilitando o estreitamento e manutenção da relação estabelecida, por intermédio dos seguintes canais de comunicação:

Espaço do Egresso: esse espaço tem por objetivo divulgar oportunidades de trabalho, ofertadas pelas empresas nacionais e multinacionais, de diferentes ramos de atuação.

Acesso à agenda de Eventos: por meio do site da instituição portal.fmu.br os egressos terão acesso a agenda de eventos promovidos e/ou sediados no FABIN, tais como palestras, seminários, congressos, fóruns, workshops, entre outros. Para atender à Política de Egressos, estes serão divulgados de forma ampla aos egressos através dos e-mails cadastrados no sistema.

Acesso aos serviços da Secretaria de Geral: para solicitação de 2ª via do diploma / certificado, planos de ensino, histórico escolar e matriz curricular.

Ações de incentivo à Educação Continuada

Com o intuito de estimular a continuidade dos estudos dos egressos o FABIN divulga regularmente oportunidades de formação, nos níveis de especialização, bem como de cursos livres em suas áreas profissionais, oferecendo condições diferenciadas de pagamento:

Todos os descontos tratados somente serão aplicados caso o egresso esteja adimplente com todas as suas mensalidades anteriores. Cabe ressaltar que os descontos não serão retroativos e somente vigorarão a partir do momento da concessão. Além disso, estes não serão cumulativos entre si, não existindo dessa forma possibilidade de acúmulo de benefícios/bolsas/desconto.

As dúvidas e os casos omissos são analisados pela Diretoria da FABIN, devendo ser consultado o regulamento de descontos da IES.

8.15 Incentivo à Ciência e acesso à Biblioteca

Os alunos podem ter acesso a periódicos, livros, obras de referência, mapas e outros materiais disponíveis.

9 INFRAESTRUTURA

9.1 Infraestrutura e instalações acadêmicas geral

Os espaços físicos da instituição possuem infraestrutura adequada e atendem às necessidades exigidas pelas normas institucionais, pelas diretrizes dos cursos e pelos órgãos oficiais de fiscalização pública. A edificação, situada em um andar de um condomínio comercial, conta com sistema de ventilação natural e artificial (ar-condicionado) em sua totalidade e acabamentos com o objetivo de facilitar a manutenção e a higienização. A descrição detalhada de cada ambiente consta no *Memorial Descritivo das Instalações Físicas* da FABIN.

As instalações são totalmente acessíveis e atendem à legislação vigente: NBR 9.050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas; Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205, 206 e 208; decretos 5.296/2004, 6.949/2009 e 7.611/2011; Portaria n. 3.284/2003. A instituição inseriu no sistema e-MEC o plano de garantia de acessibilidade e o plano de rota de fuga, conforme prevê o Decreto n. 9.235/2017.

A unidade tem em todos os seus ambientes de aprendizagem um adequado sistema acústico, bem como sistema de iluminação, respeitando as normas vigentes. Toda a unidade conta com sistema de prevenção e combate a incêndio adequado (PPCI) e aprovado junto à corporação do município, tendo em todos os seus ambientes um sistema de iluminação de emergência eficaz e seguro.

A unidade está coberta por rede Wireless, além de rede de TI física. A infraestrutura de rede local é gerenciada de forma simplificada em um rack onde ficam alocados os ativos de rede e em um "Depósito de TI" (12,78 m²), que aloca demais ativos. A FABIN adota uma arquitetura tecnológica 100% "cloud-only", não possuindo servidores físicos (data center) em suas instalações. Todo o processamento e

armazenamento de dados ocorre em nuvem, garantindo segurança, escalabilidade e acesso de qualquer localidade.

Conta com serviço de limpeza, e os ambientes são limpos diariamente. O detalhamento de cada um desses espaços, em específico no que se refere, por exemplo, à capacidade, metragem e mobiliário, pode ser constatada *in loco*.

Quanto aos recursos tecnológicos, o setor coloca à disposição dos corpos docente e discente equipamentos diversos, tais como: televisores, projetores multimídia e notebooks para uso em sala de aula.

A manutenção e a guarda do acervo acadêmico da Faculdade obedecem ao disposto na legislação vigente. Os documentos correntes e novos são gerados e mantidos em conformidade com a política específica de guarda documental. Para o acervo legado (físico), a instituição implementou um "Projeto de Implantação do Acervo Digital Legado", com cronograma próprio para a sua total digitalização, conforme plano de ação informado às autoridades competentes.

A infraestrutura física da FABIN, situada em um único pavimento, é composta pelos seguintes ambientes principais: 04 (quatro) salas de aula, 01 (uma) sala de professores (24,18 m²), 01 (uma) sala administrativa (22,33 m²), 01 (uma) biblioteca (42,98 m²), 01 (um) espaço de integração a alunos (38,03 m²), 02 (duas) salas de atendimento individual (aprox. 6,10 m² cada), 01 (uma) sala para a CPA (3,67 m²), gabinetes individuais de apoio, 01 (uma) recepção (17,61 m²) e instalações sanitárias (PNE, masculino e feminino). Todos os ambientes destinados à aprendizagem são climatizados, providos de notebook, *datashow smart* (com acesso wi-fi, sistema operacional android e diversos aplicativos livres) e quadro branco.

No quesito tecnológico, todos os processos administrativos e acadêmicos estão amparados sobre um sistema informatizado baseado em arquitetura de nuvem (cloud

computing), interligados em rede e integrados, o que permite o acompanhamento das rotinas necessárias.

Para atender a infraestrutura tecnológica, a FABIN adota um modelo de gestão de TI que terceiriza o suporte técnico e a manutenção da infraestrutura de nuvem para empresas especializadas e reconhecidas no mercado. Este modelo garante alta disponibilidade e segurança, permitindo que a IES mantenha o foco em sua atividade-fim. As atualizações de software e a expansão da capacidade (escalabilidade) são gerenciadas sob demanda junto a esses fornecedores.

9.2. Instalações Administrativas

As instalações administrativas são adequadas aos usuários e às atividades exercidas. As funções de secretaria, financeiro, apoio acadêmico e coordenações estão centralizadas em uma sala administrativa (22,33 m²), complementada por gabinetes e salas de atendimento individual e reuniões que garantem a privacidade quando necessário. Todas as salas têm boa acústica, iluminação e ventilação. Em função da previsão de expansão institucional, conforme plano de reestruturação, as instalações administrativas devem ser redimensionadas a partir da demanda decorrente do aumento do número de alunos, cuja previsão também está prevista no documento supracitado. As salas são limpas três vezes ao dia e têm lixeiras em seu interior.

9.3. Salas De Aula

A instituição possui salas de aula com iluminação e ventilação adequadas, equipadas com lousa, projetor *smart* e notebook. As salas de aula possuem estrutura física adequada para os usuários, inclusive para pessoas com deficiência. Todas têm boa acústica e possuem iluminação e ventilação. Os mobiliários são adequados às atividades. A definição das salas para os cursos se dá em função do número de matriculados. Elas poderão ser, ainda, reavaliadas sempre que for preciso atender à questão da acessibilidade. Ademais conforme , plano de reestruturação, tem-se a previsão de aumento do número de salas semestralmente na medida em que

atingidas as metas de crescimento do público discente. As salas são limpas a cada término do período e possuem lixeiras em seu interior e nos corredores.

9.4. Auditório

A FABIN conta com auditório, por meio de convênio de parceria, equipado com cadeiras móveis confortáveis, projetor multimídia, sonorização e demais recursos audiovisuais necessários. Os espaços também contam com sanitários. A acústica do ambiente é perfeita, com revestimento eficiente para evitar reverberação, bem como dissipação de som. A limpeza do ambiente é feita diariamente e conforme necessidades de uso. Todo o ambiente será coberto por rede Wireless. A iluminação fluorescente será condizente com o ambiente. A acessibilidade a PCD será contemplada em sua integridade. Este convênio garante o acesso a um espaço adequado para eventos de maior porte, sem a necessidade de manter uma estrutura própria ociosa.

9.5. Salas De Professores

A sala dos professores possui espaço suficiente, tanto para a convivência e interação, quanto para a realização de trabalhos coletivos entre os docentes, além de telefone e computadores conectados à internet. Há também espaço apropriado para os professores em regime de tempo integral, privilegiando a interlocução com seus pares e a necessária tranquilidade para as atividades de estudo e pesquisa.

9.6. Instalações Para As Coordenações De Curso

As instalações que se destinam às coordenações de cursos facilitam a interação entre os coordenadores e a direção. As atividades de coordenação ocorrem na sala "Administrativo" e em gabinetes individuais de trabalho, que garantem a privacidade necessária para o atendimento a docentes e discentes. Possuem mobiliário e equipamentos adequados para as atividades acadêmico-administrativas.

9.7. Espaço para Atendimento aos Discentes

Há também espaço para atendimento individual aos alunos, a fim de garantir a privacidade do aluno quando estiver em atendimento, seja com os professores, seja com a coordenação de curso. Esse espaço procura garantir uma atmosfera de acolhimento e disponibilidade.

9.8. Espaços de Convivência e de Alimentação

A Instituição disponibiliza um espaço de "Descompressão" para convivência e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades culturais e de recreação. São estabelecidas parcerias com fornecedores locais que possam ofertar serviço de alimentação. São estabelecidas parcerias com fornecedores locais que possam ofertar serviço de alimentação, garantindo o atendimento apropriado dessa demanda, considerando que a Instituição está situada em um Centro Comercial.

9.9. Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas

A Faculdade conta com laboratórios de ensino compartilhados e laboratórios específicos, devidamente equipados para as atividades práticas que atendem às demandas didático-pedagógicas dos cursos.

Os laboratórios são acessíveis aos alunos com necessidades especiais e permitem a realização de atividades pedagógicas práticas que se somarão à parte teórica trabalhada em sala de aula. São disponibilizados recursos didáticos, em sintonia com o conteúdo programático teórico. A atualização dos equipamentos e a disponibilidade de insumos para a realização de atividades práticas e a consolidação do processo de aprendizagem estão previstas em orçamento anual, o que garante a possibilidade de permanente adequação do laboratório às necessidades do curso. Existem normas de funcionamento e acesso aos laboratórios, normas de segurança, roteiros de aulas práticas e instruções de trabalho para os equipamentos envolvidos nas atividades práticas.

Para atender às demandas didático-pedagógicas dos cursos que exigem o uso de tecnologia computacional, a FABIN adota um modelo de Laboratório de Informática Móvel.

Esta estrutura é composta por um *rack* de recarga e transporte contendo 30 (trinta) notebooks. Este equipamento pode ser deslocado, mediante agendamento, para qualquer uma das 04 (quatro) salas de aula da instituição.

Esta abordagem permite que qualquer sala de aula seja convertida em um laboratório de informática, garantindo a flexibilidade pedagógica e a otimização máxima dos espaços físicos. Os equipamentos são configurados com os softwares necessários para as atividades práticas e possuem acesso à rede Wi-Fi da instituição.

Adicionalmente a este recurso, o "Espaço de Integração a Alunos" e a "Biblioteca" são equipados com computadores e estações de trabalho fixas, que ficam diariamente à disposição dos alunos para a realização de trabalhos acadêmicos e pesquisas. A rede Wi-Fi também permite o uso de notebooks pessoais.

A manutenção, atualização e a logística de guarda e distribuição do laboratório móvel são gerenciadas por contrato de serviço especializado, assegurando o pleno funcionamento dos recursos.

Destaca-se que tanto o planejamento da atividade prática, como a análise sistemática dos resultados obtidos são trabalhados com os alunos em concordância com a teoria abordada em sala de aula, objetivando a integralização dos conteúdos do curso e a consolidação dos conceitos trabalhados em efetivo processo de aprendizagem teórico-prático.

9.10 Biblioteca

A Biblioteca é o órgão de apoio pedagógico responsável pelo acervo bibliográfico, didático e de pesquisa, nas diversas formas de publicações, impressas ou de outro veículo de divulgação, disponíveis para consulta e vincula-se, administrativamente, à Diretoria Geral. Dentre os objetivos centrais da Biblioteca está a oferta de ambiente propício ao desenvolvimento das atividades de pesquisa e leitura, bem como a integração de grupos e capacitação dos alunos quanto ao uso de bases de dados e normalização dos trabalhos acadêmicos. A composição, desenvolvimento e expansão do acervo estão condicionados a proposta pedagógica e metodológica dos cursos, assim como ao acompanhamento do desenvolvimento científico da área. A Biblioteca da **FABIN** possui um acervo considerado de ótimo nível para a formação dos futuros profissionais. No espaço da biblioteca serão realizadas ações que visam o compartilhar do conhecimento. Livros são adquiridos sistematicamente, visando a atualização do curso e o atendimento às solicitações de professores e alunos. O Corpo Técnico da Biblioteca interage com os estudantes com uma postura disponível e receptiva que demonstrará a intenção de fazer com que todos se sintam estimulados à leitura e à descoberta.

A **FABIN** mantém uma biblioteca, cuja natureza, finalidades, estrutura organizacional e física, funcionamento, sistema de informação, de classificação e de catalogação, regime disciplinar e atribuições do Bibliotecário é disciplinada por regulamento próprio, aprovado em Conselho. A Biblioteca é destinada ao uso dos alunos e professores, funciona diariamente, durante os períodos de trabalho escolar e no decorrer das férias. São registradas, durante todo o ano, visitas orientadas para alunos calouros, para conscientização sobre a usabilidade do sistema da biblioteca, bem como da utilização correta dentro das especificações descritas no seu regulamento. O acervo físico está tombado e informatizado, o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome

da Faculdade. Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da unidade curricular, entre o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título disponível no acervo. Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso na Faculdade, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem. O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas disciplinas. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço. A política de atualização e expansão do acervo bibliográfico, adotada pela **FABIN**, conta com regulamentação específica e considera a vinculação entre os lançamentos editoriais, os cursos mantidos pela instituição, os indicadores de qualidade do MEC, a indicação do corpo docente com base nos conteúdos programáticos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação e as solicitações do corpo discente, segundo suas necessidades acadêmicas. Considerando esses aspectos, a Coordenação da Biblioteca juntamente com o departamento financeiro, providencia a aquisição sistemática do material bibliográfico.

9.10.1 Infraestrutura

A Biblioteca FABIN está ligada diretamente à Direção Acadêmica tendo como objetivo fundamental ser apoio pedagógico aos alunos, professores e funcionários da Instituição, servindo de suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nela, os usuários têm livre acesso ao acervo, que é composto por livros, dicionários, folhetos e periódicos impressos, além diversos materiais digitais, tais como e-books, bases de dados de acesso gratuito e periódicos on-line.

Na Biblioteca FABIN utilizamos o Sistema Gennera que possui um módulo de automação dos serviços bibliotecário, que possibilita a informatização dos seus

processos, como o processamento técnico das obras e geração de relatórios. Ainda por meio do catálogo online, disponível para toda comunidade acadêmica através do ambiente virtual do aluno, os usuários podem consultar todo o acervo da biblioteca com informações em tempo real, bem como acompanhar a situação dos seus empréstimos, renovações e solicitar reserva de materiais emprestados.

Suas instalações situam-se junto da Instituição e seu horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 14h às 21h30min. Suas instalações físicas são:

- Espaço Físico: 45,88 m²
- Salão de estudos: 2 mesas de estudos em grupos e 8 cadeiras
- Computadores para pesquisa: 3 computadores, sendo 1 com acessibilidade.
- Computadores administrativos: 1 computador
- Climatização: 1 Split

Já o corpo técnico administrativo é composto por:

Bibliotecário: 1

Responsável por: Processamento técnico de materiais, bem como processos de aquisição e serviço de referência.

Funcionário: 1

Responsável pela recepção e atendimento dos usuários.

9.10.2 Serviços e horário de atendimento

A consulta é disponibilizada para todos os usuários, inclusive para a comunidade (mediante cadastro) e possui horário de funcionamento das 14h às 21:30h, de segunda a sexta-feira.

A Biblioteca oferece aos usuários os seguintes serviços:

Atendimento local:

As bibliotecas dispõem recursos humanos treinados para orientar os usuários em suas necessidades e, estes, ainda têm à sua disposição os terminais de consulta para fazer suas pesquisas e gerenciar seus empréstimos, reservas etc. Também são disponibilizadas áreas para estudo local.

Visitas orientadas:

São visitas guiadas, onde é apresentado o ambiente físico da Bibliotecas, bem como seu acervo, como utilizar as bibliotecas e os seus serviços prestados.

Empréstimo domiciliar:

Os materiais são emprestados conforme quantidades, prazos e públicos-alvo definidos em Regulamento vigente.

Levantamento bibliográfico:

Consiste na pesquisa no acervo das bibliotecas, e em demais fontes confiáveis de informação, com a finalidade de identificar materiais pertinentes às áreas de interesse do aluno.

Orientações sobre normalização:

Auxílio aos usuários na resolução de dúvidas sobre o uso de normas técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos, artigos etc. tais como ABNT, Vancouver etc.

Treinamentos:

Com o objetivo de estimular a autonomia do usuário a Biblioteca FABIN oferece treinamento completo sobre o uso do Portal de Periódicos da CAPES, mediante agendamento para turmas e com datas avulsas, para toda a comunidade acadêmica. No mesmo treinamento, são apresentados outras as bases de dados de acesso aberto e metodologias de pesquisa. Os treinamentos acontecem de forma presencial e online.

Catálogo na publicação:

Consiste na elaboração de fichas catalográficas de livros e periódicos, obedecendo aos padrões de catalogação e controle de descritores pré-estabelecidos.

Serviços online:

Por fim, os alunos ainda podem tirar suas dúvidas por meio do *WhatsApp* (51 9942.6787) ou agendando um *meet* através do e-mail (biblioteca@fabin.edu.br)

9.10.3 Plano de Contingência

A FABIN conta com um Plano de Contingência da Biblioteca que tem como objetivo identificar e avaliar riscos que possam comprometer a segurança do acervo, dos usuários e do ambiente físico. A proposta é adotar medidas preventivas e procedimentos de resposta a emergências de natureza física, química, biológica, ergonômica, acidental e ambiental, garantindo a continuidade dos serviços e a preservação dos bens informacionais.

Foram mapeados os principais riscos, como variações de umidade e temperatura, acúmulo de poeira, presença de micro-organismos e insetos, riscos ergonômicos, falhas no fornecimento de energia e internet, vandalismo, inadimplência e restrições orçamentárias.

As ações preventivas envolvem desde a instalação e manutenção de equipamentos de controle climático, rotinas de limpeza, aquisição de mobiliário ergonômico, campanhas educativas, até o planejamento financeiro e fortalecimento de parcerias. Já as ações de contingência incluem a ativação de empréstimos manuais, contratação de serviços especializados, substituição de mobiliário danificado, desinsetizações periódicas, entre outras.

O plano visa minimizar danos, garantir a continuidade dos serviços e preservar a integridade do acervo e o bem-estar dos usuários e servidores.

9.10.4 Formas de Atualização e Expansão do Acervo

A FABIN destina um valor do orçamento anual para aquisição de livros, periódicos e assinaturas de materiais digitais, entre outros. Além disso, a Biblioteca também dispõe de verba referente à cobrança de multa, para aquisições de obras sugeridas pelos usuários e indicadas pelos bibliotecários para enriquecimento e diversificação do acervo, atendendo à demanda da comunidade acadêmica

Plano de atualização do acervo

A Biblioteca FABIN possui uma Política de Desenvolvimento de Coleções que tem por finalidade estabelecer critérios e responsabilidades para o desenvolvimento e atualização do acervo. Senso assim, seus objetivos são:

- Permitir o crescimento racional e equilibrado do acervo nas áreas de atuação da Instituição;
- Estabelecer prioridades da aquisição de material;
- Traçar diretrizes para o descarte de obras.

A política para aquisição e distribuição do acervo é de responsabilidade dos Cursos. Eles detêm a verba e a decisão a respeito dos títulos e exemplares. Já o acervo adquirido com verba de multas é de inteira responsabilidade e competência da Biblioteca. As coleções deverão ser constituídas de acordo com os recursos orçamentários da Faculdade, contemplando os diversos tipos de materiais em vários suportes, atendendo as seguintes finalidades:

- Suprir os programas de ensino dos cursos de graduação e pós-graduação da FABIN;
- Dar apoio à compra de materiais pelos cursos da instituição;
- Deixar no acervo os materiais importantes que relatem a história e o desenvolvimento da Faculdade;

- Atender solicitações dos usuários, não contemplados nos ementários, com verba multas.

9.11 Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da **FABIN** conta com uma sala devidamente equipada e preparada com computador e acesso à internet. No espaço, é possível realizar todas as atividades pertinentes ao processo de avaliação, além das reuniões e apresentação do relatório semestral consolidado e produzido com o resultado das atividades correspondentes a cada especificidade dos segmentos da **FABIN**.

9.12. Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias são compostas por banheiro masculino, banheiro feminino e banheiro para pessoas com deficiência. Todas elas seguem as definições de qualidade já estabelecidas.

O banheiro para pessoas com deficiência possui vaso sanitário, torneira e pia de modelos próprios para atender aos portadores de necessidades especiais. Há também barras de apoio ao lado e atrás do vaso sanitário. Além de sanitários para uso da família com fraldário.

9.13. Infraestrutura Tecnológica

A base tecnológica da instituição conta com recursos físicos e digitais, evidenciados no inventário da FABIN, além dos recursos tecnológicos apresentados a seguir, que tratam dos equipamentos e recursos de tecnologias de informação e comunicação, planejados e estruturados visando o atendimento às necessidades da instituição e da comunidade acadêmica, considerando a acessibilidade e a interatividades entre os membros. Disponibiliza serviços virtuais, como ambientes virtuais de aprendizagem, sistemas administrativos e acadêmicos, laboratórios, biblioteca e simuladores virtuais, dentre outros, que funcionam 24 horas, 7 dias por semana.

Para isso a instituição conta com normativas institucionais focadas nos aspectos relacionados à gestão de infraestrutura, rotinas de manutenção predial e gestão dos serviços de tecnologia considerando a segurança da informação e os aspectos relacionados à capacidade elétrica, rede lógica e plano de contingência, como:

- Política de Aquisição e Renovação de Softwares, que define os processos que envolvem as demandas para aquisição e/ou renovação de softwares e/ou aplicativos, com o objetivo de melhorar a qualidade, segurança e disponibilidade tanto para os educadores e educadoras técnico-administrativos e docentes quanto para os estudantes da Instituição, citando os procedimentos e os papéis dos envolvidos,
- Política de Expansão e Atualização de Equipamentos, que estabelece os critérios para renovação do parque tecnológico, orienta em relação aos aspectos para construção dos orçamentos anuais, bem como o planejamento de longo prazo,
- Política de Tecnologia da Informação que evidencia e estabelece o funcionamento da área de Tecnologia da Informação na instituição, de modo que a organização da sua infraestrutura mantenha as operações da instituição em funcionamento dentro dos níveis de serviço acordados;
- Política de Infraestrutura que visa garantir a segurança e qualidade de vida dos usuários, conservação dos ativos, preservação das edificações, norteadas pelas normas e legislação vigentes, visando não apenas a orientação, mas a prática de ações corretas em suas unidades físicas;
- Manual de Operações, documento norteador para a operação e manutenção dos espaços da unidade educacional, de acordo com as diretrizes e padronizações propostas pelo Departamento Operacional. Considerando aspectos relacionados a Instalações elétricas e hidráulicas, acessibilidade, combate a incêndio, dentre outros.

8.13.3. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

Como referendado no capítulo 2 deste PDI, no item - inovações Pedagógicas, a FABIN conta com a plataforma Gennera, com funcionamento integral via web, que garante ao aluno flexibilidade de acesso, considerando-se a esfera temporal (a qualquer dia e horário) e a esfera espacial/geográfica (de qualquer local), além de contribuir para melhor organização dos estudos. O Gennera é uma solução de gestão acadêmica baseada na nuvem. Suas ferramentas conectam alunos, professores e todo o ecossistema acadêmico ao longo do processo de construção do conhecimento. O Gennera, recurso de tecnologia educacional, possui foco em experiência de uso e de processos ágeis de desenvolvimento de software.

O Gennera é o sistema que permite ao aluno o acesso a diversos protocolos de secretaria relacionados à sua vida acadêmica. Estará conectado com o sistema acadêmico e financeiro utilizado pela instituição, o Sistema Integrado Acadêmico.

Como ferramenta de apoio aos processos de ensino-aprendizagem, o Gennera permite que o professor cadastre seu plano de aula, as datas de avaliação e os materiais didáticos. O professor também terá acesso, por meio do sistema, ao diário de classe on-line, com possibilidade, inclusive, de assinatura digital das atas de resultado final. Permite que seja feita a reserva de recursos audiovisuais disponíveis na Faculdade para uso em sala de aula.

Pelo sistema, o professor pode gerar relatórios para acompanhamento das turmas no que se refere à frequência e à avaliação. Por meio do Gennera, o professor visualiza seu relatório de avaliação institucional, acessa a base de dados da biblioteca para renovação e reserva de livros, bem como pode acessar as bibliotecas virtuais e portais de periódicos on-line e compartilhar com os alunos livros, revistas e jornais ou indicações bibliográficas. O Gennera facilita ao aluno acompanhar com mais autonomia, da Faculdade ou de qualquer outro ambiente em que esteja, as informações que o professor disponibilizar no sistema. Por meio desse recurso tecnológico, é possível que professores e alunos, bem como a coordenação do curso e a direção da instituição, comuniquem-se por e-mail e estabeleçam um diálogo mais efetivo para resolução de eventuais questões acadêmicas.

Além disso, o Gennera será um importante instrumento de gestão para o coordenador do curso, uma vez que permite o acompanhamento da execução do trabalho docente por meio de relatórios de pendência sobre lançamento de planos de ensino, notas e frequências. Essa forma de monitoramento contribui, ainda, para o processo de autoavaliação institucional, pois oferece ferramentas para subsidiar esse processo, como relatórios e avisos de pendências.

Os protocolos disponíveis no Gennera permitem a melhoria do atendimento ao aluno, a efetividade e a agilidade nas respostas, além disso, otimizam processos e evitam a perda de tempo para atendimento. O sistema on-line pode ser acessado em qualquer computador com conexão à internet, não necessariamente a partir da Faculdade. Pode ser acessado também por dispositivos móveis, pela versão do sistema adequada a essas mídias.

Os alunos terão à sua disposição, a qualquer tempo e espaço, o acesso a informações acerca de sua vida acadêmica, o que permitirá maior autonomia para organização e planejamento de sua rotina diária de estudos.

O Gennera é o recurso tecnológico que subsidia a interação dos alunos com a FABIN. É tanto um instrumento de comunicação e interação entre coordenação, professores e alunos da instituição, como também uma ferramenta de apoio ao processo de ensino-aprendizagem. Por meio do Gennera, o aluno terá acesso às bibliotecas virtuais, que reúnem uma série de títulos universitários disponíveis para acesso on-line, e permite, assim, a relação de um livro por aluno, sem necessidade de empréstimos ou reservas.

9.14 Atendimento às Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida

9.14.1 Recursos De Acessibilidade

No que diz respeito aos recursos de acessibilidade e infraestrutura às pessoas portadoras de necessidades especiais, há um especial cuidado e atenção por parte dos colaboradores responsáveis em relação à manutenção preventiva, corretiva e/ou

de reabilitação da infraestrutura disponibilizada – rampas com corrimãos, banheiros adaptados para permitir o uso por cadeirantes e elevador especialmente equipado para esta finalidade com acesso a todos os andares, além de mobiliários presentes nos ambientes de aprendizagem.

9.14.2 Plano De Promoção De Acessibilidade

O Programa de Promoção de Acessibilidade (PPA) da **FABIN** busca promover condições igualitárias de acesso ao ensino e à extensão para os estudantes com deficiência sensorial, física, dificuldade de aprendizagem e com necessidades educacionais específicas. Tem por objetivo promover e atender ao que dispõe o art. 16, inciso VII, alínea "c" do Decreto nº 5.773/2006 no que se refere ao "...atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS".

Da mesma forma, promover e atender ao que dispõe o art. 14, § 1º, inciso VIII do Decreto nº 5626/2005 quanto às garantias para o acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos por parte das pessoas surdas, em particular, no que diz respeito a "...disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva". Destaca-se que o Programa de Promoção de Acessibilidade (PPA) contempla não apenas as reflexões e intenções da **FABIN**, mas também convicções e princípios que definem a forma de atendimento ao corpo discente, corpo docente, demais colaboradores e partes interessadas. De maneira que traduz em sua estrutura uma forte atenção ao atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade 95 reduzida, tal qual determina o

Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. O PPA está diretamente ligado à Direção de Ensino e tem sua forma de atuação alicerçada nos seguintes referenciais:

- a. Acessibilidade arquitetônica: está relacionada à adequação de estruturas físicas, nas salas de aula, nos laboratórios, nos corredores e demais dependências;
- b. Acessibilidade comunicacional: busca a diminuição das barreiras na comunicação interpessoal (serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, textos em Braille, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital);
- c. Acessibilidade metodológica: é a adequação de métodos e técnicas pedagógicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária (social, cultural, artística, entre outros) às pessoas com deficiência ou necessidades educacionais específicas;
- d. Acessibilidade instrumental: busca diminuir as barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo;
- e. Acessibilidade na web: visa garantir a mobilidade e a usabilidade de recursos computacionais através da promoção de alternativas digitais equivalentes para conteúdo auditivo e visual;
- f. Acessibilidade programática: busca superar as das barreiras embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias), normas e regulamentos;
- g. Acessibilidade atitudinal: é a promoção na comunidade de atitudes pró-inclusão social, que desestimulem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações nas pessoas em geral.

Para atender ao disposto no Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 no que diz respeito aos dispositivos, sistemas e meios de comunicação para o auxílio de deficientes visuais, a **FABIN** disponibiliza:

- a. Sistema Braille: Conteúdos impressos e obras transcritas para uma representação do alfabeto convencional através de pontos em relevo,

que o cego distingue por meio do tato - sistema de leitura tátil e escrita para pessoas com deficiência visual, inventado pelo francês Louis Braille (1809-1952);

- b. Livros Falados: Nem todos os deficientes visuais são usuários do Sistema Braille. Para garantir a acessibilidade à informação há livros falados em forma de arquivos de áudio (podem ser escutados em computadores, smartphones, tablets e/ou qualquer outro reproduzidor de som digital);
- c. Gravadores de Voz: Software de voz em computadores dotados de microfones (externos ou embutidos) que permitem a gravação ambiente de aulas, explicações ou ainda conteúdos programáticos, cujo resultado é um arquivo de áudio;
- d. Sintetizador de Voz: Software Virtual Vision que permite trabalhar usando 02 (dois) sintetizadores de voz simultaneamente – navegação no Microsoft Windows (fala sobre as informações sobre as janelas e objetos conforme a navegação) e leitura de textos (fala o texto conforme ocorre a navegação sobre o mesmo através de setas ou realiza a leitura completa do texto);
- e. Leitores de Telas: Software leitor do conteúdo em tela de computadores para que as pessoas cegas acessem de maneira completa os textos e a informação de maneira muito rápida. Os serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) estão permanentemente à disposição na **FABIN**, a partir da contratação de Pedagoga especialista, em tempo integral, e que também exerce a função de Professora da disciplina de LIBRAS. Quanto aos equipamentos disponibilizados, cuidados, acessos às novas tecnologias de informação e comunicação bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva estão disponíveis:

- Professor: Falar de forma clara em tom normal para o aluno surdo, pois desta forma o estudante não perde o campo visual de fala do orador. Assim como a utilização de expressões faciais e corporais, vocabulário compreensível, projeções legíveis e de fácil localização;
- Recursos Visuais: Projetor multimídia, cartazes com informações pedagogicamente avaliadas para melhor compreensão (figuras, gráficos, avisos, vídeos com legendas etc.);
- Intérprete de LIBRAS: Permanentemente à disposição;
- Tecnologia: Utilização de software específicos para alunos surdos – Dicionário de LIBRAS (digita-se a palavra e vê-se a tradução) e Hand Talk (aplicativo mobile gratuito que traduz texto e áudio para LIBRAS) e outros aplicativos que permitam troca de mensagens de texto (Messenger, Skype etc.);
- Arquitetura: Espaços físicos para aprendizagem com luminosidade variável, pouca reflexão solar e pequena.

10. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

10.1 Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira

O planejamento econômico-financeiro para o quinquênio 2023 - 2027 foi elaborado com o objetivo de dimensionar e dispor de instrumentos para acompanhar e controlar a viabilidade econômico-financeira da FABIN.

A Instituição é financeiramente mantida pela E-FRONT SISTEMA EDUCACIONAL LTDA, possui patrimônio econômico, financeiro e imobiliário constituído por bens móveis e imóveis, sendo a execução orçamentária da sua gestão administrativa adequada e compatível com seu porte.

A FABIN busca uma gestão financeira eficiente, associando os modernos princípios de administração financeira com as particularidades do mundo acadêmico. Desta forma, além do acompanhamento de entradas e saídas de caixa, do planejamento orçamentário, dos relatórios contábeis que sempre foram utilizados como ferramentas de gestão financeira, outros instrumentos e métodos de análise estão sendo implantados.

A previsão das receitas é dimensionada a partir da combinação de expectativa do número de alunos relacionada ao valor das mensalidades dos cursos. De forma semelhante, os custos, despesas e investimentos foram estimados de forma a possibilitar a aquisição e manutenção de uma estrutura compatível com o ensino de qualidade proposto pela FABIN.

As atividades da instituição têm como princípio norteador um perfeito equilíbrio entre fonte de recursos e os seus elementos de despesa, garantindo a sustentação das atividades de ensino, pesquisa e extensão da FABIN.

A Tesouraria, órgão diretamente ligado à Mantenedora, é responsável por elaborar a proposta orçamentária anual da Instituição. A proposta apresentada é fruto do levantamento das necessidades apontadas pelos colegiados dos cursos, os quais convergem as informações às Diretorias, que, então, os repassam à Tesouraria.

Desta forma, como a Mantenedora hoje tem sua capacidade financeira equilibrada, os esforços são também em função de não a expor a riscos de desequilíbrio financeiro que possam comprometer a execução do plano quinquenal de desenvolvimento.

O montante de receitas auferidas pela Instituição no balanço 2023 demonstra que a Instituição possui sustentabilidade para manter sua estrutura e apoiar investimentos. Estes resultados decorrem da observância do conceito de sustentabilidade, que na Faculdade possui especial importância, visto que é um de seus princípios filosóficos. Por isso, todos os gestores são desafiados a considerar a sustentabilidade em seus projetos e decisões.

O orçamento institucional é realizado juntamente com as áreas da instituição. É realizado um estudo de mercado que contempla dados que embasam a projeção de crescimento e conseqüentemente, a receita da Instituição para o ano seguinte.

Além disso, há também os investimentos necessários para atendimento da expansão das atividades em desenvolvimento e atividades a serem implantadas, assim como, investimentos em melhorias das instalações e infraestruturas existentes, buscando atender às expectativas dos clientes, internos e externos. É importante citar que o acompanhamento do orçamento é realizado mensalmente, com o objetivo de monitorar e medir as ações planejadas e garantir que as metas sejam, de fato, alcançadas.

10.2 Sustentabilidade financeira – relação com o desenvolvimento institucional

Mantida financeiramente pela E-FRONT SISTEMA EDUCACIONAL LTD, a FABIN buscará o aprimoramento constante no que diz respeito à gestão eficiente dos

recursos financeiros existentes. Como resultado desta preocupação e responsabilidade, atualmente, a Faculdade goza de relevante equilíbrio financeiro, viabilizando a realização dos investimentos necessários para as áreas de infraestrutura acadêmica e para o desenvolvimento do seu projeto institucional que atendam às demandas do mercado, garantindo também suporte ao crescimento sustentável das atividades de pesquisa e extensão.

O Planejamento Estratégico Institucional tem como foco suprir/atender as necessidades que forem apontadas pela comunidade acadêmica, por meio de pesquisa de satisfação no âmbito do processo de autoavaliação. Serão destacadas as alocações orçamentárias por meio das políticas institucionais que buscam inventariar a evolução patrimonial e as necessidades futuras, em consonância com a demonstração de receitas e despesas previstas em seu plano institucional. Existe adequação entre a proposta de desenvolvimento da Faculdade, captação de recursos e a previsão orçamentária e compatibilidade entre os cursos propostos e os recursos disponíveis, bem como a existência de controle entre as despesas efetivas e as despesas correntes, de capital e de investimento. A Instituição realiza investimentos destinados à infraestrutura, capacitação docente e de técnico-administrativos, divulgação do conhecimento científico tendo como meta a excelência na oferta dos serviços educacionais. Os demonstrativos de capacidade e sustentabilidade financeira e o PDI estão condizentes com as políticas efetivas de aquisição de equipamentos e de expansão e/ou conservação do espaço físico necessário à adequada implementação dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

A gestão financeira é pautada pelos seguintes objetivos:

- adotar o orçamento no processo de gestão do plano de metas visando servir de referência para a avaliação das atividades e tomadas de decisões para investimentos, gerando melhoria da qualidade dos cursos;
- implementar políticas e instrumentos de gestão financeira e orçamentária para possibilitar a auto sustentação dos cursos e programas.

Possui como meta:

- elaborar orçamentos anuais para gestão da instituição, no gerenciamento de cursos, projetos pedagógicos, projetos artísticos, culturais e sociais;
- aperfeiçoar os instrumentos de gestão financeira para subsidiar estudos de viabilidade dos diversos produtos ofertados pela instituição na vigência do PDI;
- realizar reavaliações anuais do orçamento global da instituição.

A política de racionalização dos recursos financeiros disponibilizados pela instituição inclui a elaboração prévia de estudos de viabilidade econômico-financeira como condição para aprovação. Isto, entretanto, não desconsidera os estudos e relevância social das ações e projetos. O processo de desenvolvimento e acompanhamento da gestão acadêmica e administrativa da instituição far-se-á com base em orçamento anual, podendo ser desdobrado em orçamentos de cursos e setoriais. Todavia, o processo de construção do orçamento privilegiará a participação dos gestores de todos os níveis da estrutura organizacional.

10.3 Plano de investimentos

Como toda IES de natureza privada, a FABIN terá como principal fonte de captação de recursos, a receita oriunda das mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação, cursos de extensão, pesquisa e editais. As despesas contemplam o custeio básico da Faculdade, incluindo-se a destinação de recursos para a capacitação de pessoal e significativo montante para a manutenção e adequação da estrutura física em padrão de excelência. Outras fontes de captação de recursos são planejadas para viabilizar projetos de pesquisa e as atividades de extensão.

Em relação à política de investimentos, a FABIN conta com um processo de aprovação e acompanhamento dos gastos, garantindo o retorno financeiro previsto e a sua sustentabilidade. Este plano de investimentos é elaborado anualmente, com

projeção para os cinco anos de vigência do PDI, no processo de planejamento estratégico e financeiro, ocorrendo a partir de intensas discussões que visam nortear a Faculdade nos próximos anos. Desta forma, aumentamos a previsibilidade sobre a necessidade de gastos e, conseqüentemente, a correlação com a receita esperada.

A previsão das receitas se dará pela combinação da expectativa do número de alunos relacionada ao valor das mensalidades de cada curso de graduação e da pós-graduação. De forma semelhante, os custos, despesas e investimentos são estimados para possibilitar a aquisição e manutenção de uma estrutura compatível com o ensino de qualidade proposto pela FABIN.

Do ponto de vista gerencial, a instituição conta com um departamento financeiro sólido, composto por profissionais capacitados, com grande experiência técnica, que baseia seus procedimentos em normas internas, processos e sistemas bem definidos, garantindo a operação das obrigações legais e tributárias nos prazos corretos.

A área financeira tem um papel fundamental de avaliar o direcionamento de um modelo financeiro sustentável orientado para o futuro. O setor é suportado pela área de Planejamento Financeiro, responsável por garantir a meta orçamentária do modelo econômico pré-estabelecido envolvendo todos os departamentos da FABIN de modo a assegurar o máximo de assertividade no planejamento da receita e dos custos que incorrerão ao longo do ano que fora orçado.

São usadas ferramentas de gestão para controle e acompanhamento orçamentário para atender aos requisitos de negócios, o que permite o aumento da produtividade e a confiabilidade.

Este planejamento financeiro, alinhado ao PDI, tem garantido o suporte financeiro necessário para a realização dos investimentos e manutenção das ações institucionais que garantiram e garantem o alcance dos objetivos institucionais, demonstrando sua viabilidade econômico-financeira ao longo dos anos considerados.

A alocação de recursos para programas de ensino, pesquisa, extensão e gestão da FABIN está em acordo com as diretrizes previstas neste PDI e desencadeadas no Planejamento Financeiro, bem como pautada nas respectivas políticas de ensino, pesquisa e extensão.

As despesas contemplam o custeio básico da instituição, incluindo-se a destinação de recursos para a capacitação de pessoal e significativo montante para a manutenção e adequação da estrutura física em padrão de excelência. Indica a viabilidade econômico-financeira da instituição e a sua capacidade crescente para a realização de investimentos nos diversos projetos e ações planejados neste documento.

A FABIN possui um planejamento econômico-financeiro equilibrado para os próximos cinco anos, como se observa na tabela abaixo.

Tabela 5 - Projeção Financeira (em mil reais – 2023 a 2027).

NATUREZA	BASE DE DADOS				
	2023	2024	2025	2026	207
RECEITAS					
Anuidade / Mensalidade (+)	300	450	600	870	1200
Bolsas (-)	(60)	(90)	(120)	(174)	(240)
Diversos (+)	10	15	20	30	40
Financiamentos (+)	0	0	20	30	50
Inadimplência (-)	(15)	(23)	(30)	(43)	(55)
Serviços (+)	0	20	50	100	150
Taxas (+)	5	10	15	20	25
DESPESAS	10	15	20	25	30
Acervo Bibliográfico (-)	60	60	60	70	70
Aluguel (-)	40	50	60	80	100
Despesas Administrativas (-)	15	20	25	35	40
Encargos (-)	10	20	30	50	60

Equipamentos (-)	5	10	15	20	25
Eventos (-)	0	0	0	50	100
Investimentos - Compra de Imóvel (-) Novos Campus	5	10	15	25	30
Manutenção (-)	0	0	15	25	30
Mobiliário (-)	60	70	80	90	100
Pagamento - Colaboradores Administrativo (-)	120	150	180	240	300
Pagamento - Colaboradores Docentes (-)	5	10	15	25	30
Pesquisa e Extensão (-)	5	5	10	15	20
Treinamento (-)	10	15	20	25	30

Fonte: Diretoria Geral.

A destinação de recursos para investimentos contempla todas as áreas da Instituição a perspectiva de investimentos da FABIN, distribuídos para biblioteca (incluindo o acervo físico e eletrônico e mobiliários); equipamentos para laboratórios; informática (incluindo locação de equipamentos, aquisição de mobiliários); investimento em novas tecnologias e equipamentos; e outros investimentos como: novos imóveis, instalações físicas e pessoal para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão universitária.

10.4 Sustentabilidade financeira - participação da comunidade interna

A FABIN rege-se pela Legislação Federal, pelo seu Regimento e atos legais dos seus Conselhos e Colegiados. Destacam-se como ações:

- Otimização da utilização dos meios existentes e agilização dos processos decisórios evitando a duplicação de meios para fins idênticos;
- Modernização de métodos e processos de trabalho, controle de custos e de resultados e eficiência no uso dos recursos, particularmente, dos recursos financeiros e de pessoal;

- Planejamento integrado institucionalizado, acompanhado e avaliado em todos os níveis da instituição;
- Avaliação institucional, atendendo ao que dispõe a legislação, visando ao aperfeiçoamento e ao atendimento das metas estabelecidas
- Autonomia de gestão financeira da Faculdade norteada por orientações da Mantenedora;
- Política de recursos humanos fundamentada no sistema de recrutamento e seleção de pessoal, em programas especiais de formação e desenvolvimento e em planos de carreira que estimulem a capacitação;
- Função de controle compartilhada entre gestores e equipes, devendo a ênfase do processo concentrar-se na busca da solução de problemas;
- Supervisão exercida com ênfase no alcance dos objetivos (resultados);
- Processos decisórios como base de procedimentos claramente definidos e amplamente divulgados;
- Planejamento conjunto, intercâmbio de informações e cooperação e lealdade estimulados em oposição ao individualismo e à competição, entre outras ações implementadas;
- Reordenamento que reflita as melhores práticas de gestão acadêmica e administrativa de instituições de ensino superior que devem caminhar no sentido de complementar a estrutura organizacional.

A Mantenedora da FABIN é detentora de todos os bens móveis e titular de todos os direitos colocados nesta Faculdade, para a execução de suas finalidades. A Mantenedora, visando a execução de sua finalidade e, buscando também o desenvolvimento contínuo, disponibiliza à Instituição, recursos provenientes de: mensalidades, semestralidades, anuidades, taxas, contribuições ou emolumentos; receitas provenientes de convênios, contratos ou serviços e saldos de exercícios financeiros, entre outras receitas.

A FABIN utiliza de sistemas financeiros informatizados e íntegros, o que possibilita monitorar adequação das atividades e garantir que os registros legais, financeiros e econômicos estejam disponíveis e sejam compatíveis com as necessidades operacionais. As demonstrações contábeis anuais são anualmente preparadas e, posteriormente, auditadas por empresas independentes. Essas demonstrações estão disponíveis na Instituição.

A FABIN define em seus ciclos estratégicos, os recursos que, ao longo dos anos, serão utilizados para manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais. As atividades da instituição têm como princípio norteador um perfeito equilíbrio entre fonte de recursos e os seus elementos de despesa, garantindo a sustentação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. É importante salientar que um dos instrumentos utilizados para a tomada de decisão advém dos relatórios enviados pela CPA.

O processo de desenvolvimento e acompanhamento da gestão acadêmica e administrativa da FABIN far-se-á com base em orçamento anual, podendo ser desdobrado em orçamentos de cursos e setoriais. Todavia, o processo de construção do orçamento privilegia a participação dos gestores de todos os níveis da estrutura organizacional.

Os gestores acadêmicos e administrativos participarão ativamente da elaboração do orçamento anual, prevendo os investimentos e despesas para o referido ano, tendo como foco suprir e atender as necessidades apontadas pela comunidade acadêmica, por meio de pesquisa de satisfação no âmbito do processo de autoavaliação.

Além da participação na elaboração, os gestores acadêmicos e administrativos, acompanharão a execução do orçamento anual, atuando para as adequações orçamentárias necessárias e tomada de decisões pautadas nesse planejamento, sem deixar de suprir as lacunas de eficiência e eficácia e garantir a qualidade de ensino e serviços prestados.

Ademais, os gestores serão capacitados continuamente para a gestão de recursos, por meio de compartilhamento de informações entre as áreas e reuniões periódicas para acompanhamento e monitoramento dos resultados e elaboração de planos de ação para garantir que as metas sejam, de fato, alcançadas.

Diante do descrito, o orçamento irá considerar as análises do relatório de avaliação interna, tendo a ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas, as quais são capacitadas para a gestão de recursos e tomarão decisões internas orientadas pelo orçamento institucional, destacando-se, assim, participação da comunidade interna.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Faculdade Brasileira de Inovação (FABIN) busca consolidar-se como uma instituição de ensino superior comprometida com uma proposta acadêmica inovadora, construída a partir de princípios que valorizam a integração do conhecimento, a formação cidadã e o protagonismo discente. Seu Projeto Institucional reflete essa visão contemporânea de educação, evidenciando aspectos que diferenciam a instituição no cenário educacional.

- **Currículo Integrado:** a estrutura curricular da FABIN foi concebida de forma articulada, possibilitando uma aprendizagem interdisciplinar e contextualizada. O conhecimento é compreendido de maneira ampla e integrada, superando a fragmentação tradicional por disciplinas e favorecendo a construção de saberes significativos.
- **Aprofundamento Acadêmico:** os estudantes são constantemente estimulados a participar de atividades de ampliação do conhecimento, como leitura e produção científica, práticas educativas, projetos integradores, ações de pesquisa e extensão, além de visitas técnicas que aproximam teoria e prática.
- **Gestão Participativa:** a FABIN adota um modelo de gestão democrática e colaborativa, no qual docentes, discentes e técnicos administrativos contribuem ativamente para o planejamento e execução das ações institucionais. Esse sistema é sustentado por comitês gestores, que fortalecem o diálogo e a corresponsabilidade nas decisões.
- **Formação Continuada:** a instituição investe de forma permanente na qualificação de seus profissionais, oferecendo programas de formação continuada voltados tanto ao corpo docente quanto à equipe técnico-administrativa, assegurando a atualização e a excelência no desempenho das atividades educacionais.

Em consonância com sua missão, a FABIN direciona suas ações para o fortalecimento do desenvolvimento local e regional, contribuindo para a transformação social e econômica das comunidades em que está inserida. A instituição reafirma seu compromisso com a inclusão social, tecnológica, política e cultural, sempre pautada pelo respeito à diversidade, à ética e à sustentabilidade ambiental.

Ao disseminar suas propostas e práticas pedagógicas, a FABIN reafirma o propósito de promover uma educação superior inovadora e sustentável, comprometida com o desenvolvimento humano e com a formação de profissionais capazes de atuar de forma crítica, ética e responsável na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Portal mec.gov.br

[Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017](#) - Republicada em 03 de setembro de 2018 para consolidação do texto normativo publicado no Diário Oficial da União nº 245 de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 35 a 40 - Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 3 de agosto de 2018).

[Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017](#) - Republicada em 03 de setembro de 2018 para consolidação do texto normativo publicado no Diário Oficial da União nº 245 de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 25 a 29 - Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.

[Portaria Nº 1.186, de 12 de novembro de 2018](#) - Institui a Avaliação Especial da Educação Superior no âmbito do Sistema Federal de Ensino.

[Portaria Normativa nº 742, de 2 de agosto de 2018](#) - Altera a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

[Portaria Normativa nº 741, de 02 agosto de 2018](#) - Altera a Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.

[Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018](#) – Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.